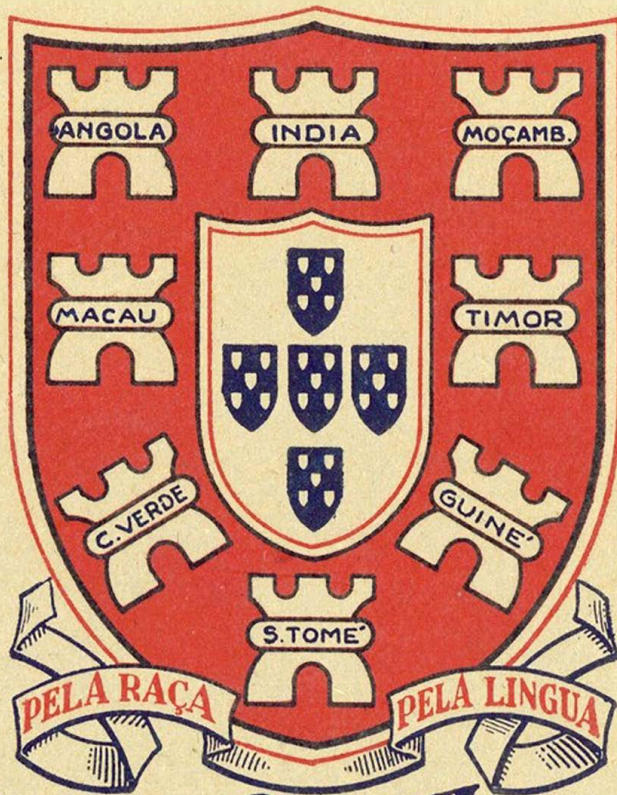


BOLETIM
DA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO
RIO DE JANEIRO.

DOIS CAMPEÕES INVENCÍVEIS

PREMIADOS COM MEDALHA DE OURO

Diz-se que ONDE ESTIVER O HOMEM ESTÁ O PERIGO mas com as senhoras também sucede o mesmo.

Em desportos ou passeios, como em casa, no escritório, ou na oficina, muitos perigos nos ameaçam:

Pequenos ferimentos, golpes, picadas venenosas,
podem causar invalidez ou morte.

Contra êsses perigos e contra eczemas, impigens, frieiras, ou martirios atribuidos ao ácido úrico só DERMOL é campeão seguro e rápido.

Já não há ninguém que se preze que não use DERMOL, que dispensa pomadas e outros tratamentos.

Em outras doenças outro CAMPEÃO DE IGUAL VALOR nos dois sexos; uso interno ou externo:

Rins, bexiga, areias, prostatites, etc., etc.,
recentes ou antigas, qualquer causa, mesmo não contagiosa, só BLENOL.

Flores-brancas, em senhoras e meninas, só BLENOL.

DERMOL e BLENOL vendem-se em boas farmácias e drogarias.

Dr. DERMOL - Caixa postal 688 - Rio de Janeiro.

Instruções e literatura gratis.

PAPEL PARA CARTAS COMMERCIAES E PAPEL AEREO



COM A MARCA - DE - AGUA



"CAVALLO MARINHO"

CARL SCHLEICHER & SCHÜLL

R. TH. OTTONI, 156

REPRESENTANTE:
ALFREDO BUCHHEISTER
RIO DE JANEIRO

CAIXA POSTAL 1421

TELEPHONE 4-2928

BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA



ÓRGAM OFICIAL
Dirigido por:
ANTÓNIO DE SOUSA AMORIM

RIO DE JANEIRO — BRASIL
RUA 13 DE MAIO, 33
5.º andar

"As ideias não se vendem, dão-se" — TEÓFILO BRAGA

Distribuido gratuitamente

N.º 6

Julho — Agosto — Setembro

1933

EM MARCHA...



PARAR É UM VOCÁBULO QUE NOS DE-
SAGRADA E QUE SENTIMOS RELU-
TANCIA EM PRONUNCIAR, SOBRE-
TUDO QUANDO SE FALA DE UMA
JORNADA QUE AINDA VAI LONGE
DO MEIO, — DE UMA JORNADA CO-
MO ESTA DO PAN-LUSITANISMO,
QUE MAL DEU OS PRIMEIROS PAS-
SOS E Á QUAL DESEJAMOS SERVIR,

SE NÃO COM BRILHO E COMPETENCIA, AO MENOS
COM A MAIOR FÉ, A MAIS INABALÁVEL CONVICÇÃO, O
MAIS ARDENTE ENTUSIASMO E A MAIS CRISTALINA
SINCERIDADE, NO CUMPRIMENTO DE UM INDECLINÁ-
VEL DEVER CÍVICO, COMUM A TODOS OS PORTUGUESES
CONSCIENTES DOS SEUS DIREITOS E DAS SUAS OBRIG-
AÇÕES PARA COM A PÁTRIA. E COMO PÁTRIA DEVEMOS
CONSIDERAR O CONJUNTO DOS PATRIMONIOS ESPIRI-
TUAL, MATERIAL E MORAL LEGADOS PELOS NOSSOS
ANTEPASSADOS: A CULTURA, OS DIREITOS POLÍTICOS,
AS CONQUISTAS CIENTÍFICAS, O PRESTÍGIO DO NOME
PORTUGUÊS, A TERRA DESBRAVADA E FLORIDA, DESEN-
TRANHANDO-SE EM ARÔMAS E FRUTOS SABOROSOS...

PARAR, NESTE CASO TALVEZ SIGNIFICASSE ABA-
TIMENTO E FADIGA. MAS COMO NÃO SE DÁ CONNOSCO
UMA COISA NEM OUTRA, ANTES PELO CONTRÁRIO NOS
SENTIMOS DE CADA VEZ MAIS FORTALECIDOS, VISTO
QUE AS DIFICULDADES, AO MESMO TEMPO QUE ABATEM
OS ESPÍRITOS FRACOS, MAIS ALENTAM, MAIS ENCORA-
JAM E MAIS FORTALECEM AS CONSCIÊNCIAS ABERTAS
A TODOS OS IDEAIS DESINTERESSADOS, AS CONSCIEN-
CIAS VARONILMENTE FRANCAS, COURAÇANDO-AS CON-
TRA AS INVEJAS GRATUITAS E SUBLIMANDO-AS PARA A
LUTA, A *SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO*
VAI SEGUINDO SEM PARAR NO CUMPRIMENTO DA MIS-
SÃO QUE SE IMPÕS DE CONTRIBUIR PRÁTICAMENTE E
SEM RÊTORICA PARA UMA APROXIMAÇÃO MAIS EFICAZ
E MAIS ÍNTIMA DE TODOS OS NÚCLEOS POPULACIONAIS
IRMANADOS PELO MAIS BELO DOS VÍNCULOS, — PELO
GESTO AIROSO DO IDIOMA LUSO, EM QUE GARBOSAMEN-
TE NOS EXPRESSAMOS. BRASILEIROS E PORTUGUESES.

*

AFIM DE CONCORRER PARA SEMILHANTE APRO-
XIMAÇÃO ESPIRITUAL, ESTA COLÊTIVIDADE TOMOU A

DELIBERAÇÃO DE EXPEDIR PARA TODOS OS RECANTOS
DAS NOSSAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS GRANDE NÚ-
MERO DE EXEMPLARES DOS JORNAIS DIARIOS E REVIS-
TAS SEMANAIS ILUSTRADAS QUE SE PUBLICAM NESTA
CAPITAL, DE SORTE QUE ATÉ AOS MAIS REMOTOS LUGA-
RES DE ANGOLA, DA GUINÉ, DE MOÇAMBIQUE, DE MACAU,
DE TIMOR, DE S. TOMÉ, DO PRÍNCIPE E DE CABO VERDE,
CHEGAM, POR NOSSA INTERVENÇÃO, ESSAS REVISTAS E
ÊSSES JORNAIS, ESSAS NOTAS FLAGRANTES DA ACTUA-
LIDADE BRASILEIRA E DO PROGRESSO DO BRASIL, NOS
VÁRIOS CAMPOS DA SUA ACTIVIDADE PLÉTÓRICA E DI-
NÂMICA, — NAS ARTES, NAS LETRAS, NA SOCIOLOGIA,
NAS CIÊNCIAS, NA POLÍTICA, NO COMÉRCIO, NA INDUS-
TRIA, NO FOMENTO E NA VALORIZAÇÃO DAS SUAS POR-
TENTOSAS RIQUEZAS.

COM O BRASIL, CUJA ANSIA DE ELEVAÇÃO E CUJA
VONTADE DE PROGREDIR TANTO DESLUMBRAM, MUITO
PODEM E DEVEM APRENDER AS NOSSAS PROVÍNCIAS DE
ALEM-MAR, PORISSO QUE É PARA ELAS O IRMÃO MAIS
VELHO, GARBOSO DA SUA EMANCIPAÇÃO, GRANDE E
FORTE, CONFIADO NA SUA ALTIMA COMPLEIÇÃO ATLÉ-
TICA, ORGULHOSO DA SUA VIGOROSA ROBUSTEZ FISICA
E MENTAL.

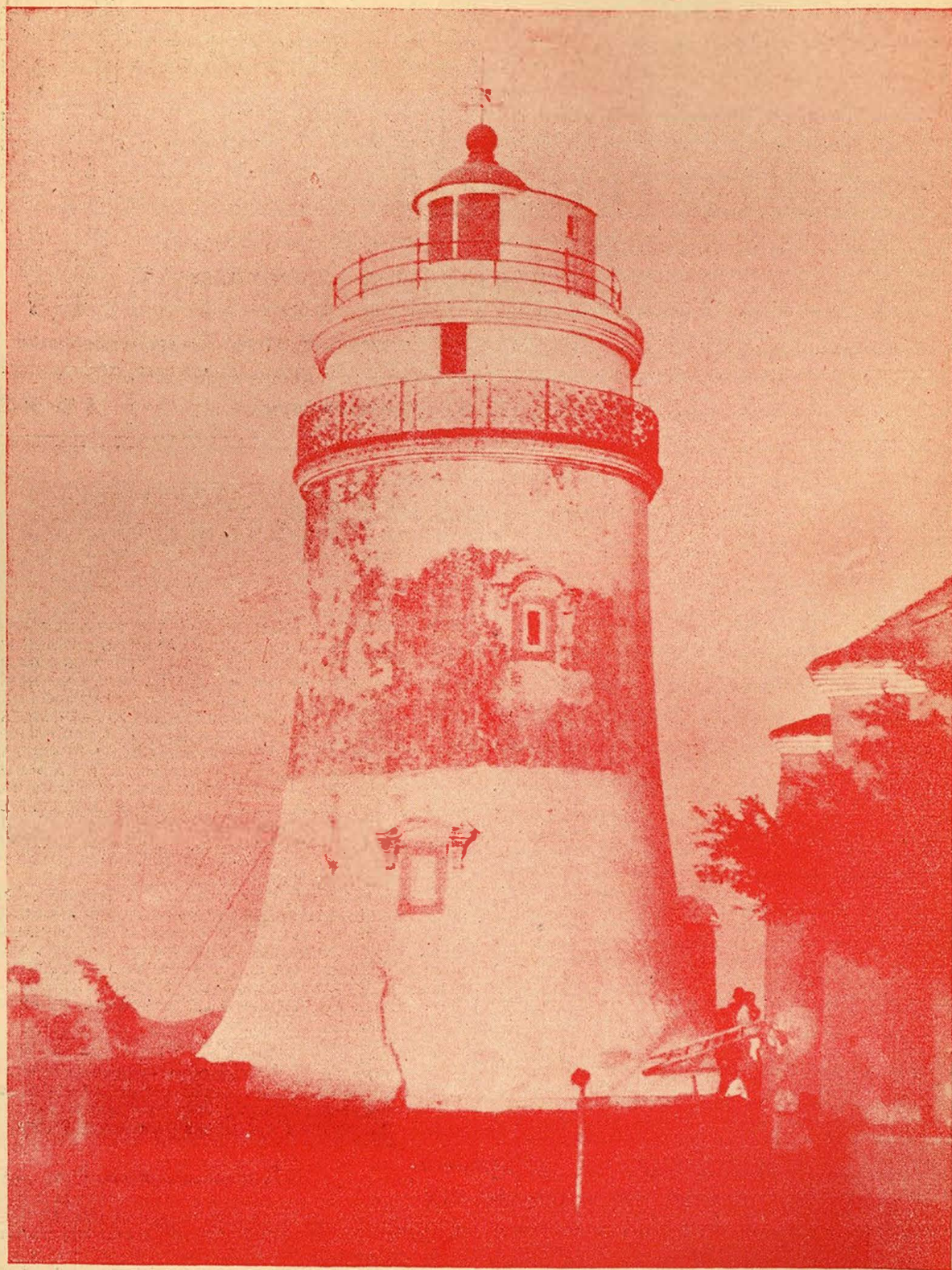
*

O PRESENTE NÚMERO DESTA BOLETIM REGISTA
MAIS ALGUNS PROGRESSOS, O QUE VEM ACONTECENDO
DE NÚMERO PARA NÚMERO, POIS DESEJAMOS QUE SEJA
DIGNO EM TUDO DA CAUSA NOBILÍSSIMA QUE ESPOSA-
MOS E QUE ELE TEM POR FIM SERVIR SEM A MÁCULA DE
QUALQUER INTERESSE SUBALTERNO.

ENTRE AS INOVAÇÕES INTRODUZIDAS NÃO PODE-
MOS DEIXAR DE SALIENTAR A PÁGINA QUE DORAVAN-
TE DEDICAREMOS AO BRASIL — LACUNA QUE SE FAZIA
NOTAR E QUE SÓ AGORA NOS FOI DADO PREENCHER.

EM UMA PUBLICAÇÃO COM OS PROPÓSITOS DA
NOSSA, SEMILHANTE PÁGINA OCUPA UM LUGAR DE
PRIMACIAL RELEVO, POIS NÃO SERIA ELEGANTE QUE
NUMA SINCERA RETRIBUIÇÃO, NÃO FIZÉSSEMOS POR
TODAS AS FORMAS AO NOSSO ALCANCE, NAS TERRAS
PORTUGUESAS DE ALÉM-MAR, A PROPAGANDA ESFON-
TÂNICA E CARINHOSA DO BRASIL.

A DIRECÇÃO



MACAU — O FAROL DA GUIA

O PRIMEIRO FAROL CONSTRUÍDO NO EXTREMO-ORIENTE, E QUE APESAR DISSO, AINDA HOJE CUMPRE GARBOSAMENTE A SUA MISSÃO DE GUIA DE QUANTOS ANDAM POR LÁ NO MAR ALTO. . .

A MINHA CONCEPÇÃO

DO IMPÉRIO PORTUGUÊS

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

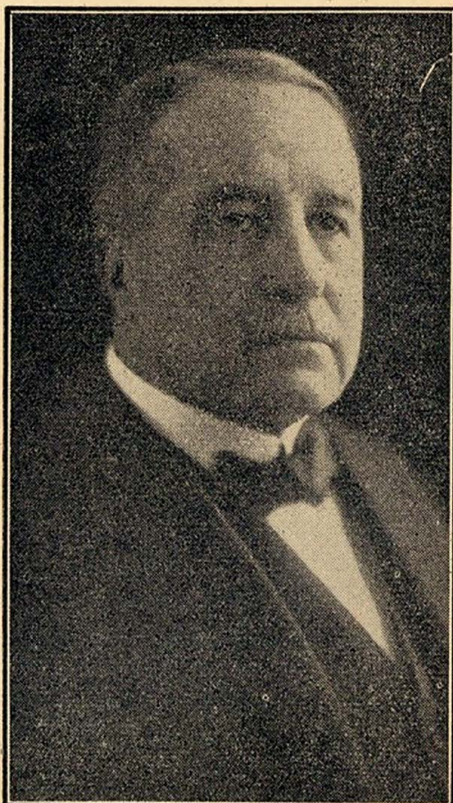
PELO GENERAL JOSÉ MENDES RIBEIRO NÓRTON DE MATOS

SÓCIO HONORÁRIO DA "SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO".



s acontecimentos políticos que têm dominado a vida portuguesa nos últimos sete anos, levaram muitos dos servidores da Nação a afastarem-se cada vez mais de um campo de luta que lhes repugnava, e a vivêrem em duro isolamento, agarrados á sua dignidade pessoal e política, firmando com o seu proceder a sua individualidade intangível e limitando-se a recordar o passado, donde os expulsaram sem atender aos seus serviços e á sua patriótica acção.

E para alguns desses homens o seu gesto de isolamento é de tal profundidade que, se os obrigam a falar, as suas palavras soam como se viéssem de outro mundo, não produzem o menor éco e são universalmente consideradas como impertinentes. Apenas um ou outro as escuta, mas como se fôsem apenas *memórias*, vestígios de um passado morto... E são esses poucos que insistem comigo e me obrigam, sob a pressão suavizadora da sua amizade, a escrever de quando em quando um capítulo ou um episódio das *Memórias da minha vida colonial*.



General Norton de Matos

* * *

Foi diante dos muros da fortaleza de Diu — como isto vai longe! — que pela primeira vez se ergueu perante mim, em traços nítidos e fortes, reduzindo

a um instante único o passado, o presente e o futuro, — o grandioso desígnio, a suprêma expressão da vontade de um povo, a concepção, a idéa, quasi a forma real e tangível do *Império Português*.

Até então não tinha compreendido bem.

A grandeza do passado não se harmonizava com a decadência do presente, e que poderia eu esperar de um futuro, cujas raízes tinham de beber na sáfara tristeza daqueles dias do despontar do século actual?

A minha vida na Índia foi uma iniciação. Dez anos seguidos por lá andei, sem vir a Portugal, lendo e meditando nos intervalos dos meus trabalhos geodésicos, apenas cortados por pouco demorados serviços de carácter militar ou administrativo, percorrendo os territórios de Gôa, Damão e Diu, e as terras vizinhas, o mar que as liga e que outrora foi exclusivamente nosso, como o foi Bombaim, o grande pôrto de hoje, topando a cada canto com fortalezas, com formidáveis linhas defensivas, com templos, com ruínas, — sombras colossais de uma tenacidade quasi sem exemplo na história.

E em mim, sem eu dar por isso, ia-se formando a convicção alentadora de que tão preeminentes qualidades se não podiam ter obliterado por completo na alma portuguesa.

Mas foi diante das muralhas de Diu, a seguir á sensação de espanto, de grandeza, de entusiasmo e de orgulho nacional, que me produziu a sublime fortaleza, que a cristalização se deu.

Tinha desde a mais tenra infância Diu na memória e no coração. Aprendêra a ler pela *História do segundo cerco de Diu*. Abençoados tempos aqueles em que se não enchiam as almas das crianças com inúteis “lições de cousas”, e em que se preferia, como educadora a retórica empolada mas palpitante de brio nacional, de Jacinto Freire de Andrade, aos “contos da carochinha” dos actuais livros de leitura para os diversos gráus de instrução primária.

Embarcára pela tarde em Pangim numa pequena canhoneira. Ao alvorecer do dia seguinte a “Bengo”, que se tinha feito ao largo durante a noite, tomára o rumo de leste e navegava em direcção de um pequeno cabo, onde parecia que famos encalhar. De repente o barco guinou para estibordo e apareceu-nos a formidável fortaleza. Batia-lhe em cheio o sol nascente e as suas pedras douradas pelo tempo, brilhavam com esplendor. A grandiosa construção, erguida na aridez e na desoluição da costa, dava no seu conjunto, em que a arte sóbria das linhas harmónicas se misturava á fôrça indestructível das muralhas e dos baluartes, a sensação empolgante de uma sublime espiritualidade aliada a um grande poder!

Como devia ter sido de efeitos fulminantes nas civilizações da Índia daqueles tempos esta obra de uma civilização diversa, dominadora e avassaladora e ao mesmo tempo indicadora de um colossal propósito espiritual. Teria bastado ela para mantêrmos a hegemonia no mar das Índias e nas terras que êle banha, desde o cabo Çamorim ao golfo de Cambaia, se o forte querer das primeiras décadas não nos tivesse falhado...

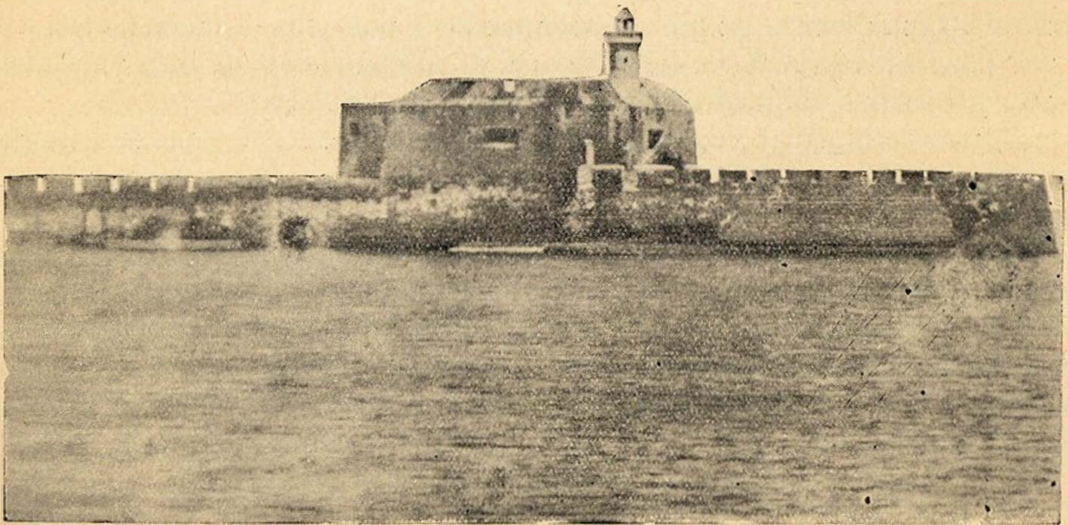
Algumas semanas vivi na Ilha de Diu e durante elas não houve dia algum em que, ao romper e ao cair do sol, não saísse para fóra das muralhas, conser-

vando-me a contemplar longamente a fortaleza, a rememorar a sua história, a história do nosso império indiano.

Julgo ter descortinado nessas solitárias e longas meditações o sentimento dominante do povo português, o sentido e a significação do seu esforço, as linhas fundamentais das suas missões históricas no passado e no futuro, os princípios basilares da sua organização, e com êste conhecimento e com esta concepção me abalancei ás modestas e humildes realizações da minha vida. Foi com êste *crêdo* que trabalhei pelo engrandecimento de Portugal. Que me importa a mim que os áridos métodos da ciência histórica cheguem a conclusões diferentes daquelas a que eu cheguei, se esta é a minha crença. O que nos importa, a nós realizadores, é ver as cousas sob um aspecto que nos permita espiritualizar o nosso esforço e levar para nível superior ao da mesquinha animalidade os nossos combates de cada hora.

*

E foi, antes de mais, a compreensão das intenções primeiras. — O aparecimento de uma consciência nacional na região lusitana, provocado pela conquista romana, unindo num só bloco para a defesa comum as pequenas aldeias ou *castros*, fazendo surgir um povo, formando a multidão com os elementos dispersos das épocas findas. Conquistados pelos romanos, os lusitanos esqueceram a sua língua primitiva, aceitaram leis e instituições diferentes das dos seus antepassados; obrigados pela política colonial de Roma a abandonarem os seus *castros* e a fixarem-se nas planícies, mais se uniram, e dos cumes das montanhas, onde tinham vivido durante tantos séculos, trouxeram o amor da família, a pobreza, a rudeza e os sentimentos fundamentais colectivos: — o culto exacerbado da independência e da liberdade, a enérgica vontade de conservar para sempre a terra que lhes pertence, — o torrão familiar, o território da Nação. Nem as invasões dos bárbaros nem as dos árabes conseguiram obliterar estas qualidades da raça. Latentes, elas surgiram desde que chegou o momento histórico propício, — a reacção, que abrangeu tôda a península ibérica, contra a dominação muçulmana.



A MUI FAMOSA FORTALEZA DE DIU

Acabára a época primitiva, longa de muitos séculos, iniciada em idades remotíssimas e durante a qual despertou e lentamente se formou o espírito nacional. — Outra se seguiu, de três séculos apenas, a da formação e da consolidação da Nação e da afirmação espiritual e material da sua independência perante os povos ibéricos.

Entrou-se a seguir na grande época. O que se tinha feito, durante trezentos anos de indomável energia, não bastava; — ao nosso lado erguia-se o poder formidável da Espanha, era necessário igüalar os dois poderes vizinhos. Portugal carecia de territórios que lhe fornecêssem homens e riquezas, as reservas militares, a mão de obra, as matérias primas, e só sulcando os mares podia encontrar tudo isto. Era mistér entrar numa vida nova, — a vida imperial.

*

Numa conferência que, em língua diferente da minha, fiz, há três anos, em Antuérpia, apresentei a minha concepção do império português sob a forma de uma tése que me propús defender.

“As regiões que Portugal descobriu, conquistou e ocupou na África, na Ásia e na América fôram sempre consideradas pela Nação como aumento e prolongamento do território português, como a expansão do espírito nacional”.

*“Cantando espalharei por tôda a parte
... as memórias gloriosas
Daqueles Reis, que fôram dilatando
A Fé, o Império...”*

diz o Poeta.

Déram-se àquelas regiões os nomes de “descobertas”, de “conquistas” e de “províncias”. As novas terras do ultramar formavam, á medida que iam sendo ocupadas, novas províncias portuguesas, tal qual acontecêra ao Algarve mouro, conquistado havia um século, no extrêmo sul do Portugal da Europa.

A nossa história colonial é a história do esforço nacional para dilatar o território, para engrandecer a Nação. A política da Metrópole, em face dos novos territórios, foi sempre a de os aproximar dela, de os unir a ela, de os identificar com ela. Caminhamos sempre e caminhamos ainda para a unidade territorial e não para a diversidade de territórios, para a estabilidade de uma nação única e não para a instabilidade de uma comunidade de nações.

Tenho de repetir a cada passo palavras mais de uma vez por mim pronunciadas; não quero evitá-lo, pois que as sei de-cór, e as digo diàriamente como uma oração.

Desenrola-se a epopeia; manifesta-se a energia nacional em tôda a sua pujança; revela-se o génio colonizador dos portugueses.— E’ a conquista e a ocupação de Marrocos; o Império da Índia; a colonização do Brasil. E assim fômos realizando, com passadas de gigantes, as nossas missões históricas, no norte de África, na Ásia e na América, e preparando a que nos resta ainda concluir, — a *civilização da África*.

* * *

Para desempenharmos cabalmente e ràpidamente a parte que nos toca na civilização da África temos de transformar em realidade palpável e insofismável

a unidade e a solidariedade do *Portugal total*. Muito, nos últimos anos, se tem falado em *unidade nacional* e na consccicnte *unidade económica* e, caso curioso, dezenas de portugueses apresentam estas concepções como cousa nova, quando é certo que ela constitúi, como acabei de dizer, o nosso pensar de sempre, o indicador fundamental da nossa história. E, caso mais curioso ainda, muitos daqueles que apregoam a *unidade nacional*, ou não a compreendem ou lhes convem cobrir com a bandeira da *Nação una* uma política contrária àquela unidade.

E' assim que oficialmente se diz *Império Colonial* em vez de *Império Português*. Portugal e o seu Império, quando apenas existe Portugal sem mais e sem menos. Desta forma divide-se em lugar de unir.

Quando se passa para o caso particular da *unidade económica*, consccicncia lógica e forçada da *unidade nacional*, é que aquela falta de compreensão mais se revela. A solidariedade entre as diversas partes da Nação está muito longe ainda de ser uma realidade: — o que é bom para Angola não o é para Moçambique ou para a metrópole, dizem-nos; se vale a pena gastar dinheiro com qualquer região do Minho ou do Algarve, será um desperdício dispender seja o que fôr com a Guiné ou com qualquer outra província ultramarina; se reconhecemos a necessidade de melhorar as condições materiais e espirituais da vida dos habitantes brancos das províncias metropolitanas, encolhemos enfastiados os ombros se se nos fala do tremendo fardo que pesa ainda sôbre os pretos portugueses de África; fecha a nossa balança comercial com um *déficit* visível de 28.000 contos ouro, e estamos longe de seguir a política financeira e económica que fácil e rápidamente nos conduziria a importarmos das províncias ultramarinas em boas condições de preço mais de metade do que sômos obrigados a importar do estrangeiro, e se algumas medidas se tomam com êste objectivo, não são elas cercadas de prescrições que evitem que muitos artigos coloniais se paguem na metrópole mais caros do que os de proveniência estrangeira; em matéria de regíme aduaneiro é tremenda a desorientação: — as barreiras do império deviam desaparecer por completo e nas alfândegas metropolitanas e ultramarinas apenas se fariam incidir direitos sôbre o comércio com o estrangeiro, tendo o cuidado de os não exagerar, de os aplicar sempre com um espírito de solidariedade internacional, apenas limitada por aquele imperativo que obriga as nações a evitarem suseranias de qualquer espécie, que neste caso seriam suseranias comerciais; em questões financeiras exige a unidade económica um *Banco Imperial*, mas bem sabemos que esse banco não existe e que nem o Banco de Portugal nem o que se conserva ainda sob o nome de Banco Nacional Ultramarino, desempenham por qualquer forma uma acção financeira imperialista: — não exige a unidade económica que a moeda seja a mesma em todo o território nacional, ainda que vantágens haveria em que na África ela fôsse a da Metrópole, mas o que é indispensável é que se estabilizem as relações dos valores de cada moeda com o valor da moeda metropolitana, e isto só se poderá conseguir com a transformação do Banco de Portugal em Banco do Império e da Caixa Geral em Caixa do Império, que fomentariam então, para neles basearem o seu credito, o aumento de produção do conjunto das terras portuguesas e o intercâmbio comercial. Desta forma passaria a haver entre as diversas regiões da Nação uma circulação cons-

tante de mercadorias, caracterizada, nas médias tomadas em curtos períodos, pela igualdade de valores dos carregamentos de ida e dos carregamentos de retorno, realizando-se assim a única maneira de resolver o problema das transferências, cuja existência apenas representa a falta de unidade nacional.

Muito temos pois de trabalhar ainda para cumprirmos a missão histórica que engloba tôdas as outras, — a organização do Império Português. Não basta possuir largas terras, exercer soberania sôbre uma vastíssima superfície espalhada pelo mundo, para uma nação se transformar num império. Para tanto é necessário que sôbre essa grande superfície se exêrça com rara intensidade a energia nacional, que se críe nela civilização e prosperidade, e que, sobretudo, a obra realizada salte fóra do âmbito nacional para assumir aspectos de universalidade. Foi isto o que, com maior ou menor intensidade, fizemos no passado, é isto que a República Portuguesa estava tentando fazer. Houve, infelizmente, uma parágem, talvez um retrocesso. — Em tôdas as nações se tem dado fenómenos desta natureza . . .

Mas nesta hora sentem-se de novo palpitar as energias nacionais. A evolução germinativa atrasou-se, mas não se extinguiu. Mantem-se na alma portuguesa a esperança de uma grande realização.

*
* *

Vou traçar em poucas linhas, repetindo palavras que mais de uma vez pronunciei, a maneira como de há muito encaro a *unidade nacional* do império português.

Fim a atingir. — Transformar Portugal numa grande nação, grande sob todos os pontos de vista, tendo no mundo o lugar que lhe compéte, e que possa desempenhar a missão de paz e de civilização, que a sua situação geográfica na Europa, na África, no Oriente e em dois grandes Occânos, de há muito lhe fixou na História

Tempo de que dispômos. — Meio século, com a condição, porém, de que na década que acaba de iniciar-se com as tremendas advertências que a política mundial nos está fazendo a respeito dos nossos territórios de além-mar, a Nação faça em matéria colonial um esforço idêntico ao que produziu durante a Grande

AOS NOVOS

1. — Que a vossa principal tarefa seja o engrandecimento da Pátria, dignificando-a, civilizando-a. Lêgouvos o pouco que durante quási cinquênta anos consegui fazer com êste alto intuito, para que continueis a minha modesta e humilde obra, sublimando-a.

2. — Não deixeis que ninguém toque no território nacional: — conservar intactos na posse da Nação os territórios de além-mar é o vosso principal dever. Não ceder, vender ou trocar, ou por qualquer outra fórmula alienar a menor parcela do território tem de ser sempre o vosso mandamento fundamental.

3. — Se alguém passar ao vosso lado e vos segredar palavras de desânimo, procurando convencer-vos de que não podemos manter tão grande império, expulsai-o do convívio da Nação.

4. — Para a realização da vossa obra contai exclusivamente convosco. Se homens de outras nações quizerem vir trabalhar de boa fé ao vosso lado, recebei-os como associados e não como inimigos. Mas se as suas intenções não fôrem puras e se pretenderem encobrir com falsos propósitos humanitários ou civilizadores a traição que planearam, fechai-lhes tôdas as entradas e mantende-as bêm cerradas por todos os meios ao vosso alcance.

5. — Proclamai sempre bem alto, por fórmula que todo o mundo vos ouça, que nunca consentireis que os territórios de além-mar onde há quási cinco séculos trabalhamos e sofrêmos, sejam considerados "terras de ninguém", onde outros povos se possam estabelecer livremente, ou onde se queiram fazer ensaios utópicos de quaisquer internacionalizações. Êsses territórios, dizelhes, constituem províncias tão portuguesas como as da metrópole, a nação é só uma, e qualquer hórda demográfica ou capitalista, que pretendesse invadir Angola ou Moçambique, seria recebida por vós como se tentasse ocupar Lisboa.

Guerra, pondo tôdas as energias e todos os recursos nacionais no progresso e na civilização da África Portuguesa.

Meio de conseguirmos a grandeza da Pátria.—Pela *unidade nacional*. Para ela estamos a caminhar há mais de quatro séculos. A administração e o govêrno do Portugal total e portanto a Constituição da República, a Lei Orgânica do Império, tôda a legislação da Nação se devem basear na unidade nacional; todos

DE PORTUGAL

6. — Não confieis cegamente nos cidadãos que escolhêdes para guias e chefes. — Os princípios basilares da formação do império têm de brotar da alma nacional, e ao povo, que tantas provas tem dado do seu admirável instinto de conservação, compête indicar aos que governam, as linhas gerais da sua vontade e das suas aspirações nacionais.

7. — Tomai a peito o desenvolvimento parâlelo dos territórios portugueses: — que a totalidade dos recursos e das energias nacionais seja aproveitada para a organização da Nação Una; que a todos toquem os sacrifícios e vantagens. “Tudo para todos” deve ser a vossa divisa. Nunca deis, no vosso esforço, a impressão de que olhai sômente para um aspecto da questão nacional, para desenvolvimento de uma região com exclusão das outras. Quebreis assim a “unidade nacional”, sem a qual nada conseguiremos, nada seremos.

8. — Se afirmais, como eu o pensei sempre e como já o pensavam meus pais e meus avós, que “a pessoa humana é o mais alto valor moral e que tôdas as instituições sociais devem ter por fim aperfeiçoá-la e servi-la”, tende sempre a corâgem de ser lógicos e de obedecer até ao fim aos princípios da doutrina que vos rége. — Os milhões de habitantes de côr, que vivem nos nossos territórios, esperam de vós a redenção completa, nunca o esqueçais.

9. — Conseguindo fazer tudo isto, meus filhos, sereis realizadores, — o maior triunfo material que um homem pôde ambicionar; se virilmente tentardes realizar sem o conseguir, sereis precusores, — o maior triunfo espiritual a que um homem pôde aspirar.

Maio, 1933.

Nórton de Matos

os recursos do território português, tôdas as energias dos seus habitantes e dos núcleos portugueses fixados em diversos países se devem enfeixar, harmonizar, solidarizar para construir em indestructível bloco a unidade nacional.

Vários aspectos da Unidade Nacional.—Segundo encararmos uma ou outra facêta da cristalização, que será a Nação Una, o Império Português, assim nos surgirá a *unidade territorial*, a *unidade económica*, e a *unidade de acção*.

Unidade territorial.—Não queremos parcelas, tudo devemos fazer para tornar, por meio de comunicações e ligações de tôda a espécie, cada vez menos sensíveis as soluções geográficas de continuidade; temos de tender para um território único, cujas partes se conservem sempre unidas; queremos um conjunto em lugar de parcelas: — caminhamos, repito, para a estabilidade de uma nação única e não para a instabilidade de uma comunidade de Nações.

Unidade económica.—Como sua resultante também, surge da unidade nacional, a par e passo da unidade territorial, a *unidade económica*.

A unidade económica consiste no aproveitamento integral e harmónico de todos os recursos, de tôdas as fôrças da Nação, materiais e espirituais. Integral, porque nenhum recurso, nenhuma energia, nenhuma fôrça poderão deixar de ser aproveitados e porque nêsse aproveitamento tudo se deve fundir para produzir a fôrça única, propulsora do desenvolvimento e da civilização da Nação; harmónico, porque as medidas de progresso applicadas a uma porção do território nacional, de modo algum poderão prejudicar as porções restantes. “Tudo para todos”, sem isto não poderá haver unidade económica. Sacrifícios e vantagens terão de ser gerais.

Unidade de acção.— Como consequência também da concepção da unidade nacional aparece-nos a *unidade de acção*. Sem ela a unidade territorial não se manterá e a unidade económica nunca chegará a existir. Será ela exercida pelo Estado por intermédio dos poderes constitucionais: — é, em última análise, a Nação que a exerce e todos terão de se submeter a essa acção una.

A mecânica da unidade de acção.— Para exercer a unidade de acção haverá um organismo único: — o *Alto Conselho do Império*, orientador, propulsor e fiscalizador, onde estejam representados todos os territórios e todos os interesses nacionais, tanto metropolitanos como de além-mar, presidido pelo chefe do Govêrno, que perante êle será o portador da vontade nacional, expressa pelo Parlamento da Rêpública. Em volta dêsse Alto Conselho deverão agrupar-se elementos de estudo, de informação, de fiscalização e de transmissão de ordens.

Fácil é visionar a importância desta organização central; tudo dependerá do espírito nacional que a aníme, lhe oriente a actividade e lhe fixe a finalidade.

Aforismos orientadores.

— A *valorização das colónias* passa a ser exercida por uma acção mais larga, — a *valorização da Nação*.

— Não há *política colonial*, há apenas *política nacional*.

— Realizada a unidade nacional, o mais alto dever da Rêpública será sempre a *consolidação dessa unidade*.

— Com a unidade nacional e graças a essa unidade, caminharemos a largas passadas para a alta civilização que conduz ás legítimas hegemonias.

O Pacto Colonial. Está muito longe ainda de ter desaparecido em Portugal por completo essa funesta mentalidade das nações com territórios coloniais. Só a unidade nacional e as consequentes unidades, territorial, económica e de acção, acabarão de vez com êsse gravíssimo êrro de administração colonial. A concepção unitária não permitirá, de facto e como já foi formulado, a existência de interesses privativos de uma parte da nação, que prejudiquem o integral desenvolvimento do conjunto, isto é, da nação inteira e una. E assim não seguiremos o exemplo de outras nações coloniais, que acabaram, é certo, com os perniciosos efeitos do pacto colonial, mas vendo-se obrigadas para o conseguir a separar em vez de unir.

As autonomias administrativas e financeiras.— As autonomias regionais, metropolitanas e coloniais, não terão de desaparecer perante a realização da concepção unitária. As administrações autónomas continuarão a constituir a única forma de se manter o espírito vivificador, de constante renovação e de contínuo progresso, cuja existência é indispensável para desenvolver as regiões atrasadas de que se compõe a nação. Sem administração e govêrnos baseados em largas autonomias, essas regiões não progredirão, cairão em marasmos que fatalmente conduzirão a terríveis retrocessos ou a expropriações internacionais.

E' mistér não confundir unidade nacional e principalmente unidade de acção com poder pessoal, com absorção de podêres e de liberdades públicas, com predomínios, com humilhantes sujeições e com inadmissíveis tu-

telas. Varrer tudo isto para bem longe, opondo-se a tiranias administrativas ou pessoais, tem de ser a função primordial do Alto Conselho do Império.

Sem dúvida fará surgir a unidade nacional restrições diversas ao amplo exercício das autonomias regionais. Mas essas restrições não são nem depreciativas nem esterilizadoras e concorrendo para o bem geral, dignificam e fazem prosperar tudo e todos que a elas se sujeitem.

E assim, citando algumas dessas restrições para definir o âmbito das autonomias, as províncias ultramarinas, como as da metrópole, não poderão realizar empréstimos no estrangeiro sem consentimento do Governo Central, não terão liberdade plena no que respeita a regimes monetários e alfandegários, porque a isso se opõe a *unidade económica*; não terão absoluta autonomia no que se refere a concessões de terrenos, de portos, de caminhos de ferro, de direitos mineiros e outros, de estabelecimento de linhas de comunicação e transporte que saltem fóra da área das regiões respectivas, porque dessa forma poderiam ir contra a *unidade territorial*; não lhes será permitido tomar medidas que afectem directa ou indirectamente a vida das outras regiões, porque medidas dessa natureza poderiam destruir a *unidade nacional*.

Os recursos do Império.—Com que recursos poderemos realizar a obra do nosso engrandecimento? Com os nossos:—com a nossa vontade, com o nosso trabalho, com a nossa gente. *Muito com pouco* foi sempre a nossa divisa. Uma nação que sente e confessa que só pode prosperar, deixando substituir a sua actividade pela de estranhos, é uma nação em decadência.

A cooperação e a colaboração de elementos que não pertencem á nacionalidade serão bem recebidas desde que nos convençamos de que se colocam ao nosso lado de boa fé e sem intenção de nos traírem; mas devemos sempre evitar que as actividades nacionais sejam superadas por actividades estranhas á Nação.

Renovação.—A quem cabe a realização desta ingente e profunda transformação? Sem dúvida alguma ao povo português e só a êle. Mas um povo para realizar carece de guias e de chefes capazes de incarnar o sentimento popular. Não pôde elegê-los o povo português dentre os poucos que restam de uma época que colheu a glória de implantar no país as instituições republicanas, mas que não soube iniciar em todos os seus aspectos e pôr acima de tudo o engrandecimento da Nação, que era o grande e quasi único fim que o povo esperava atingir com a proclamação da República. Não pôde também buscá-los na época presente, transitória e efémera e de forma alguma construtora, pois que ela figurará na história apenas como executora das eliminações de ordem política indispensáveis ao advento de uma nova época, da *renovação nacional*.

Nêste fim de vida, que uma grande serenidade envolve e suaviza, é consolador reconhecer que essa *renovação* está em marcha. Ouço os passos firmes da legião dos novos que, nada querendo com o presente, olham mais para o futuro do que para o passado. Serão eles os realizadores dos grandes planos que encheram os nossos sonhos durante uma vida inteira, e levantarão a insigne obra de alta civilização, que nós apenas conseguimos esboçar, porque a justiça foi sempre em tórno de nós uma palavra vã, a dignidade humana uma ficção de idealistas e uma plutocracia nefasta não deixava vingar nenhuma realização.

E a *Nação Unida* continuará então a civilizar a África !

Não como até hoje, num arrastar de contrariedades constantes, com desfalecimentos e hesitações, com brilhantes mas quási instantâneas manifestações de energia, com desoladoras e longas parágens, com criminosos retrocessos; mas com a vontade de realizar, com a certeza da realização, sem precipitações e sem desânimos, afastando serenamente os obstáculos que se levantem á sua marcha, caminhando sem parar, com tranqüilidade e alegria até se atingir o fim de paz e de civilização que a história nos legou.

E teremos cumprido a nossa última missão histórica. Deixem-me acreditar, já que noutra eternidade não creio, que nos milénios seguintes (e para quê fixar-lhes um limite?) a nossa raça, cada vez mais fundida com outras, continuará a viver pacificamente, sem rivalidades nem ódios, trabalhando e sacrificando-se continuamente pela maior civilização do mundo.

*

Na Índia, depois de Alexandre, fomos os primeiros europeus que pensaram na construção de um império asiático dirigido pela civilização europeia, e o que a nossa raça realizou naquelas parágens tornou possível a acção dos anglo-saxões e preparou, portanto, a grande civilização indiana, que está despertando, com características sedutoras de humanismo, nas terras onde Albuquerque sonhou implantar a civilização portuguesa.

Na América fomos os únicos, durante séculos, com os espanhóis nossos vizinhos, que soubemos colonizar e civilizar. E ali levantamos, na parte gloriosa que nos tocou, o formidável edifício da civilização latina, que tão grande missão desempenhou quando assentava sobre uma província portuguesa, que tão ingente e brilhante missão tem desempenhado depois de se ter transformado na Nação Brasileira.

Muito fizemos já na África, mas quási nada se o compararmos com o que naquele continente temos de realizar.

O problema da Índia foi uma questão de poder militar e de poder económico; na América tínhamos de ocupar e de colonizar e foram relativamente poucos obstáculos que se ergueram a contrariar a nossa acção.

Mas a questão de África é altamente complicada e carece, para a podermos resolver de harmonia com a nossa finalidade histórica, que se enfeixem tódas as energias da raça. Carecêmos de poder económico e de forças defensivas, que só a Nação Una nos pode fornecer; temos de ocupar e de civilizar, de distribuir racionalmente sobre tódo o território da Nação as nossas reservas demográficas; devemos afastar cobiças diversas principalmente com a magnitude da nossa obra; a situação que geogrâficamente ocupam os nossos territórios na África tropical, e são as situações geográficas que fundem em "bronze indesejável os destinos dos povos, leva-nos a preparar-nos para manter mais uma vez, em distantes terras, com justo equilíbrio, a civilização latina e, acima de tudo, a civilização portuguesa que dela nasceu, tão própria para transformar as civilizações primitivas e para se adaptar a variadas regiões, mercê de notáveis características com que cinco séculos de administração e govêrno de colónias e de impérios a diferenciaram de outras civilizações.

“Preparação de que maneira?

“De forma alguma guerreira ou agressiva.

“Essa preparação tem de ser, atendidas as condições de tempo e de lugar, a mesma que fizemos no Brasil. Fixar nas terras de África, que nos pertencem, a nossa raça com a maior intensidade, para que as suas qualidades de perseverança, de resistência ao desânimo e de coragem indomável que em nós sempre produz o infortúnio, lhes dêem um cunho bem português; agarrarmo-nos cada vez mais aos nossos processos administrativos, deixando moldes estranhos para marcarmos bem a nossa alta capacidade colonizadora, mantendo inalteráveis em terras de África os princípios de colonização há tanto tempo fixados pelos nossos maiores; seguir desassombadamente a nossa política indígena, baseada nos sentimentos os mais humanitários, sem preconceitos de côr, mas altamente ciosa da nossa soberania e do predomínio do povo português: — e teremos assim levantado, mais uma vez, na nossa aparência de fraqueza, a formidável barreira da nossa nacionalidade e da nossa civilização, como obstáculo ao desmedido avanço de outra nacionalidade e de outra civilização. Contraporêmos as nossas qualidades e os nossos defeitos, aos defeitos e ás qualidades de outros. E assim se estabelecerá na África o equilíbrio que se estabeleceu na América, se desviarão os perigos que resultam das nacionalidades excessivamente grandes e excessivamente fortes. E na África, mais do que na América, várias nacionalidades, derivadas das duas grandes e principais civilizações humanas, exercerão pacificamente, perfeitamente contra-balançadas entre si, a missão de civilização a mais monumental da Humanidade.

“No meio das lutas ingentes pela vida e pela tranqüilidade, de que tanto carecêmos nesta hora de tremendas dificuldades para a nossa Pátria, é consolador podermos elevar o nosso espírito, levantar bem alto os nossos corações e bebermos em grandes haustos o ânimo de que tanto carecemos, com a visão bem firme, bem segura, bem nítida, de que altos destinos nos estão reservados naquela África portentosa, glorioso campo dos nossos esforços e das nossas lutas, onde tantas dores sofreremos, onde tantas vidas deixamos”.

*

Destina-se tudo o que deixo escrito a ser publicado numa revista portuguesa que aparece á luz do dia em terras do Brasil: — dedico as minhas palavras a duas nações irmãs, ao grande império brasileiro e ao império português que as energias da raça de novo hão-de fazer grande. Acabo de transcrever algumas dessas palavras de um discurso que há dez anos li numa festa que me dedicaram novos da minha terra: — não podiam elas deixar de reaparecer aqui. Nos anos transcorridos desde então, perdi muitas das minhas ilusões, mas robusteci a minha fé nos altos destinos de Portugal, e por isso a oração de há dez anos se tinha de pronunciar agora, com mais ardor e com mais confiança, perante todos os que falam a minha língua.

*

E para terminar tenho que fazer a pública confissão de um credo político. Não pode alhear-se a concepção de um império da organização político-social

da raça que o ergueu. — Se Cartágo tivesse vencido Roma, o império cartaginês teria sido fundamentalmente diferente do que foi o império romano, e a civilização do mundo seria outra. Roma transformou-nos, com uma acção que durou seis séculos, como nós estamos há quinhentos anos a transformar a África; deu-nos a sua língua, transmitiu-nos a sua cultura e infiltrou no nosso organismo nacional nascente as suas instituições e, como virtude de inegualável valor, a sua consciência jurídica. O amor da independência, o espírito da liberdade, e a noção da dignidade humana que caracterizavam os lusitanos, afinaram-se no contacto com os romanos, portadores dos ideais da antiga Grécia. Formada a Nação, a escassez e a homogeneidade da sua população permitiu, através de tóda a nossa história, a constante intervenção do povo nos negócios públicos, e talvez em nenhum outro país a consciência nacional estivesse sempre tão segura, como em Portugal, de que ao povo compete governar, de que o povo não pertence aos Governos. Portugal foi sempre uma democracia, em que o sistema de representação popular sofreu transformações diversas, como as há de experimentar ainda, mas em que qualquer regime político que tente pôr de lado essa representação, e as liberdades individuais e colectivas que lhe sêrvem de base, está condenado a desaparecer em breve trecho.

Também nos mostra a nossa história as lutas constantes do povo contra tudo que representa privilégios, monopólios e açambarcamentos de riqueza, contra as oligarquias plutocráticas em todos os seus aspectos. A *unidade nacional* não será uma realidade enquanto a lepra da plutocracia não tiver desaparecido da Nação.

*

E tudo está dito, tudo o que sei dizer . . .

Que tódas as energias nacionais se exaltem, pois é chegado o momento dos novos se pôrem a caminho de uma grande civilização.

Algés, 1933.

Nilton de Mattos

ROUPAS "RENNER" (Trajes e ternos de lã)

Couros, Artigos de viagem, SPORT, Montaria e Praia

Fabricação de malas de libra SILVIUS

Exclusivo dos brins KAKI, BRANCO e VERDE-OLIVA "FLORIANO" e "TRIUNFADOR"

JOSÉ SILVA & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Caixa Postal 445

58 — Rua de S. Pedro — 60

End. Teleg. "SILVIUS"

Telefones: Armazem 4-0671 Escritório 4-5333

RIO DE JANEIRO

SEMANA PORTUGUESA EM VIGO

POR JÚLIO DE LEMOS

ESCRITOR — SÓCIO DA REAL ACADEMIA GALEGA
DA ACAD. DE ESTUDOS HISTÓRICO-SOCIAIS DE VALLADOLID
DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO
SECRET. PERPÉTUO DO INSTITUTO HISTÓRICO DO MINHO

EXPRESSAMENTE PARA ESTE BOLETIM

SOB pretexto de um encontro internacional de futebol, em que se defrontavam os melhores jogadores dos países ibéricos, presenciou-se em Vigo, nesta ameníssima primavera, uma bem eloqüente afirmação da estima fraterna que hoje aproxima e liga dois povos vizinhos, até há poucos anos quási indiferentes em suas relações e contactos, a-pesar-de tantas afinidades e a própria origem comum determinarem precisamente o contrário.

Mais de 20.000 portugueses, predominando os das povoações fronteiriças, se dirigiram àquela grande urbe atlântica, a assistir ao desafio no vasto campo de Balaidos, confraternizando com os seus irmãos galegos e outros naturais da fidalga Espanha, unindo e confundindo as lindas e amadas côres das bandeiras das duas Repúblicas peninsulares, associando os hinos de Portugal e da Galiza, vibrando na veemente exaltação dos nobres e puros sentimentos da Raça.

E não eram em menor número, ou menos significativo, os cidadãos que de toda a Galiza ali afluíram nos fins de Março e primeiro decêndio do pretérito Abril: — mais de 30.000 trabalhadores do mar e dos agros concorreram a engrandecer aquela imponente manifestação de simpatia e amizade, que redundou a cabo, num acontecimento de enormes vantagens económicas para a nação amiga.

O desfecho do emocionante *match* foi relatado na revista viguesa VIDA GALLEGA, nestes termos: — “Ganó Es-



MARÇO
26
Domingo

MARÇO
27
Segunda

MARÇO
28
Terça

MARÇO
29
Quarta

MARÇO
30
Quinta

MARÇO
31
Sexta

ABRIL
1
Sabado

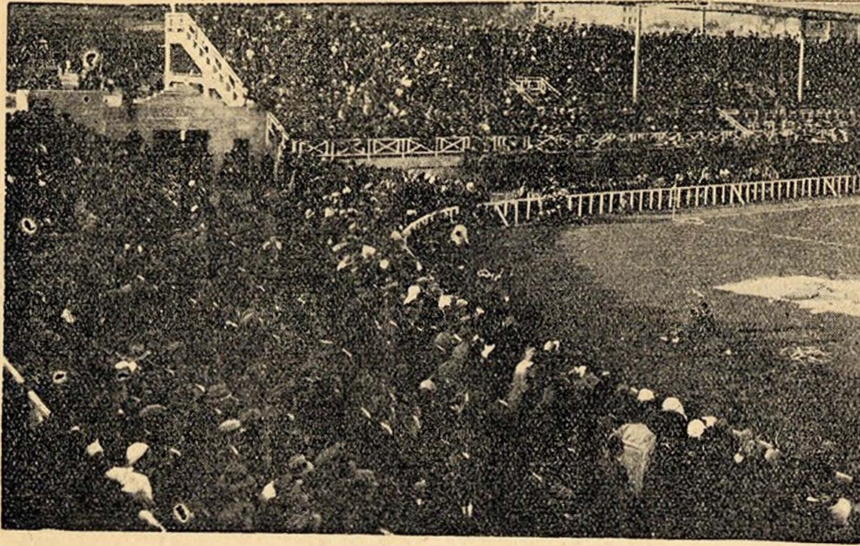


paña por tres a cero; pero todos los criticos han convenido en afirmar que los portugueses merecieron otro resultado. Un tres dos, o un tres uno, habían expresado más fielmente la potencialidad de los equipos. Los españoles tuvieron a su favor la velocidad, la decisión y el chut afortunado y, en contra, la falta de cohesión, explicable en estos equipos formados com elementos dispersos. Los portugueses se acoplaron mejor y exhibieron um magnífico juego. Su portero, que es muy bueno, tuvo dos salidas poco afortunadas. Pero hay que decir en descargo suyo que fueron impuestas por la impetuosidad de nuestros de delanteros.”

Fêz-se coincidir o ruído do espectáculo desportivo com a realização da Semana Portuguesa, devendo-se esta importante iniciativa ao nosso activo compatriota sr. Manuel Carvalhido Esteves, actual Presidente do *Centro Português de Vigo*.

O elenco dessa festa—foram, efectivamente, oito dias de explosiva alegria e impressionantes expansões afectivas entre minhotos e galegos — continha vários números interessantes, a todos sobrelevando a Exposição Portuguesa, não só por constituir um admirável mostruário dos nossos produtos metropolitanos (vinhos, madeiras, cerâmica, etc.), senão também porque foi para muitos, que o ignoravam, a mais alta e brilhante demonstração da nossa obra civilizadora e das fontes de riqueza do nosso império ultramarino.

Celebrou-se a Feira do Livro, onde se patenteavam as lucubrações e



UM ASPECTO DO
ESTÁDIO DE BALAIÇOS
(GALIZA)

devaneios dos nossos maiores valores mentais e houve um concêrto pela banda da Guarda Nacional Rêpublicana de Lisboa, o qual, pelo seu progrâma selecto e esmerada execução, foi coroado pelos entusiásticos aplausos dos que tiveram a fortuna de poder proporcionar-se esta inolvidável audição.

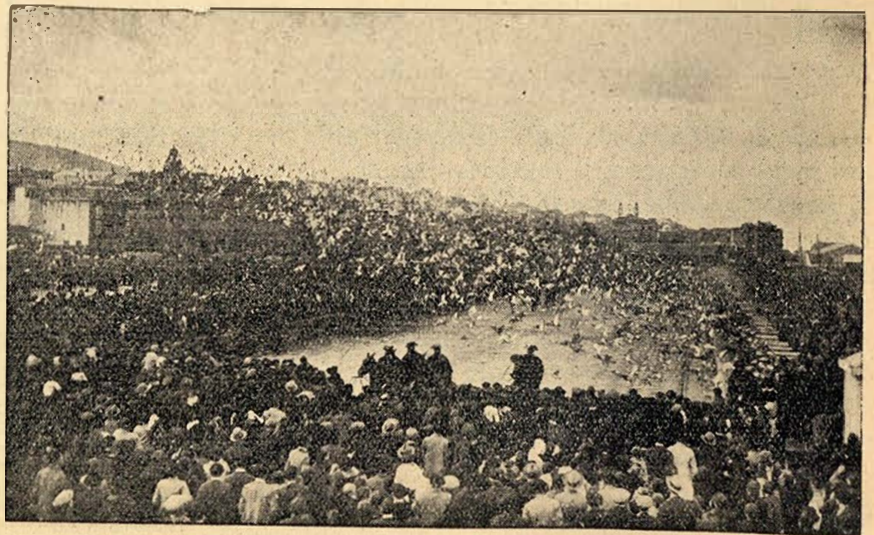
Confraternizaram ainda portugueses e espanhóis nas conferências culturais pelos escritores que de Lisboa ali foram e na esplêndida récita de gala que Amélia Rey Colaço, deu no teatro "García Barbón", encantando os circunstantes com a primorosa declamação de versos de Rosálide de Castro, *a meiga rôla da Galiza*.

Uma espêssa multidão aclamou, extasiada, a magia dos nossos fogos de artifício, — estrêlas e lágrimas faiscantes, cataratas de oiro, profusão de pedrarias policromas, tesouros de côr

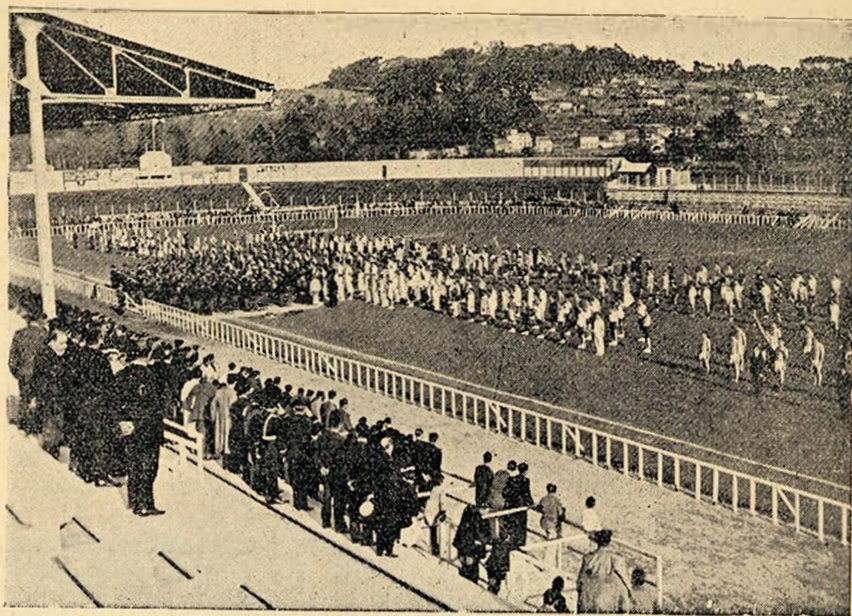
que reverberavam ofuscantemente, esgarçando-se e diluindo-se no azul...

A querida terra de Além-Minho, ventre da nossa nacionalidade, pôde reconhecer nessas horas de cordial efusão, como os seus amigos lusitanos se sentem felizes de a estreitar entre os braços, de a compreender e amar — e já se dispõe para briosamente retribuir a nossa visita. Assim, acabamos de ler, na bela revista de D. Jaime Solá, que — "*La Semana Portuguesa* llenó en tal forma de placenteras emociones la vida de una parte de Galicia que al terminar dejó así como una sensación de vacío en todos cuantos estuvieron presentes a ella en unos días de vida emocionada. Ahora a Galicia le toca pensar una sola cosa, que debe ser desde hoy nuestra obsesión. Hay que devolver esta visita. *Hay que ir a Portugal.*"

LEVADOS DE PORTUGAL,
FÔRAM SÔLTOS EM
VIGO 10.000 POMBOS-
CORREIOS.



OS ATLETAS, FORMADOS NO ESTÁDIO DE BALADÍDOS, OUVEM, FORMADOS, OS HINOS PORTUGUÊS E ESPANHOL, EXECUTADOS PELA BANDA DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA, DE LISBOA.



Neste passo da sua linda crónica a respeito da festa luso-galícia, mais uma vez o glorioso autor da "Anduvina" fielmente interpreta o sentir unânime dos seus gentilíssimos concidadãos.

A *Galicia frorida* vai corresponder aos extremos de carinho que recebeu de Portugal, destarte se fortalecendo e consolidando aquela incontestável influência que reciprocamente sentem os respectivos povos, baseada em fortes razões étnicas e cujo reflorescimento sobretudo se deve à propaganda que os intelectuais de cá e de lá têm sustentado, nos derradeiros lustros, com tamanha tenacidade e tam exemplar patriotismo.

Os escritores, jornalistas, poetas, oradores e artistas do berço de Curros Enríquez, como os seus camaradas do Norte de Portugal — aquêles com a *Academia Galega* e êstes com o *Instituto Histórico do Minho* — exprimiram e alimentam um sonho generoso, para êle carregando a adesão dos escóis, e têm a certeza de que uma feliz realização há de epilogar, no futuro, o seu porfiado esforço, assim se confirmando o assêto de Anatóle France. O divino romancista do "Crime de Sylvestre Bonnard" disse que, "embora as obras dos poetas exprimam utopias, são, contudo, futuras realizações, mais ou menos longínquas". Quando tal escreveu, sentia consoantemente não só com Shelley, que asseve-



EM HOMENÁGEM A PORTUGAL, UM GRUPO DE FORMOSAS VIGUENSES DESPORTISTAS COMPARECE NO ESTÁDIO, EM TÍPICOS TRAJES MINHOTOS.

rou que “os poetas são os legisladores do mundo”, mas também com Renan, quando opinava que “os sonhos de todos os sábios contêm um pouco de verdade”.

Somos daqueles que alimentam a fagueira esperança de que a Galiza ainda há de integrar-se, um dia, no território português. Povo de pescadores e lavradores, com a mesma ascendência céltica que nós, o mesmo sangue, a mesma língua — “mimosa, soave, sentida, queixosa”, na justa definição da doce poetisa dos “Cantares Gallegos” —, o mesmo paganismo, usos e costumes, a mesma natureza virgiliana, montanhas azúis e cismadoras, verdes prados, os mesmos anseios, o mesmo individualismo, o mesmo culto da Liberdade, a mesma tendência para a emigração e idêntica nostalgia da família e do recuncho, inúmeras analogias enfim, crêmos firmemente que há de volver ao nosso lar, até porque desta guisa se cumprirão os votos dos seus melhores espíritos.

São de Rosália estes versos tocantes:

*Probe Galizia! Non debes
Chamarte nunca española.*

E Manuel Leiras Pulpeiro repetia:

*.....terra
Esquencida, qu'española
Nunca chamarse debera.*

Conceituou Groos que “nunca prestamos atenção ao presente, mas ao que há de vir”. Por mim, há anos que ponho todo o meu sentido nesta ardente aspiração do retôrno da Galiza, quási me desprendendo de outros interesses espirituais, que tam caros me foram.

Vivo-a continuamente, porque a concebo como *realidade* no futuro; vivo-a amorosamente, como um sentimento profundo e consolador, como uma esperança doirada, vivaz, imorredoura...

¿Não disse Maudsley que “não percebemos, nem queremos, senão as coisas que esperamos”?

Viana-do-Castelo, Maio de 1933.

João de Jesus

A língua é a maior das pátrias — porque abraça maternalmente os homens que o mar separa. A raça é a expressão formidável de energia que recuou o meridiano de Tordesilhas e realizou, pelo valor individual e pela coesão colectiva, o milagre da fundação da América Portuguesa, que a evolução natural transformou na América Brasileira. Enquanto as rivalidades de Castela, Leão, Asturias, Navarra e Aragão atavicamente se transportavam ao Continente de Colombo, a êle vinha ter, do mesmo modo, a força vital que criara o reino de Afonso Henriques e a língua de Gil Vicente e de Camões. Essa gloria de Portugal ainda nos ilumina.

GUSTAVO BARROSO

Boletim da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro

“Esta benemérita Sociedade continua a publicar regularmente um magnífico boletim ao qual a propaganda Colonial no Brasil deve já inestimáveis serviços.

O facto dominante e exuberante desta publicação é o profundo sentimento português que a anima e que para honra nossa devia ser conhecido de todos os portugueses em geral e dos colonialistas em especial”.

In-PORTUGAL COLONIAL—Julho, 1933



CAFÉ DAULISTA
TORREFAÇÃO E MOAGEM
Soares Pinheiro & Comp.
RUA DA CONSTITUIÇÃO, 23A - Telef. 2-0836
RIO DE JANEIRO
ANALYSEDA 1931

**TOMA-SE UMA VEZ
E REPETE-SE TODA A VIDA**

LEIAM { COMO FIZERAM OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE — Por MÁRIO COSTA
OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE — Por TEIXEIRA BOTELHO

La voz de la Sangre y la atraccion del Verbo

POR D. AVELINO RODRIGUEZ ELIAS

(ESPECIAL.)

CRONISTA OFICIAL DA CIDADE DE VIGO — MEMBRO DA ACADEMIA GALEGA,
DA ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA — DO INSTITUTO HISTÓRICO DO MINHO,
DO INSTITUTO DE COIMBRA — DA ACADEMIA DE BELAS LETRAS DE MÁLAGA
E DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

DECIR gallego, es decir habitante de una region de España formada por las actuales provincias de Pontevedra, Coruña, Lugo y Orense. Pero decir galaico, es extender un poco más el concepto geográfico.

Porque el pais de los *calaicos* comprendía no solo esta Galicia actual, sino tambien parte del territorio leonés por el Este, y del lusitano por el Sur.

Y aún después de independiente Portugal, la iglesia episcopal de Tuy llegaba en su dominio hasta la misma orilla del rio Lima.

No es de extrañar, por tanto, que de la parte del Este haya poblaciones que expresen, como ha ocurrido recientemente, com motivo de la paralización de las obras del ferrocarril de Zamora e Orense, el deseo de pasar a depender de Galicia, ni tampoco que, cuando la ocasión se les presenta, portugueses y gallegos se den un fraternal abrazo. Es la voz de la sangre y es la fuerza del verbo.

El gallego no se siente extranjero en Portugal, ni el portugués cree hallarse en tierra

extraña cuando traspasa el Miño o la raya seca, esa frontera que las conmociones políticas de la Península ibérica establecieron caprichosamente y que hay que respetar, porque lo que la Historia ha escrito, ya no es posible borrarlo.

Pero eso no es obstáculo para que portugueses y gallegos se entiendan admirablemente. ¡Pues no han de entenderse, si todos son unos!

Y es en vano ir contra ese destino de la raza. ¡Si hasta, para que Portugal tuviera el poeta más grande del mundo, le dió Galicia la sangre de sus Caamaños!

Viriato, en su lucha contra los invasores, jamás reconoció frontera alguna entre el país de los grovios y el de los otros pueblos que habitaban al Norte del Miño. Y los habitantes de los montes Hermínios, al huir de la persecución de Julio César, encargado de exterminarlos, no consideraron entrar en territorio extra-

ño al llegar hasta Bayona y refugiarse en las islas Cies.

Galicia y Portugal no se consideraron nunca extraños.



D. AVELINO RODRIGUEZ ELIAS

Cuando la villanía de un Dugeselín puso a Pedro el Cruel bajo el puñal fraticida de Enrique, Galicia no quiso reconocer a éste por rey, a pesar del título gallego de Tastámara que Alfonso XI había concedido a aquel hijo de barraganía, y se puso al lado de Fernando de Portugal, biznieto de Sancho el Bravo, que reivindicaba para sí la corona de Castilla.

Y luego, cuando muerto Enrique II, el duque de Lancaster, como yerno de Pedro el Cruel, le disputó el trono castellano a Juan I, Galicia también se revolvió contra el soberano, sosteniendo los derechos del pretendiente.

Finalmente, al ocupar Isabel la Católica el trono que su hermano Enrique IV dejó vacante, Alfonso V de Portugal le puso guerra, en defensa de su sobrina Juana. Y otra vez los gallegos adoptaron el partido portugués, sosteniendo los derechos de la *Beltraneja*.

Es decir, que en todos los conflictos entre Portugal y Castilla, los gallegos adoptaban siempre el partido portugués. Era la sangre que juntaba a los hermanos.

Naturalmente que no fué sin gran quebranto para ellos mismos que así se ponían frente a Castilla. Porque si antes estaba Galicia abandonada, a partir de aquellos tiempos, en los cuales mostraban los gallegos su decisión y buen sentido, a la vez que su espíritu de rectitud y justicia, su fortaleza y alteza de miras, fué mayor el abandono en que esta region privilegiada por la Naturaleza ha vivido y vive en todo lo que respecta al Poder central.

¿Qué de extraño tiene, pues, que Galicia y Portugal se abracen cuantas veces la suerte les depara ocasión?

El año pasado, el *Diario de Noticias*, de Lisboa, extendió hasta Vigo la Vuelta Ciclista de Portugal, dando un salto sobre una frontera que espiritualmente parece no existir. Y Vigo correspondió, organizando la Semana Portuguesa, aquí celebrada con brillantez que no se esperaba, a pesar de algunos defectos de organización, perfectamente explicables en algo que como prueba se celebraba, y que habrá de repetirse aun con mejor éxito, porque cada vez se aproximan más, mucho más, los dos hermanos que los ajenos hicieron separar, pero que la sangre y la lengua atraen mutuamente con invencible fuerza.

Ese y no otro fué el significado de la Semana Portuguesa del 26 de Marzo al 2 de Abril de 1933 celebrada en la ciudad de Vigo.

Vivan Galicia y Portugal cada uno de ellos bajo la bandera que el destino les deparó. Y guárdenle la fidelidad a que están obligados, so pena de incurrir en pecado de traicion o de menos valer. Pero ¿quién puede impedirles que se abracen como hermanos de cuando en cuando?

“O sentimento de cordialidade entre estudantes brasileiros e portugueses constitui um dos aspectos familiares á sensibilidade dos dois povos irmãos e uma das mais lindas manifestações entre os que selam as suas íntimas afinidades de espírito e de sangue.

A SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBÔA, referem as notícias, recebeu 78 cartas de estudantes brasileiros, solicitando-lhes endereços para o início de correspondência com os seus colégas portugueses. São estudantes de nossas escolas primárias e secundárias, os que manifestam aquêl desêjo. São pequenos brasileiros ainda sob directa orientação paterna e, moços já em plêna floração espiritual que expontâneamente procuram a intimidade dos colégas que, embora longe, vivem no culto da mesma língua e na luz das mesmas tradições.”

(In-A NOITE sôbre o INTERCAMBIO ESCOLAR, levado a efeito no Brasil pela SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO em colaboração com a SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA).

Antes de comprar sua “toilette” para o Verão, V. Excia. deverá conhecer as belíssimas padronagens de

VOILES SUISSOS

DAS

CASAS PERNAMBUCANAS

SORTIMENTO DESLUMBRANTE

OS MENORES PREÇOS

FILIAIS: Ouvidor, 123/125
Praça Tiradentes, 10/12
Largo de S. Francisco, 44
Rua Marechal Floriano, 118

NITERÓI: Rua Visconde do Uruguai, 528

A LA MEMORIA DE UN HERÓE PORTUGUÉS

que luchó al lado de los patriotas gallegos

POR D. JESUS LORENZO GIL

(ESPECIAL.)

PRESIDENTE DEL CENTRO DE HIJOS DE VIGO

DESDE que se inició la idea de celebrar en esta ciudad la Semana Portuguesa, el Centro de Hijos de Vigo se sumó incondicionalmente a ella, teniendo en cuenta que solo consecuencias favorables podrían derivarse para las cada día más estrechas relaciones entre Vigo y Portugal.

Los millares de gallegos que residen en Portugal y los millares de portugueses que conviven con nosotros, imponían al Centro de Hijos de Vigo esa colaboración, que no dejó de prestar nunca, de la manera más entusiasta y decidida, hasta el punto de formar parte activa en el Consejo Directivo Ejecutor de la Semana Portuguesa.

Pero quiso hacer más: quiso que de la Semana Portuguesa quedase algo efectivo y perenne, que recordase la actuación de este Centro, y a ese efecto pensó y llevó a cabo la colocación de una artística placa de mármol y bronce en la plazuela que desde 1894 lleva en esta ciudad el nombre de Almeida.

Almeida, para nosotros; para los portugueses, el teniente João Baptista Almeida de Sousa e Sá, héroe de la Guerra Peninsular y uno de los bravos militares lusitanos que contribuyeron con su esfuerzo a que el 28 de Marzo de 1809 se rindiera toda la guarnición francesa que ocupaba la plaza de Vigo.

La circunstancia de cuadrar el aniversario de aquella acción memorable dentro de la Semana Portuguesa, hizo que, desde luego, se fijase tal fecha para el homenaje al teniente Almeida de Sousa e Sá.

Y, en efecto, el 28 de Marzo de 1933, el Presidente del Centro de Hijos de Vigo y el Excmo. Sr. Cónsul de Portugal descubrieron la placa que este Centro dedica a la eterna memoria del héroe portugués que ayudó a nuestros padres en la tarea de libertar el suelo de la Patria del dominio extranjero.

Y se hizo ello con tanta solemnidad, que hasta concurrió, además de las autoridades viguesas y de los representantes de la honrada y laboriosa colonia lusitana, la banda de música del Regimiento de Zapadores de los Caminos de Hierro de Portugal.

Es para mí una de las mayores satisfacciones del cargo que inmerecidamente ostento, la de haber descubierto, con el Excmo. Sr. Cónsul de Portugal, la placa que eternamente dirá a los vigueses como gallegos y lusitanos lucharon juntos, una vez más, por los altos ideales y destinos de la Raza.

JESUS LORENZO GIL

DE UMA ENTREVISTA COM O GRANDE POETA LUSÍADA, TEIXEIRA DE PASCOAES :

Então a alma luso-galaica, sentimentalmente revelada pelos poetas, encontrará a sua expressão religiosa e filosófica, contendo os princípios definidores duma nova civilização: a civilização luso-galaica.

Mas esta civilização necessita dum campo geográfico mais vasto que aquele que os dois povos ocupam na Península Ibérica.

— Mas onde encontrar esse território?

— Naturalmente nas nossas colónias, sobretudo na África Ocidental, ou seja Angola, onde Portugal e a Galiza, de mãos dadas, deveriam criar uma nova e grande nacionalidade, como que um novo Brasil do outro lado do mar!

— Que meios se propõem para a realização destes fins?

— O que é preciso desde já é que o povo galego emigre de preferência para a África Portuguesa, onde o nosso govêrno deve dar aos emigrantes nossos irmãos as mesmas vantagens que aos portugueses.

Realmente se tal acontecer, evitaremos a influência desnacionalizadora italiana e alemã, etc., porque, como disse, o galego é português.

Portugal e a Galiza dariam à África uma população bastante para se criar, ali um grande Império, que perpetuaria no mundo os dois belos povos que são o mesmo povo, porque os anima o mesmo espírito idealista e criador.

— Portanto V. Ex.^a manifesta a opinião de que o que temos a fazer é simplesmente convidar a Galiza a colaborar com Portugal na formação dum grande Império Além-mar?...

— Evidentemente é o que há a fazer. Tudo o mais é secundário.

Fixada assim a civilização luso-galaica a sua influência no mundo será fatal e grandes dias nascerão ainda para os dois povos!...

De la Semana Hispano-Portuguesa

El deporte, aglutinante de pueblos

(ESPECIAL.)

POR D. MANUEL LUSTRES RIVAS

PRESIDENTE DE LA ASOCIACION PROFESIONAL DE PERIODISTAS DE VIGO

HACE una década de años sería una audacia condenable el presentar la función deportiva como algo de más significación que la puramente física que el deporte tiene como esencia. Proclamar que un pugilato de fuerza, destreza y agilidad, en expresión muscular, podía importar más que un galardón individual o un trofeo de equipo, parecía, poco tiempo ha, una irreverencia contra los valores consagrados de tipo intelectual o retórico.

Pero los hechos, más elocuentes que las palabras; los hechos que son la elocuencia suma, irrefutable, han venido a demostrar, abriéndose paso bizarramente a través del tupido maniquil de prejuicios venerablemente ancianos, que el deporte va más allá del torneo de destreza y fuerza física, que el deporte rige y encauza en alveolos profundos una densa y eficiente corriente de cordialidad que actúa como fundente de pueblos, como aglutinante de naciones, uniendo en la comunión de ansiedades de superación de "marcas" y de mejoramiento de "clases" a las juventudes de los países más dispares y más antagónicos, pese a la vesánica exaltación de nacionalismos en que rivalizan Cancillerías y gobernantes.

Las Olimpiadas son ejemplos vivos y vibrantes de la función aglutinante de los deportes. Sin esos mítines universales de atletas jamás podría ver el mundo, flameando en un haz único, las banderas de todos los países del planeta. Y en realidad de verdad, la agrupación de los símbolos de todos los pueblos para presidir las luchas incruentas del atletismo ¿no es una radiosa esperanza en la paz soñada constantemente, porque se desea con afanes que quemar, entre los hombres de todas las razas?

En su aspecto deportivo la Semana Hispano-Portuguesa en Vigo celebrada desde el 26 de Marzo al 2 de Abril últimos, ha sido una pequeña Olimpiada. Como tal, al menos, puede ser explicada, ya que varias facetas del deporte han jugado en ella.

Los nadadores de Oporto, al disputar en las aguas de Vigo, con los nadadores gallegos, la supremacía en el bello

deporte náutico, mientras la brisa marinera hacía ondular los colores de Portugal, España y Galicia, unidos al tope de los mástiles del Club Marítimo ¿no realizaban una obra merilísima de aproximación espiritual entre los dos países ibéricos?

El desfile de atletas vigueses y lusitanos por la pista del magnífico estadio de Balatidos: remeros, al hombro los remos; jockey women gentilísimas con los skits al brazo; boxeadores con los pectorales poderosos y los biceps potentísimos al aire y al sol; tennis women y tennisman, con sus raquetas; balandristas con sus gorras de piloto; nadadoras y nadadores; futbolistas con sus camisetas de gaja coloración con orgía de matices... marchando acompasadamente al ritmo de la música, saludando con los cuerpos rígidos y en posse típicamente deportiva los Himnos de España, de Galicia y de Portugal, que las bandas blandían en la atmósfera tibia ¿no ejecutaban un canto a la buena, a la entrañable, a la fecunda, a la fraternal amistad entre las dos naciones de Yberia?

El partido de fútbol España-Portugal, en el mismo magnífico marco de Balatidos, vistiendo los futbolers lusitanos la camiseta roja que los equipiers hispanos lucen cuando salen de sus fronteras; el partido jugado limpiamente y presenciado con tanta emoción como serenidad por los millares de espectadores portugueses y españoles que llenaban totalmente las graderías del estadio; el partido, iniciado después de haber sonado los Himnos nacionales de Lusitania y España y el Himno de Galicia, después de haberse estremecido el aire con los vivas clamorosos a los dos pueblos de la Gran Yberia ¿no significó, además de un torneo, un abrazo espiritual entre las dos naciones de la Península?...

El deporte es aglutinante de pueblos. Y por serlo, debe de fomentarse con verdadero fervor, porque al darle vida, al colocarle en un plano muy alto de las actividades humanas, se trabaja por la paz entre los hombres más eficazmente que con la Retórica.

NOVO DICCIONARIO POPULAR

Cada Fascículo: 1\$000 Réis

DO PROF. JOSÉ OITICICA

EM TODO O BRASIL

PEDIDOS Á INDUSTRIA DO LIVRO EDITORA (ANTIGA CASA A ENCADERNADORA — FUNDADA EM 1890)

J. DE OLIVEIRA TELLES

RUA S. JOSÉ, 35 — Telef. 3-0804 — RIO DE JANEIRO

ASSINEM { PORTUGAL COLONIAL—Mensário dirigido por HENRIQUE GALVÃO
ACCÇÃO COLONIAL— Sob a direção de FREDERICO FILIPE

Há dez ou quinze anos, sucedia-me com frequência, encontrar no meu caminho um jornalista que, chamando-me de parte, me dizia:

—Há quem atribua a V. intuitos imperialistas sobre a Galiza. Ora... não poderia dizer o que é que, em seu parecer, distingue os galegos dos portugueses?

Eu não alcançava bem o objectivo dos jornalistas que assim me interrogavam e de mim para comigo reconhecia que elles me consideravam um visionário deambulante na positiva sociedade contemporânea.

—Galegos e portugueses?... Mas nada os distingue!

Lia-se um espanto já preparado nos olhos dos meus interlocutores:

—Nesse caso... o que é que separa a Galiza de Portugal?

—A Espanha!

Os que me ouviam estas peremptórias conclusões duvidavam na qualificação que haviam de atribuir...

Eu não passava afinal de um observador paciente que suficientemente conhecia a Galiza e os galegos dos nossos dias e, pela meditação dos factos históricos, a Galiza e os galegos de sempre.

Assim:

Ao afirmar que nada distinguia os galegos dos portugueses queria eu dizer que nem geográfica, nem étnica, nem histórica, nem religiosa, nem social, nem lingüisticamente eram os galegos diferentes dos portugueses; e ao afiançar que só a Espanha separava Portugal da Galiza, pretendia afirmar que se as circunstâncias políticas que assistiram ao nascimento de Portugal como nação reconhecida e, mais tarde, ao nascimento da Espanha como estratégia política, se não tivessem pôsto de permeio, Portugal e Galiza não seriam entre si os dois corpos que procuram, juntando-se, completarem-se, sentindo que um sem o outro não são bem *êles próprios* e o que devem ser; um só corpo com uma só alma. O Estado é, ou deve ser, a alma das nações.

Os tempos mudaram de há dez ou doze anos a esta parte.

Portugal começa de novo a ter consciência do que êle próprio significa como nação no mundo — e a Galiza também. Criou-se um espírito nacionalista galego, desenvolveu-se o espírito nacionalista português e definiu-se melhor. Todos começam a reconhecer que Portugal e Galiza, abandonados a si próprios, descrevem duas trajectórias convergentes, duas trajectórias bem diversas das paralelas que Portugal e Espanha descrevem, as quais por mais que se prolonguem, nunca se encontram:

— todos vêem já ou adivinham instintivamente o ponto em que hão-de encontrar-se fundidos os destinos da Galiza e Portugal.

Galiza e Portugal são politicamente dois países que o rio Minho junta na sua unidade geo-

gráfica e territorial e cuja unidade atávica, lingüística e de costumes demonstra e proclama a tôda a hora o erro da concepção dos homens que edificaram a sua separação. Mostra-nos a história: — a tendência natural de Portugal e Galiza foi sempre para a unidade política, que só a força e as circunstâncias do momento não deixaram consumir — unidade política que já os romanos reconheciam ao conservar a Galiza na comunidade administrativa da Lusitânia, que as condições do momento em que se vinha desenvolvendo quebraram em S. Mamêde, mas cuja realização esteve sempre dentro dos objectivos da política portuguesa e no sentimento dos povos.

Nunca se realizou? Cábem as culpas às ambições de uns homens e aos erros de outros, menos do que às condições naturais, que permaneceram através dos tempos.

Se todos os grandes homens de Portugal, a quem em dado momento pertenceu a responsabilidade da política portuguesa, não perderam nunca de vista a Galiza — todos, desde D. Tereza e D. Afonso Henriques, cuja política só aparentemente é diversa da de sua mãe (será

A propósito da Semana Portuguesa em Vigo Intercâmbio Galaico-Português

POR JOÃO DE ALMEIDA

BRIGADEIRO, ANTIGO MINISTRO DAS COLÓNIAS, ANTIGO GOVERNADOR
DE ANGOLA E DA GUÍNEA — ESCRITOR E PUBLICISTA

ESPECIAL PARA O "BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO"
E "PORTUGAL COLONIAL"

bom não esquecer que êle se armou cavaleiro na Catedral de Zamora — sagração da monarquia portuguesa — talvez para vincar bem a posse d'os senhorios de Zamora, Toro, Salamanca e Ávila, partes integradas por sua mãe como consequência do tratado de Palência de 1114), a D. João I, D. Afonso V; ao Conde de Castelo Melhor, a D. Pedro II — compreenderam que a junção de Portugal e Galiza não poderia corresponder nunca a uma conquista, mas ao reflexo na ordem política de uma situação de unidade existente de facto.

Evidentemente que oito séculos de separação desnaturada afastaram de certa forma Portugal e Galiza: mas afastaram-nos muito pouco nas formas essenciais da vida. Portugal e Galiza permaneceram *nação*, — como queria Ribera y Rovira, e como eu próprio o sublinhei por mais de uma vez em livros e jornais. E' claro, porém, que como unidade política, Portugal-Galiza formando um todo geográfico, étnico, lingüístico, económico, financeiro, militar e moral, completando-se mutuamente, enriquecendo-se mutuamente, poderiam desempenhar uma função inconfundivelmente harmónica no concerto das nações, — passando a Galiza, que mais não fôsse, a colaborar oficialmente na nossa actividade colonizadora, — é bem verdade que mesmo assim, dentro das realidades actuais muito se poderia fazer, entendendo-se criteriosamente de parte a parte numa política de intercâmbio económico e cultural valiosíssimo.

Bastaria regular uma situação de facto, porque, efectivamente, para não citar outros exemplos, seria difficil criar por lei aos galegos melhor situação do que a que sempre usufruíram em Portugal, onde se confundem com os portugueses sem rivalidades mesquinhas e sem que ninguém lhes procure sequer diminuir os direitos pelo facto de serem estrangeiros perante a lei.

E se atentarmos no que se passa do lado de lá do Minho, seria impossível não verificar, por ser patentíssimo, a persistência de um forte sentimento de fraternidade, que nenhum artificio anima, tão natural êle é. As declarações publicadas nos últimos tempos pelos deputados galegos, que têm procurado manter a sua personalidade galeguista na confusão espanhola, não deixariam, aliás, quaisquer dúvidas sobre o que pensam as classes dirigentes da Galiza, se já restassem algumas acs que têm seguido o desenvolvimento da vida cultural galega de Murguia e Rosália de Castro para cá.

Pouco a pouco foi-se impondo ao espírito de todos os galegos cultos a certeza da identidade da língua falada em Portugal e Galiza, — dois dialectos ao menos, perante o latim senão a mesma língua, — se bem que a dominação castelhana tivesse provocado infiltrações vocabulares e sintéticas que, num trabalho de resurgimento, conviria eliminar. Nisto parecem ocupar-se, aliás, muitos galegos cultíssimos que, principiando por se basearem oficialmente no dicionário português, se esforçam por conseguir a unificação ortográfica sem o que tantas formas idênticas parecem diferentes.

A importância d'este movimento reside no seu fundo natural. Não é um artificio, como por exemplo, a da propaganda do castelhano. Pelo contrário a campanha dos artistas, dos homens de pensamento e dos eruditos baseia-se no sentimento popular e apròxima-se da fala do povo das aldeias, onde se conserva o galego mais puro, como se mantiveram através dos tempos os costumes regionais, os gostos, os processos agrícolas, o *folklore*, etc.

A êstes laços de irmandade espiritual, moral, étnica, territorial, está bem de ver que outros, de ordem económica, — como, aliás, se apontou já — poderão corresponder, mesmo sem unidade política, que as circunstâncias não consentem ainda, atendendo às realidades, visto que as relações entre os povos não é sobre sentimentos, mas sobre conveniências que têm de assentar. E não resta dúvida de que, com um pouco de boa vontade de parte a parte, o intercâmbio entre Galiza e Portugal poderia facilmente abarcar tôdas as actividades e sentidos, da forma mais rasgada e ampla.

Agora, que na Galiza se prepara o Estatuto da sua autonomia não se deveria esquecer a conveniência de nêle fixar o direito de levar a cabo algumas combinações, não apenas (se pode dizer-se apenas) sobre cultura, ensino, divulgação dos livros galegos em Portugal e dos portugueses na Galiza, mas sobre regímes de pesca, comunicações, turismo, produtos coloniais etc., — como já se apontou em algumas entrevistas que foram recolhidas no meu livro *Em Prol do Comum...*

João de Almeida

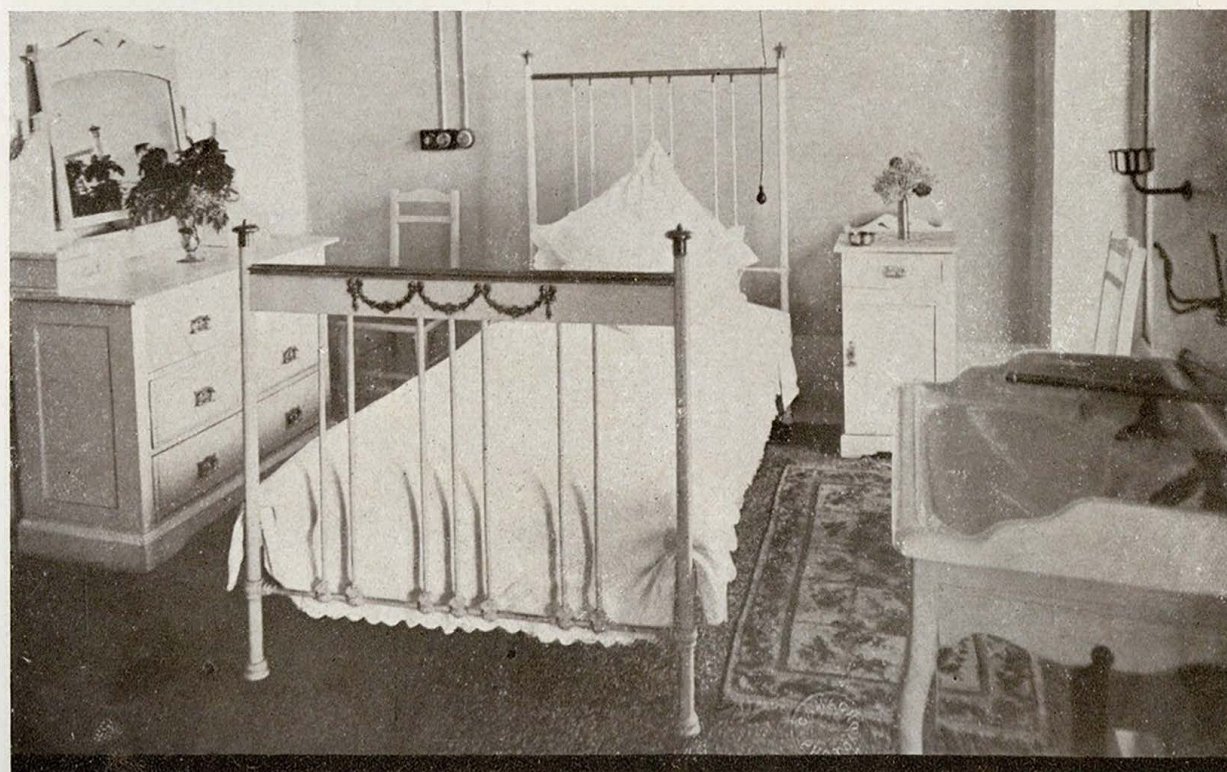


Salvador Correia de Sá e Benevides

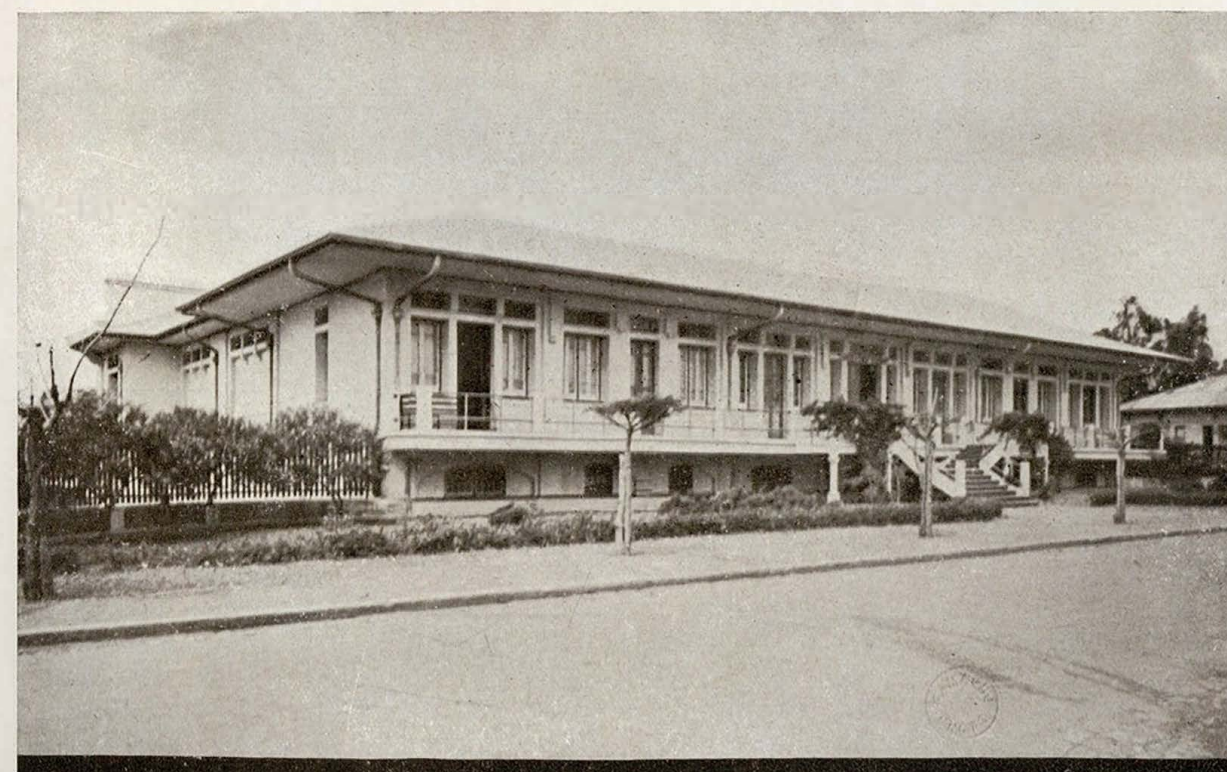


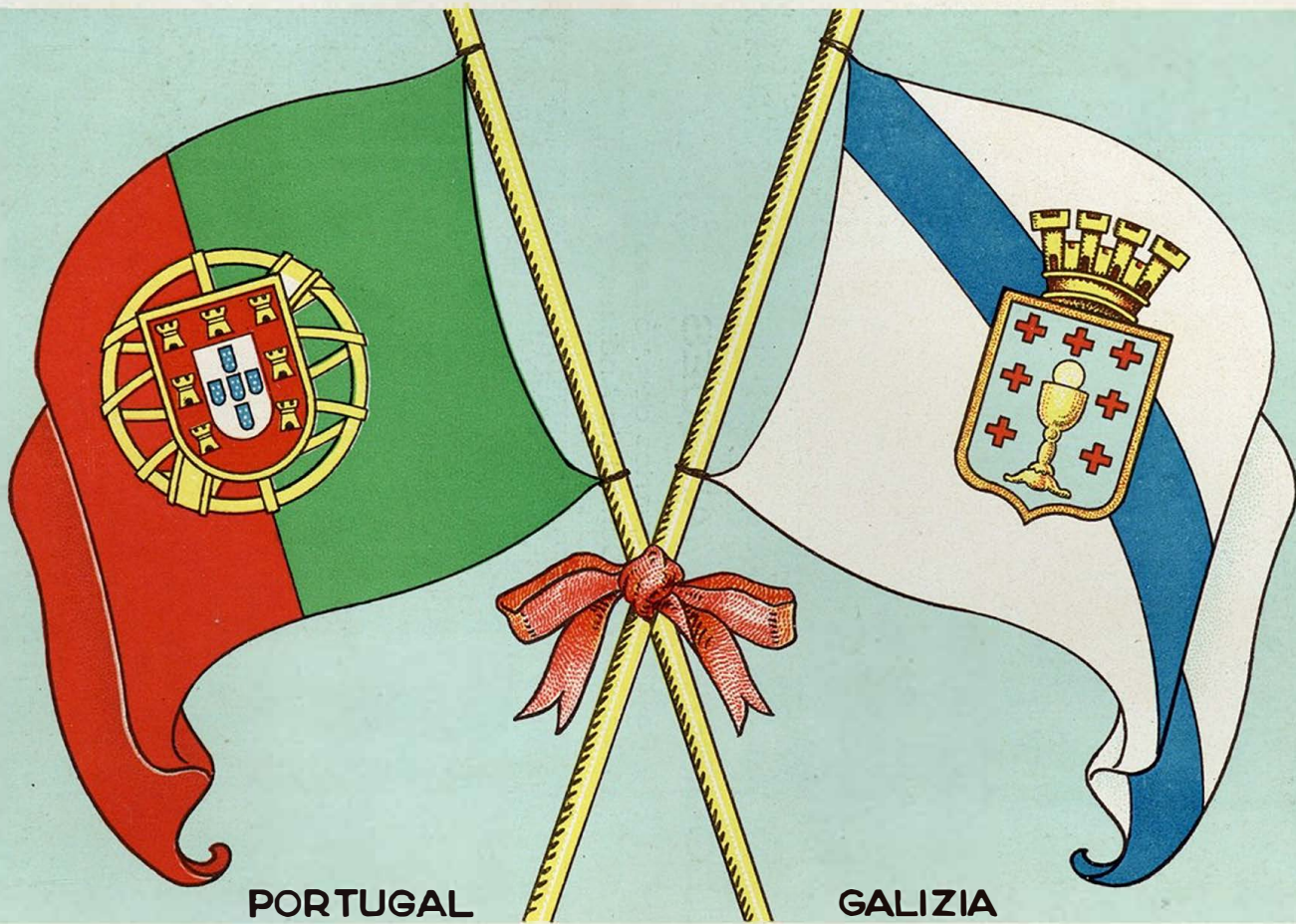
HOSPITAL MIGUEL BOMBARDA, DE LOURENÇO MARQUES

Ao alto: Edifício Central de Administração
Em baixo: Interior de um quarto particular



Pavilhão dos quartos de 1.ª classe
Laboratório Central de Análises





PORTUGAL

GALIZIA

UM PROGRAMA COLONIAL

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PELO CAPITÃO AUGUSTO CASIMIRO

ESCRITOR E POETA, ANTIGO GOVERNADOR DO CONGO,
SECRETÁRIO PROVINCIAL E ENCARREGADO
DO GOVÉRNO DE ANGOLA

A CABO de lêr referências a um trabalho recente, *Noirs et Blancs*, de M. Jacques Weulerse. Segundo o seu autor a acção dos brancos em África é, duma forma geral, nefasta ás populações nativas. A persistência duma velha mentalidade utilitária que a generosidade das leis mal corrige, cria, na exploração das terras novas, uma condição miserável de servidão. As populações desorganizam-se, deperecem, a orgânica e a disciplina nativas dissolvem-se, as imprudentes transportações de trabalhadores, o regime de trabalho, o contacto dos indígenas com os grandes centros urbanos ou industriais, dizimam ou perturbam as populações negras, asfixiando nelas tôda a possibilidade duma evolução própria, dentro dos próprios quadros, de acôrdo com os característicos e a sua mentalidade especiais.

O egoísmo do branco e as suas conseqüências inimigas do negro, dobram em função da riqueza e promessas da terra. O indígena, seu dono, seria desta forma vítima e escravo da fecundidade ou opulência da gleba natal. Para o europeu inquieto e insaciável, se o oiro surge, a tentação do oiro seria mais forte que a fé dos compromissos tomados e as imposições da moral humana. Á expropriação da terra onde as pepitas de oiro abundam, o negro veria acrescentar-se a obrigação do trabalho nos *placers* onde fôra a sua palhota ou a sua *machamba*.

E Jacques Weulerse, demonstra, afirma, sobre a desoladora incriminação desta política fatal, que só nas colónias portuguesas não existem tão desumanos, trágicos problemas.

A acção apostólica no combate ás grandes endemias, a imposição de mais sãos costumes e melhor higiene, a bem orientada instrução, a adequada educação, o melhoramento económico, se os verificamos em alguns territórios, não avultam perante outros males, e em termos compensadores, justificando o branco.

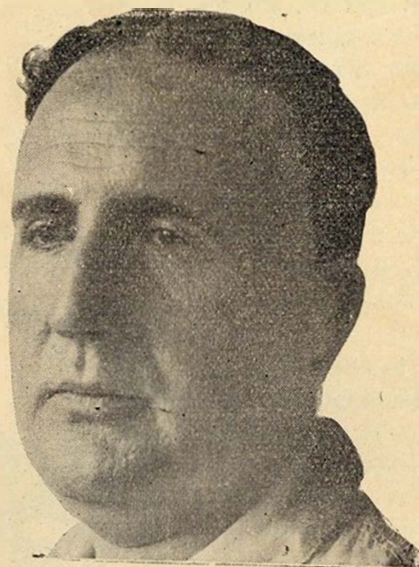
A acção missionária, a boa política de alguns governantes, encontram ainda, nos meios oficiais como em certa imprensa e nas próprias colónias, adversários que lhes tolmem o passo.

Duma maneira geral, *civilizar*, colonizar, é para a maioria, servir interesses que se sobrepõem aos do indígena, através de êrros ou violências que, tantas vezes estancando fontes de riqueza futura e semeando ruínas, trazem consigo a desagregação dos meios nativos, a destruição imprudente e desumana das possibilidades certas duma fundamentada ecónomia e duma civilização.

Mas a nós importa-nos fixar, pelo que diz respeito

ás nossas colónias africanas, até onde é verdadeira a afirmação de Jacques Weulerse. Condições especiais do momento não me permitem a leitura do seu livro e o conhecimento das razões com que documenta a afirmação feita e que nos distingue.

Em Angola, como em Moçambique, para sòmente falarmos das nossas duas grandes Colónias, não existem, de facto, grandes indústrias de exploração diferentes da plantação agrícola. As que se mantêm não se pôdem incluir no número daquelas que exigem um pesado tributo às populações indígenas que as servem. Moçambi-



AUGUSTO CASIMIRO

que sofre, sim, as duras conseqüências, para a saúde dos povos do Sul e para a sua própria ecónomia, dos recrutamentos para as minas do Rand, em território alheio.

Em Angola há uma vasta exploração diamantífera na Lunda. Mas nem as condições do trabalho, nem a fórmula do recrutamento de mão de obra, e a assistência efectiva e o critério adoptado ali no que à mão de obra respeita, permitem concluir que o trabalho assalariado nas explorações diamantíferas de Lunda influem consideravelmente, e de fórmula nefasta, na vida das populações locais. O mesmo se poderia dizer das restantes indústrias, a sacarina, a da pesca e a das conservas, desde que o regime de contratos, a fiscalização e a assistência legais sejam efectivas e sinceras.

As grandes explorações agrícolas em Angola e Moçambique, por muito larga contribuição de mão de obra que exijam, são susceptíveis duma crescente aparelhagem mecânica que irá aligeirando aquela. Subsistem, se a administração se descuida ou transige perante determinados abusos, os efeitos nocivos da transportação do preto para terras de clima diverso, — o desfalque na cifra da natalidade se o contrato dura de mais, o efeito desagregador, no meio originário, dos que regressam empobrecidos fisicamente ou contagiados pela permanência excessiva num meio corruptor que os transforma inadaptando-os á disciplina da aldeia natal.

Os grandes trabalhos de fomento podem exigir, por vezes, ásperos sacrifícios, preparando benefícios futuros, á mão de obra mobilizada para cooperar com o europeu. Mas o cumprimento das disposições legais, as garantias de assistência, um critério inteligente e humano na orientação dos trabalhos, largamente podem reduzir aqueles sacrifícios.

E, assim, a afirmação de Jacques Weulerse, parece-nos precisa e justa. A exploração das nossas Colónias africanas faz-se em termos mais favoráveis ao indígena do que os constatados na maioria das colónias das outras nações.

Mas será tal facto conseqüência voluntária dum preciso critério de ocupação colonial? Ou apenas o resultado das limitações que aos interesses do europeu opõem as condições e possibilidades do meio ou a menor potencialidade financeira para explorações de grande vulto?

Deixo sem resposta as duas interrogações.

*

Mas terminarei estas rápidas linhas com uma definição e com um voto que, justificando o juizo do observador extranho, animassem as esperanças de quantos, com os olhos na África Nossa, querem aliar o legítimo interesse da sua actividade ao apostólico propósito de servir os povos tutelados e a Civilização.

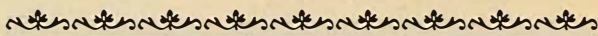
*

A máxima parte da tonelagem exportada pelas nossas Colónias do Continente africano, é o fruto do trabalho nativo, independente da immediata direcção europeia.

A política generosa e fecunda a desenvolver em cada colónia, na medida que as possibilidades de consumo e colocação o permitam, — será a de promover uma cada vez melhor organizada e segura política de produção indígena.

A acção dos governos, para orientar essa política, não experimentou nem esgotou todos os meios que ao seu alcance puséram, para tal, a sua capacidade e o seu dever.

Só essa grande política poderá, para a grande maioria das culturas, conciliar o aproveitamento económico da terra, o desenvolvimento das populações nativas e o interesse legítimo do colono



37.

ACIDUROL
PRODUTO PORTUGUÊS DE FAMA E REPUTAÇÃO MUNDIAL

Elimina o Acido Urico e cura Reumatismo, Artritis, Arterio-Esclerose, Dispepsias, Gota etc.

Produto proveniente do Acido Urico do Laboratorio "FORMOSINHO"

LISBÔA



Europeu. E dará uma base mais sólida ao progresso civilizacional daquelas, melhorando-as economicamente, protegendo-as e fortalecendo-as. Enriquecendo o indígena, o Estado e o Comércio lucrarão do maior volume de transações, da maior capacidade tributária do africano. As populações fixar-se-ão aos territórios; a assistência eficaz e adequados métodos culturais prepararão as populações para cada vez mais fecundas experiências.

As linhas gerais dessa política definidas para Angola, sob os governos de Norton de Matos e Vicente Ferreira, marcam o rumo de acesso a uma prosperidade real do indígena e dos colonos, definem a forma da menos perigosa e mais fecunda cooperação entre o indígena e o europeu.

A colonização, por elementos portugueses, brancos, das regiões mais propícias á sua fixação definitiva, seria o alicerce indestrutível da nossa soberania perante as ameaças de penetração estranha. E seria também, espalhando núcleos de civilização e treino, pelo benefício da acção do colono orientada e condicionada por uma administração cõscia da grandeza e vantagens daquele progrãma, o elemento excitador na magnífica aliança.

Os governos coloniais lançariam as bases dessa grande política de associação fazendo o reconhecimento dos territórios, as experiências prévias de culturas ou indústrias indígenas, uma colonização interior que levasse aos melhores

terrenos e nêles fixasse a maior densidade da população nativa. O crédito agrícola, a distribuição de sementes e alfaias e gado em condições eficazes e não onerosas, a acção exemplar, impositiva e correctora, das autoridades administrativas e das missões técnicas, dariam a esta política as mais ricas possibilidades dum largo êxito.

Na crise que termina uma idade da história, espindo êrros ou crimes resultantes duma aplicação demasiadamente utilitária e a moral do esforço e das conquistas humanas, — bom seria que tomássemos nós outros, iniciadores de civilizações e desvirginizadores de mundos, — uma posição que amanhã nos fõsse de proveito legítimo e de sã• prestígio, não em consequência da riqueza ou da força acumuladas sobre a ruína e o desumano esmagamento dos nossos irmãos africanos, mas do melhoramento, da disciplina e civilização que lhes levasse o nosso concurso, ampliando nêles, ao serviço do mundo, a capacidade própria para uma civilização própria a qual, nem por ser caracterizadamente sua, deixaria de ser para connosco grata e fraternal.

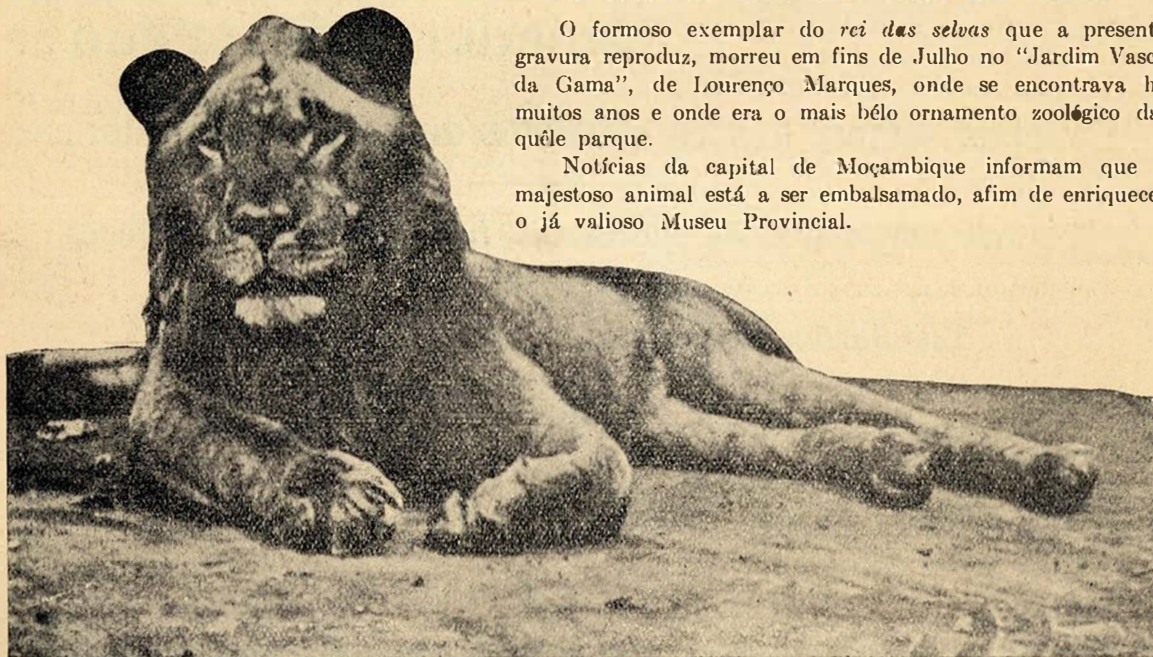
Brava, Cabo Verde, Abril de 1933.

Augusto Sarmento

O leão do Jardim Vasco da Gama

O formoso exemplar do *rei das selvas* que a presente gravura reproduz, morreu em fins de Julho no "Jardim Vasco da Gama", de Lourenço Marques, onde se encontrava há muitos anos e onde era o mais bello ornamento zoológico daquêle parque.

Notícias da capital de Moçambique informam que o majestoso animal está a ser embalsamado, afim de enriquecer o já valioso Museu Provincial.





PATRONE

Sorvetaria e Leitaria

Superior café moido

Bonbons sempre frescos recebidos directamente da fábrica

Variado sortimento de chocolates, bálas, caramelos e dôces

Instalações modernas, requinte de sobriedade



Filial: Rua 7 de Setembro, 101 – Telefone 2-8117

RIO DE JANEIRO

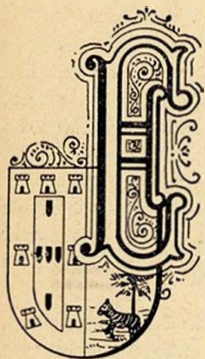
O esforço do Exército Português

em Angola e a cobiça estrangeira

PELO MAJOR J. R. DA COSTA JUNIOR

PROFESSOR, ESCRITOR E PUBLICISTA
SÓCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA
DO RIO DE JANEIRO

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM



QUANTO as principais nações da Europa se degladiavam em lutas estéreis, Portugal descobria novos mares e novas terras, levava a civilização da bondade e da afetividade a novas gentes.

Só após o tratado de Viena de 1815, é que chega a essas nações o prurido de possuírem colónias, mas roubando-as aos portugueses.

Lógo em 1855, a ocupação portuguesa do Ambriz, em Angola, provocava uma reclamação da Inglaterra que se julgava na pósse dessa região — precisamente a região bem demarcada por Diogo Cão — nêsse reino do Congo cujos soberanos negros haviam até tomado os nomes dos reis de Portugal!

E essa nação nossa aliada favorecia depois a entrega, ao Estado Livre do Congo, de grande faixa de terra que nos separou a hoje Intendência da Cabinda, da Província de Angola.

Mais tarde éramos obrigados a largar, á mesma nossa aliada, o território que, actualmente, sob a designação de Rodésia, é grande barreira entre Angola e Moçambique

Depois da revolução de 1891, precursora da nossa nova vida política e diplomática, mais terra alguma de Além-Mar nos levaram os estrangeiros, porque o povo português despertou da sua letargia, perante o ultimato de 1890, e começou a perceber que o futuro de Portugal residia no património colonial que nos legaram nossos valorosos antepassados. E essa percepção revelou-se bem na recepção festiva, carinhosa, entusiásta, com que fôram aqui recebidos os vencedores de Marracuene, Magul, Coolela, e Chaimite, em 1895 e 1896, e do Cuamato, em 1907.

Hoje em dia só um português mau, ignorante, ou inconsciente sugeriria que, por comodidade financeira, se vendesse qualquer parçéla do nosso Império Colonial.

Embora houvesse quem nos reembelsasse do dinheiro gasto com as nossas colónias, ninguém nos restituíria a vida daquêles portugueses que se bateram e morreram pelo domínio perpétuo de Portugal nessas terras.

Isto é que é preciso ter em consideração, portuguesas da actual e novas gerações!

Sua Ex.^a o Ministro da Guerra, desejando que, durante a Semana das Colónias, se dêsse merecido realce ao Exército e sua obra, determinou em circular da Re-

partição do Gabinete que, no dia 8 de junho, palestras como esta minha, chamássem a atenção: para a vastidão, importância e imensos recursos do nosso Império Colonial, para as possibilidades do seu desenvolvimento, para os esforços e actividade até hoje dispendidos com a sua valorização, para as vantágens da sua colonização, para o dever que tem tódo o português, que deseja exercer a sua actividade fóra do continente da Metrópole, de preferir as nossas colónias, e para a decisiva influência que êsse Império Colonial terá nos destinos e prosperidade de Portugal; e sobretudo, para os esforços e feitos gloriosos que o Exército tem realizado nas colónias, muitas vezes de colaboração com a Marinha, consolidando a nossa soberania e concorrendo para a vastíssima obra colonizadora que a nação portuguesa tem efetuado.

E' patriótica esta determinação de Sua Ex.^a o Ministro da Guerra, e justa a consagração que dela resultou.

Conheço os esforços e feitos gloriosos do nosso Exército na Índia, as campânhas de Moçambique, da Guiné e de Timor, mas não os descrêvo por falta de tempo e para não ser fastidioso. Cinjo-me ao resumo do que Angola custou dêsses esforços e feitos, para ser a pacífica e progressiva colónia de hoje.

Diogo Cão foi a Angola em dois anos seguidos: no primeiro, 1485, colocou o seu padrão de S. Jorge, na foz do Rio Zaire; no segundo, 1486, colocou mais dois padrões: um ao sul de Benguela e outro no Cabo Negro, visitando a foz do Loge, Luanda, Lobito, Porto Alexandre a que chamou Angra das Aldeias e Baía dos Tigres que denominou Manga das Areias.

Era a prova do direito consuetudinário de posse total daquela costa.

Paulo Dias de Novais chegou á barra do Quanza em 1560; mas só de volta ali em 1575, fundou a Vila de S. Paulo da Assunção de Luanda, hoje capital de Angola.

Em 1594, já o Governador João Furtado de Mendonça teve de empenhar tropas do Exército contra a gente de alguns sóbas que ameaçavam os portugueses, por êstes protegerem o rei de Angola; e, em 1603, a luta continuava ainda com perdas dolorosas de soldados nossos, quando o Governador Manuel Cerveira Pereira desbaratou completamente o mais terrível dêsses sóbas.

Em 1600, os corsários franceses apareciam a roubar os nossos portos de Angola, a roubar a riqueza que os portugueses tinham já fomentado para bem dos povos!

Pouco depois apareceram os holandeses, no rio Zaire, a quererem fortificar-se no pôrto de Pinda. Estava escrito que, depois do nosso sacrificio, estrangeiros apa-

receriam a colher-lhes os frutos, mas animados exclusivamente pelo interesse mercantil.

Eis, portanto, a primeira ocasião das nossas tropas terem de defender Angola da ambição estrangeira; e conseguiram correr franceses e holandeses.

Porém, os últimos não desanimaram; antes, com grossas esquadras de naus, entraram de se apoderar dos navios portugueses e de ameaçar as costas de Angola; e, em 24 de Agosto de 1641, tomaram a cidade e fortalezas de Luanda.

Começa a maior tragédia do Exército Português, tragédia que a resistência, a abnegação, a heróicidade dos oficiais e soldados portugueses agarrados ao solo de Angola, transformaram em epopeia bem merecedora de ser cantada por um novo Camões.

O Governador, com as fracas tropas de que dispunha, perante o assalto holandês, retirou, protegendo os moradores, para o forte de Maçangano, marcando o caminho com os cadáveres daqueles que não agüentaram as febres, a sede, as privações, miséria e martírios da marcha. Sofreu assim o Exército Português para que a bandeira de Portugal jámais saísse daquela parte da África. E não saíu.

A 12 de Agosto de 1648, o valoroso Salvador Correia de Sá aparece em frente de Luanda com 15 náus e 900 homens de desembarque e obriga, a 15 desse mês, os holandeses a renderem-se e a irem se embora. Nunca mais a bandeira de Portugal deixou de flutuar na fortaleza de S. Miguel.

Senhores do litoral, julgaram os portugueses de então que era necessário dominar o interior para que o progresso, com a colonização, levasse a prosperidade àqueles povos. Mas, em 1718, Manuel Simões, capitão-mór de Benguela, tem de se bater com o gentio do planalto.

Em 1785 Pinheiro Furtado dá o nome de Mossamedes à Angra do Negro e em 1840 e 1842, Pedro Alexandrino explora os sertões da Hufla e Caconda.

Os sertões de Hufla e Caconda! Esses sertões parecem hoje, a quem os visita, pedaços do nosso Portugal da Europa. E' de 1840 em diante que se realizam as tentativas portuguesas de colonização que, como era natural, encontraram opposição da parte do gentio que o Exército teve de vencer.

Compreende-se essa opposição. Os portugueses apreciavam não a roubar terras ou a explorar povos, mas a levar-lhes ensinamentos para mais civilizado viver, a fornecer-lhes elementos para mais segura prosperidade, mas os sóbas, êsses reis pequenos, egoístas e tiranos, verificando a diminuição da sua autoridade, a interdição dos seus actos de selvajaria, usavam de toda a influência que a ignorância e a superstição do gentio lhes consentiam, para o fazerem revoltar-se contra a nossa suave e benéfica occupação.

Um outro motivo da má vontade dos sóbas contra o domínio português era o receio de não poderem exigir de futuro, aos seus súbditos, as mesmas pesadíssimas contribuições em produtos das colheitas, em gados, em moleques, para lhes assegurar vida farta dos mais bárbaros

J. A. COSTA & C.^{IA}

(Fundada em 1881)

Rua Frei Caneca, 245

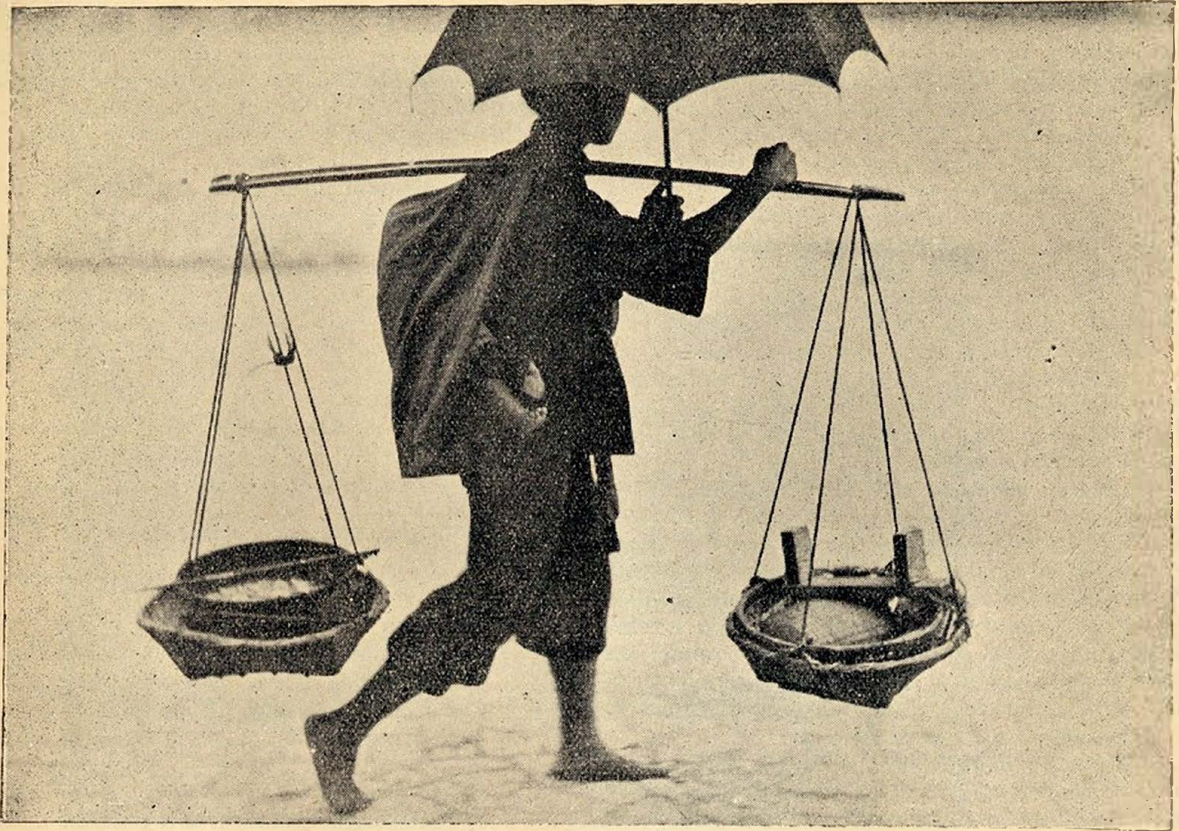
Fones 2-8749 e 2-4263

RIO DE JANEIRO

Engenharia

Arquitetura

Construções



MACAU — VENDEDOR DE PEIXE

prazeres, contribuições que êles pagavam, embora não recebessem qualquer melhoramento, ou benefício.

No Congo, na Lunda, nos Dembos, no Seles, no Bailundo, no Sul de Angola, os sóbas usavam de despotismos, mantinham por tradições, costumes condenáveis de que era vítima o gentio, despotismos e costumes que um povo cristão não podia consentir ou tolerar.

Leia-se o admirável relatório "De Angola á Contra-Costa" de Capelo e Ivens, êsses tenazes pioneiros que atravessaram a África, vencendo as maiores dificuldades, escapando milagrosamente aos maiores perigos. E' de horripilar, mas de esclarecer sôbre a verdadeira causa do decrescimento da população negra.

Mas o Snr. Dr. Ferreira Diniz no seu importante trabalho "As raças de Angola", também nos elucida sôbre a mesma causa.

Foi quási permanente a luta compreendida pelos portugueses para civilizarem Angola, facultando-lhe, com o seu progrêso, o bem estar e a prosperidade não só dos europeus que lá emprégam a sua actividade, mas também dos naturais. Assombraria o mundo a discriminação dos esforços, dos martírios, e do dinheiro despendidos e das vidas sacrificadas com êsse fim civilizador.

Recorde-se essa luta apenas nos últimos 30 anos, compreendendo, além das duras campânhas de ocupação do Bailundo, da Lunda, de Cassinga e Humbe, do Ambriz, do Mulondo, do Congo, do Libolo, do Baixo Cubango, do Pecoço e do Seles, a hêcatombe de portugueses do Vale do Pembe em 1904, a tomada do Cuamato em 1907, a conquista dos Dembos em 1908, a defesa de Naulila em 1914 e a invasão do Cuanhama em 1915.

As expedições de 1914 e 1915, a Angola, atingiram efectivos em pessoal e animal, dotações em material e subsistências, em quantidades que nunca haviam sido enviadas ás colónias, nem em quantidades aproximadas.

É que em 1914 e 1915, não era só contra o gentio de Angola que havia probabilidades de combater; os alemães estavam em guerra com a nossa aliada Inglaterra e dêles tudo havia a esperar.

Desde muitos anos que a Alemanha ambicionava para si a nossa imensa e rica Província de Angola. Em 1898 tentava o govêrno dessa nação um acôrdo com a Inglaterra sôbre a divisão da esfêra da influência económica das nossas colónias, no intuito de satisfazer o seu sonho de expansão colonial.

Por isso nos ofereceu, em 1899, um empréstimo caucionado por aquela nossa possessão, empréstimo que, dignamente repelimos.

Vendo falhar êsse golpe, a Alemanha resolveu enviar uma esquadra ao pôrto de Lisboa, mas a Inglaterra, sabendo-o, enviou primeiro uma frota sua que inutilizou os efeitos daquela demonstração de força teutónica.

Voltou a Alemanha em 1913, a tentar novo acôrdo com a Inglaterra para a partilha das nossas colónias, numa aparência de simples influência económica; mas a deflagração da Grande Guerra, evitou êsse perigo enorme para a nossa Angola.

Porém, no Sudoeste Africano Alemão, havia a idéa de posse daquela nossa colónia, porque os acontecimentos, se não provam a existência dessa idéa, justificam-na.

Assim é que em Outubro de 1914, o muito leal alféres Sereno é obrigado a deitar a mão e a castigar a audácia dum reconhecimento alemão no nosso território angolano e os nossos fortes da fronteira do Cubango são traiçoeiramente assaltados pelas tropas daquela nação, sendo dizimada a guarnição do Cuangar e perseguidas ou prisioneiras as dos outros fortes.

Em 18 de Dezembro seguinte um forte destacamento alemão vinha surpreender as tropas portuguesas do comando do tenente-coronel Roçadas, obrigando-as a retirar após um renhido combate no qual muitos portugueses perderam a vida ou caíram prisioneiros.

Com a vitória dos aliados em 1918, virou-se o feitiço contra o feiticeiro; a Alemanha é que viu as suas colónias passarem ao domínio, ainda que provisório, de outras nações; mas o seu sonho de 1898, ninguém deve crer que se tenha esvaído.

No esforço incomensurável do Exército Português pela integridade do nosso Império Colonial, tiveram papel importante os Combatentes da Grande Guerra que fôram a Moçambique e a Angola desde 1914 a 1918.

Muitos desses rapazes de então ficaram lá, para sempre, mortos por ferimentos ou pelas febres; a maioria regressou; mas, dessa maioria, quantos já repousam nos cemitérios, quantos têm sofrido as maiores privações, quantos teriam conhecido a fome se não existisse a Liga dos Combatentes da Grande Guerra...

Todavia, ao martírio do seu coração em deixar a sua terra, ao martírio do seu corpo nas marchas penosíssimas sob o sol ardente, ao martírio pela sede, pelas febres ou pelos ferimentos recebidos por essa mocidade militar, se deve o não termos sofrido a suprema vergonha de vermos os alemães entrar em Quelimane, ou arvorarem a sua bandeira na hoje encantadora cidade de Sá da Bandeira. Aos combatentes da Grande Guerra deve a Pátria, também, a integridade do nosso Império Colonial.

Naulila não foi uma vitória do Exército Português, mas foi um feito glorioso, porque aniquilou o poder militar do exército alemão do Sudoeste Africano.

Em Moçambique foram feitos gloriosos do Exército Português: a defesa de Nevala e Nhamacurra e a resistência da Serra de M'cula, embora as nossas tropas não tivessem vencido os alemães.

A glória não reside unicamente no vencer, mas também no resistir quando do resistir resulta vitória.

A Grande Guerra foi vencida por aquêles que mais resistiram.

“Não mais se deverá esquecer que jazem em terra do Sul de Angola, vítimas do atentado da Alemanha contra a nossa soberania em África, os seguintes oficiais e praças:

Oficiais: mortos por ferimentos em combate, 10; por doença em campanha 18;

Praças europeias: mortas por ferimentos em combate 99; por doença ou desastre em campanha 618;

Praças indígenas: mortas por ferimentos ou doença em campanha 68; Auxiliares civis: idem 6”.

“Encerro este artigo prestando homenagem á memória de todos estes heróicos portugueses, meus companheiros, que honraram a Pátria com o sacrifício da sua vida”.

major
J. R. da Costa Junior

NO PRÓXIMO NÚMERO

Colaboração dos ilustres colonialistas e brilhantes escritores: — Conde de Penha Garcia, Major Costa Junior, Capitão Gastão Sousa Dias, Tenente Mário Costa, Cap. Augusto Casimiro, Alféres Vicente Henrique Varela Soares, Dr. Tomé Agostinho das Neves, Conde d'Aurora, Coronel Roma Machado, Fran Pacheco, Carlos Coimbra, Manuel Seixas, Manuel António Ferreira e Luís Figueira.

EMPRESA QUEIROZ

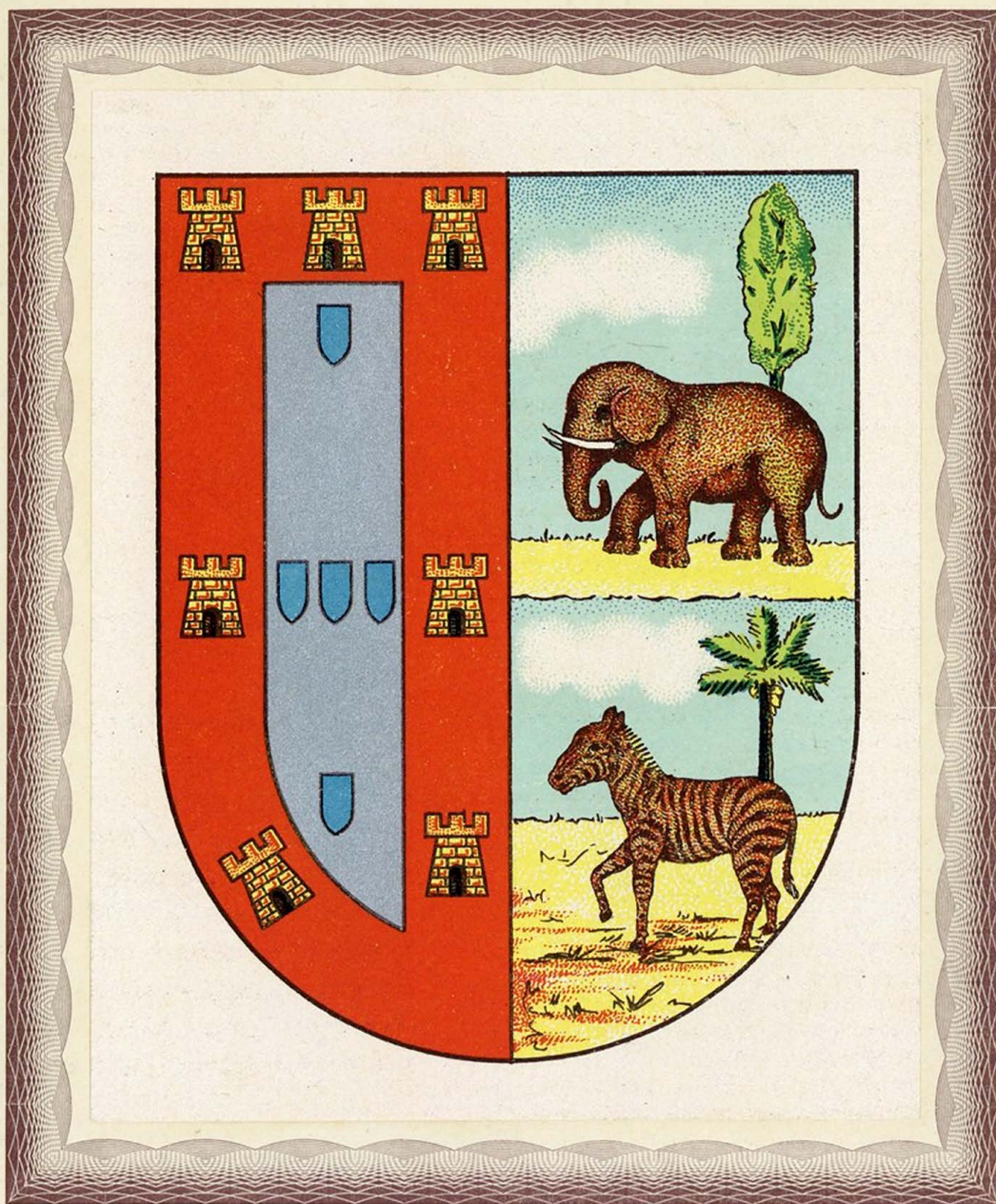
Endereço teleg. QUEIROZ
Codigo RIBEIRO

COMÉRCIO DE PAPEIS POR ATACADO. ARTIGOS DE PAPELARIA, ETC.

C. F. QUEIROZ & C.ª

Rua S. Pedro, 128 — Telefones: 3-5037 e 3-5038 — Caixa Postal, 1892

RIO DE JANEIRO



Brasão da Província de ANGOLA

Vinho Colares **V. S.**
Azeite

(Visconde de Salreu)

GENUINO RAMISCO

Grand Prix e medalha de ouro na Exposição do Centenario

REPRESENTANTES:

SCOTCH WHISKY

"BLACK & WHITE"

SPECIAL BLEND OF

CHOICE OLD SCOTCH WHISKY

48, RUA SÃO PEDRO, 48

Telefone 4-5716

RIO DE JANEIRO

Visitai o nosso Stand na Feira de Amostras

Exijam VV. SS. os produtos **V. S.** a todos os bons HOTEIS,
RESTAURANTES e ARMAZENS

D. J. SILVA, Ltda.

LISBOA

Sôbre a Restauração de Angola

TAQUIGRAFADO ESPECIALMENTE

PELO NOSSO CONSÓCIO SR. NELSON C. SANTOS

Discurso pronunciado pelo Sr. Dr. Bortlio Condé, por ocasião da sessão solene com que no dia 15 de Agosto, a "Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro" comemorou o 235.º aniversário da Restauração de Angola.

Minhas Senhoras, Meus Senhores:

Não é a primeira vez que tenho a grata satisfação de comparecer a uma festividade genuinamente portuguesa, para, por uma gentileza, por uma generosidade dos seus promotores, dizer sôbre uma data, sôbre uma comemoração que é um preito, que é um culto rendido aos maiores desta raça.

E bem tenho notado, e bem tenho, ás vezes, ouvido repáros, estranhezas, se não da parte dos elementos da colónia portuguesa, da parte de outras pessoas quanto a esta assiduidade com que tenho sido procurado para tomar páрте em comemorações desta ordem.

Eu sei que quando se trata de uma comemoração patriótica não se requer do orador, não se péde daquêlе que vai rememorar o facto sômente que o conheça, sômente que dêle tenha tido notícia ou que, mesmo, o tenha estudado nos mínimos detalhes. Talvez, bem possivelmente, mais do que o conhecimento do facto histórico, nas comemorações cívicas, se requer a vibração, se requer o entusiasmo, se requer o sentimento com que o orador possa invocar as glórias de uma nacionalidade.

E desta fórma, quando o orador não é um nacional, quando o orador não é parte integrante daquêlе povo que comemora o facto do seu passado, compreende-se a estranheza de alguns observadores em que êle seja chamado, em que êle seja solicitado a usar da palavra.

Mas, se esta é a rógra, se esta é a configuração perfeita do que vos venho de dizer, ponhâmos o caso, ponhâmos a situação em nós, e desde logo a estranheza do observador tem que se afastar... e tem que se afastar porque quando um brasileiro lembra, quando um brasileiro cultúa os feitos do povo português, diz de alguma coisa, diz de algum modo, diz de alguma maneira, do culto que êle deve ter pela sua própria nacionalidade.

Se não há contestar que o estado presente da nacionalidade brasileira é um caldeamento de raças, se nós recebêmos o influxo, recebêmos o sangue de diversos povos, se nós não podêmos considerar-nos lusitanos, entretanto é incontestável que a língua em que nos entendêmos de norte a sul do nosso país demonstra a preponderância do elemento lusitano na formação da nossa raça. Ela é ainda um caldeamento, ela é ainda um bosquejo do que será quando o tempo a houver homogeneizado. Sejam quais fôrem, porém, as influências que se venham a manifestar nêsse desenvolvimento não poderá, seguramente, afastar, diminuir ou fazer desaparecer a preponderância do elemento lusitano na formação da nossa raça, na formação do nosso carácter.

Ora, o homem que se preocupa com o dia de amanhã, o homem que não vive a vida exclusiva do dia presente,

o homem que pensa nos grandes interesses, nos preponderantes interesses da sua própria nacionalidade, tem necessidade, recebe um impulso irresistível de ir buscar no mais longinquo da sua ancestralidade os elementos morais, as qualidades intellectuais que podem orientá-lo nesta luta incessante para o dia de amanhã.

De tal sorte que, quando eu comungo convosco, quando eu aceito os vossos convites, através dêles aproveito os bons momentos de ir conhecendo os vossos feitos, porque, meus senhores, — pois me conhecem como dotado de uma franqueza quasi rude — o homem só presta atenção aos diferentes factos que devem interessar á sua idealidade quando uma circunstância momentânea lhe solicita a atenção para êsses mesmos factos. Desta maneira, devo dizer-vos, quando solicitais a minha palavra para a comemoração das vossas datas, dos vossos cultos, dos vossos carinhos cívicos, eu a aceito com um entusiasmo porque tenho nestas horas de ir alentar-me, de ir revigorar a minha fé no futuro da minha própria pátria; eu vejo, em vossas festas, que são os padrões de glória da vossa nacionalidade, a garantia indestrutível de que o meu país há-de romper, há-de caminhar, há-de vencer a sua róta através de dificuldades que se lhe antolham nêste momento, dificuldades que não são só dêle, dificuldades que são desta hora, — vós o sabeis — de tódos os países, de tóda a civilização.

Não há um homem que tenha criado um certo número de anseios naturais pela affectividade que o liga ao seu povo, que não esteja, nêste momento, ansioso de transpôr proféticamente os anos futuros da nossa éra para descobrir lá, bem longinquoamente, qual será a situação dos diferentes povos; não há um homem que nesta hora não pense em como se desenvolverá a história das nacionalidades, e é desta maneira que eu justifico, é desta maneira que eu vos confêssô o interesse meu, o interesse muito próprio com que acêdo aos vossos convites, com que procuro conhecer as páginas da vossa história para nelas descobrir, para nelas descansar a esperança alta que deposito nos destinos da minha terra.

E hoje, principalmente, vós vos reúnis para uma comemoração destas onde se guarda, na sua mais íntima interpretação, uma das afirmações mais necessárias para êste momento de que vos venho falar; hoje vós vos reúnis para a comemoração de uma data em que nós não devêmos apenas prender-nos ao brilho das espadas, para uma comemoração em que nós não podêmos deixar a nossa atenção empolgada pelos feitos de bravura — a restauração de Angola — cujos episódios não são de se vos trazer data por data, não são de se vos trazer detalhe por detalhe, por demais conhecidos da vossa nacionalidade, mas são, sim, de se encarar nas suas afirmações e conseqüências: a restauração de Angola é jus-

tamente um desses feitos que marcam, que assinalam, indelêvelmente, o destino de um país.

Basta que atenteis para que estas conquistas, muitas vezes encaradas como méras conseqüências de um cavalheirismo aventureiro, estas conquistas, entretanto, resultado de uma deliberação prévia, estas conquistas do caminho das Índias, das terras ignotas, feitas por vossos maiores — disse, quero repetir — como conseqüência de uma deliberação científica — foram apenas glórias sobre glórias enquanto mandou, enquanto ordenou a actividade do vosso povo, a vossa própria organização, o vosso próprio govêrno, a vossa própria autonomia.

Quando, entretanto, na vida da vossa nacionalidade, como na vida de cada homem, aparece a noite; quando, como um fenómeno natural, uma transmutação na política vos levou a um império estrangeiro, vos levou a uma dominação momentânea, estas conquistas tremeram em vossas mãos, estas conquistas deixaram de ser o padrão de glórias para que terceiros, para que outros, para que ambiciosos vô-las arrancassem á fôrça, á fôrça do seu poderío guerreiro. Era a noite de uma nacionalidade, era esta noite, repito, naturalíssima, era esta noite compreensível que tódos nós têm, e tódas as coisas têm durante sua existência.

Mas na hora em que a reacção lusitana, na hora em que a reacção valorosa de vossa raça conseguiu sacudir o jugo, na hora em que foi possível derrubar o poderío da nação estranha, nesta hora, e desde logo, e concomitantemente, a idéa de reconquista, a idéa de retomada, a idéa da posse do direito conquistado pela descoberta se espouca espontânea, levantando tódos os corações, levantando tódas as almas, levando tódos os individuos ao sacrificio, sacrificio do sangue, sacrificio da ecônomia, sacrificio da liberdade, contanto que a bandeira se repousasse onde a tinham posto aquêles que foram procurar as longínquas parágens.

E' aí que a alma do povo se manifesta, é aí que a alma caracterizadora das qualidades de um povo vem se nos apresentar em tôda a sua grandeza, em tôda a sua beleza.

A restauração de Angola, que nos congrega neste recinto, — já vos disse o orador que me precedeu, — é a resultante do sacrificio colectivo.

Essa figura, que tão carinhosa me há de ser em particular, de restaurador, essa figura do Almirante do mar do sul, que recebendo a ordem de ir construir o fôrte de Quicômbô, e reconhecendo não ter, desde logo, a fôrça e os recur-

sos necessários para empresa tão alevantada, com a garantia da sua personalidade, com o só vóto de fiança da sua palavra, consegue que uma armada se faça. Essa personalidade, que leva um Cristão Vaz a entregar tódo o resultado de suas ecônômias, acumuladas dia a dia de labor insano; essa figura, que, desta fôrma, aumenta a sua esquadra de alguns navios para a composição da sua caravana e que depois recorre a tudo quanto a sua actividade de administrador, e tudo quanto a confiança conquistada pelo seu esforço próprio — já três vezes passada pelo govêrno da cidade do Rio de Janeiro — houvera também amealhado para os dias de velhice. Essa figura, que, reunindo mais isto, consegue aparelhar á custa própria mais 4 navios e que vai arrancar, com palavras de fé, com palavras de confiança, com palavras de entusiasmo, com palavras, talvez mesmo, de aventura, do Conde de Vilapouca, mais 5 navios, para

Campanha nacional para "um ambiente melhor"



BALATUM "produto alemão"

O tapête ideal para tódas as dependências.

O UNICO que absorve e neutraliza a humidade, devido á sua composição química privilegiada.

Padrões modernos lindissimos, indispensáveis para "um ambiente melhor"

Á venda em tódas as bôas casas — Distribuidores para todo o Brasil



65 - Rua da Carioca - 67 - Rio

Visite as nossas exposições — Orçamentos GRATIS

daqui partir com uma esquadra de 15, essa figura — quero dizer-vos, devo dizer-vos — é uma figura maior nêsse esforço de organização, nêsse esforço de concentração, nêsse esforço de aparelhamento, nêsse esforço de ajuntamento, dos elementos indispensáveis para a luta, do que, mesmo depois, do que, mesmo na ocasião de alcançar a vitória por êle almejada.

Essa figura de Salvador Corrêa de Sá e Benevides ainda há de ser maior — e vós o sabeis — depois da sua acção. Mas não corrámos, não deixêmos, não larguêmos o rumo que traçamos. Digamos — já que assim nos é impôsto pelo tema da noite — digamos, tão rapidamente, quanto possível — porque, meus senhores, estas lições que estão integradas no espirito, na alma, no sentimento de um povo, não são, por si, repetidas — senão que nelas devêmos estudar as lições práticas, as lições — quero dizer-vos — desta demonstração de serenidade e confiança, desta demonstração de valor, que é a chegada da esquadra, que é a aproximação da esquadra de Angola, quando um elemento luta contra o outro, quando a tempestade se levanta e vem tragar a fragata de Baltazar de Abreu, consumindo, dos 1.200 homens que Salvador de Sá houvera armado no Rio de Janeiro, cerca de 300 !

Outro, que não sentisse, bem dentro de si, uma missão elevada, outro que não sentisse, bem dentro de si, uma fé inabalável no destino da sua aventura, teria, certamente, cedido, teria, certamente, recuado. Êste, entretanto, ao contrário de aceitar a primitiva rota, o primitivo rumo traçado, ou seja o da construção do forte de Quicômbô, que ficando distante de Luanda devêra também servir de pretexto para o início da luta, luta visada para a restauração, ao contrário de se dirigir para aquêle porto, abre suas velas, toma o seu leme e aprôa definitivamente para Luanda. E ali, — era no dia 12 de Agosto de 1648 — faz a intimativa aos posseiros momentâneos da terra. E' ali que êle manda seus emissários, para que os detentores da conquista portuguesa dissêssem, em 48 horas, como era possível que, já havendo sido assinado tréguas entre Portugal e Holanda, continuássem as escaramuças, as guerrilhas, as perseguições, continuássem as mortes áquele grupo valoroso de portugueses do Massangano, que, nesta região inóspita, nesta região destituída de recursos, nesta região cercada de selvâgens aliados dos inimigos, mantiveram vivo, mantiveram de pé, inabalável, o fogo do seu próprio patriotismo.

Êsse pedido de dias, de 8 dias, para discussão da interpelação, é negado. Segue-se, vós o sabeis, a esta negativa, a luta feroz, a luta desenfreada, em que se não calcula a capacidade do inimigo; a luta, em que se não méde que o inimigo está em terra, perfeitamente cercado das alianças, para defender sua posição; em que se ataca com um reduzido número de homens — homens que, entretanto, viam no seu comandante, o valôr, a dedicação, viam a decisão de chegar a uma finalidade previamente traçada — para, em 3 dias, para, nêste curto, nêste exíguo espaço de tempo, levar em Luanda a bandeira portuguesa. Fazendo assim, com que o invasor procure as praias, fazendo com que o invasor procure o mar, fazendo com que o invasor abandone o território, afim de ser possível esta continuada marcha heróica sôbre tôdas as outras cidades até alcançar êste núcleo — para o qual devo pedir a vossa maior atenção — êste núcleo, que é o dos homisiados de Massangano. Porque, se deve

encher-vos de alegria, se deve o entusiasmo espoucar do vosso ser, se tendes uma profunda veneração em Salvador de Sá e Benevides e seus companheiros, que fôram arrancar da Holanda aquêle território conquistado á força e contra o direito, porque (o direito era o de haver levado ao mundo aquêle pedaço de terra) se deve levantar a vossa alma de alegria, de entusiasmo, êste feito heróico de armas, antes vos póço que presteis atenção ao grupo daquêles que se invôca á morte; ao grupo daquêles que se votou a tôdos os sacrificios; ao grupo que não mediou a inôspitalidade da região; daquêle grupo que viu seus companheiros morrerem pelas fêbres, que viu seus companheiros correrem para as sétas dos selvâgens, que viu os companheiros correrem para a fome — em virtude da quási impossibilidade de se comunicar com a região donde pudessem vir mantimentos — daquêle grupo que no espaço de 7 anos resistiu, herôicamente, a tôdas as privações, a tôdos os sacrificios, a tôdo o momento, á superioridade dos seus adversarios, á solicitação para que se rendesse, pois que, se êste grupo não é o dos heróis da vitória, é dos heróis da resistência, os heróis da manutenção. Heróis, porque, quando uma terra descoberta, quando uma terra trazida ao conhecimento do mundo por uma nacionalidade, tivesse podido ser completamente empolgada por outro povo, pudesse ser completamente prêsá, não tivesse dentro de si mantida a resistência contra aquêles que se seguiram aos primeiros — que eram os descobridores, os primeiros posseiros — se aquêle grupo de Massangano não tivesse resistido com a fé estoica dos que oferecem a vida em trôca da sua pátria, não sei, meus amigos, o que seria em 1648 da restauração de Angola. Angola não seria mais restaurada, se não houvesse aquêle grupo de estoicos, não seria mais restaurada, pois só se restaura aquilo que está momentâneamente abatido, só se restaura aquilo que foi momentâneamente abolido, que foi apenas perdido, aquilo que foi apenas prejudicado, mas que conserva os contornos, a configuração externa na sua própria natureza, a essência do direito, a essência da nacionalidade, a essência da conquista.

Se aquêle grupo se houvesse rendido, se se houvesse entregado, se não fôsse um grupo de lusitanos, se não fôsse um grupo de heróis do estoicismo, se não fôsse levado por Pedro Sousa de Menezes, se aquêle grupo não fôsse de Antonio Teixeira de Mendonça, se não fôsse aquêle grupo de Diogo de Menezes, se aquêle grupo de Antonio Miranda não fôsse um grupo verdadeiro de portugueses, quando as caravêlas partidas do Rio de Janeiro para Luanda lá chegassem, poderiam intentar a reconquista de um território, poderiam, por consequência, intentar a posse violenta de uma terra, mas nunca uma restauração de um território, nunca um restabelecimento de uma organização perfeitamente justificada pelas páginas que se fôram, pelas páginas que se passaram. Se vós tendes a restauração, a grandeza de alma, de contar 15 de Agosto de 1648, é porque aquêles estoicos lá guardaram a alma da nacionalidade insulados em as fêbres e os pântanos, guardaram a alma da nacionalidade perfeitamente coêsa, sofrendo durante 7 anos de morte, durante 7 anos de sede, durante 7 anos de fome, guardaram sempre viva, sempre de pé a vossa própria alma que então vos restituída em tôdo o território.

CALÇADO

FOX

O MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia
exija na sola,
estampado a fogo,
êste carimbo

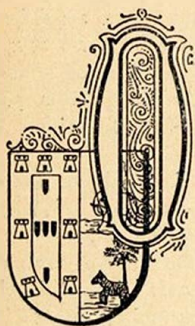


A epopeia de Massangano Reconquista de Luanda

Conferência realizada no "Grémio Recreativo e Beneficente do Lubango", no dia 21 de agosto de 1932 e gentilmente cedida para este Boletim.

POR GASTÃO DE SOUSA DIAS

OFICIAL DO EXÉRCITO — ESCRITOR — PROFESSOR E PUBLICISTA
SÓCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO



I

convite que me foi feito pela direcção do *Grémio Recreativo e Beneficente* do Lubango para inaugurar a série de conferências educativas que deseja promover, penhorou-me profundamente. Trata-se de colaborar com uma agremiação que tem em vista a elevação intelectual dos seus associados e outro título de maior merecimento não poderia haver para mim, que votei a minha vida inteira e definitivamente à

faina de instruir e de educar; trata-se de uma associação que tem por divisa a expressão "*sempre unidos*" e por símbolo duas mãos apertadas em vivo estreitamento, e outra razão mais forte não poderia haver para quem, mantendo bem firme no seu coração a crença de uma maior fraternidade entre os homens, se recusou sempre sistematicamente a enfileirar em facções ou grupos que prejudicassem essa fraternidade e diminuíssem essa união, certo de que disputas de facção, ódios de classe, intransigências de partido, intolerâncias de credo religioso, são a verdadeira chaga do nosso temperamento, que só uma profunda acção educativa poderá um dia desenraizar e matar!

Já o padre António Vieira, verbcrando a desunião dos portugueses em face do grande perigo de Castela, exclamava: "Pois se na união está o remédio e na desunião a ruína, porque nos não aconselharemos com a nossa mesma desunião, para nos unirmos?"

Quando pois recebi o convite do Grémio, logo pensei em escolher um tema de que resultasse uma eloquente lição sobre quanto vale e pode a união dos homens, quando ligados por um sentimento comum, de alta e nobre solidariedade. E logo também compreendi que essa lição devia ser de molde a reconfortar o vosso patriotismo, apontando-vos um exemplo que, apesar de pouco conhecido, nem por isso deixa de constituir uma verdadeira epopeia de sacrifício e de fidelidade, realizada em Angola por um punhado de portugueses, para quem parece terem sido escritos estes versos dos *Lusíadas*:

*Grandemente por certo estão provados,
Porque nenhum trabalho grande os tira
Daquela portuguesa a'la excelência
De lealdade firme e obediência...*

Refiro-me aos portugueses que, repellidos de Luanda pelos holandeses, eram ainda as vítimas da corrupção política que nos levára em 1580 à perda da independência! Essa desgraça irremediável, da qual conseguimos salvar-nos por um prodígio de vitalidade quasi incompreensível, além de nos ter roubado a liberdade — que é o dom mais precioso dos homens e dos povos — atraíra para cima de nós a hostilidade de nações com quem sempre havíamos estado em paz; e, depois de nos ter levado a nossa fortíssima armada para aventuras ditadas somente pelo ódio religioso, ameaçava abandonar nas garras dos seus adversários, aquele imenso império ultramarino que os nossos maiores haviam talhado à superfície da terra, império tamanho como desde Roma, outro se não constituiria no mundo!

A página histórica que vou procurar desenvolver diante de vós é um dos episódios do esforço gigantesco que a raça soube ainda desenvolver para salvar aquilo que era seu, aquilo que os seus *barões assinalados* haviam criado à custa de sangue e de vidas. Sem esse esforço não poderíamos achar-nos hoje reunidos neste lugar, nem a pobre voz que escutais poderia aqui articular os acentos dessa música eterna que ressoa nas duas margens do Atlântico, essa língua harmoniosa e pura, "última flôr do Lácio, inculta e bela", trazida para aqui por vossos pais e aqui fixada para sempre — sim, para sempre! — pelo trabalho e pelo suor dos vossos filhos!

De há muito que os holandeses infestavam as costas de Angola em busca da mão de obra para os seus engenhos do Brasil.

À côrte de Madrid fôra Bento Banha Cardoso para expôr a perigosa situação da colónia em face das ameaças holandesas, conseguindo um socôrro de 130 homens e quantidade avultada de munições, socôrro que chegou a tempo de salvar Angola do ataque duma forte esquadra, comandada pelo almirante Heyne, que, em 30 de Outubro de 1625, surgia ofensivamente em frente de Luanda.

Datam desta época os trabalhos iniciais de fortificação da cidade pelo lado do mar, que prosseguiram com actividade enquanto Bento Banha Cardoso conduzia vigorosamente as operações contra a irrequiéta rainha Ginga, já então esquecida da sua conversão ao cristianismo. A rainha, derrotada, foi perseguida pela cavalaria portuguesa, vendo-se forçada a procurar refúgio na Quina Grande.

Despojada da sua qualidade de rainha, o trono de Angola passou para as mãos de Dambi Airi, da estirpe dos antigos reis de Angola, ao qual em breve sucedeu D. Filipe Airi, verdadeiro e fiel vassalo de Portugal.

Mas as ameaças dos holandeses intensificavam-se, quer dirigidas sobre o porto de Pinda, no Zaire, quer sobre Benguela, quer ainda sobre Luanda, onde por essa ocasião se construiu a fortaleza de Nossa Senhora da Guia. O flamengo esperava as náus portuguesas que vinham da América do Sul e saqueava-as, perturbando assim a vida das povoações do litoral e ferindo de morte o comércio do Brasil, com o qual então Angola mantinha estreitíssimas relações.

A defesa marítima organizou-se, com alternativas de vantagens e insucessos, distinguindo-se nessas operações Bartolomeu Vasconcelos da Cunha, que comandava a esquadilha de defesa da costa. No môro, onde primitivamente se estabelecera Paulo Dias de Novais, foi construído um forte de taipa e adobe (1638), destinado a cidadela de Luanda.

Em 18 de Outubro de 1639 desembarcou solenemente o novo Governador, Pedro César de Menezes, que consigo trazia duas náus de força e 300 homens de guerra. Vinha encontrar a colónia no alarme do perigo holandês, tornado mais evidente pela chegada a Benguela do mestre-de-campo da cidade da Baía, D. Filipe de Moura, com o encargo de estudar as condições defensivas de Angola.

Mas essas duas preocupações foram momentaneamente afastadas pela jubilosa notícia da Restauração de 1640, que elevára D. João IV ao trono de Portugal, e que deveria ter, como consequência imediata, a cessação de hostilidades entre holandeses e portugueses.

A alegria era geral em todos os corações. Sem uma hesitação, o Governador convocou o Senado da Câmara para lhe transmitir a feliz nova. Logo o vereador mais velho, António Ribeiro Pinto, empunhou guião e a bandeira da Câmara, e de seguida, o Governador com sua capa escarlate, o bispo, o Senado, o Ouvidor, todo o clero, cidadãos e moradores, saíram do palácio aos gritos festivos de — "Rial, rial, por el-rei D. João IV de Portugal!" Na matriz celebra-se *Te-Deum*, seguido de procissão, e as festas prolongam-se, com touros, torneios, canas, alcanças e argolinha, luminárias, fogo do ar, artilharia das fortalezas e salvas da infantaria, formada em esquadrão na praça fronteira ao palácio! Massangano, Muxima, Cambambe, Ambaca e Benguela em breve se associam ao júbilo de Luanda!

F. JORGE DE OLIVEIRA & C.

Compradores e vendedores em grande escala de sólas, couros nacionais e estrangeiros e acessórios para fabricação de calçado

Importação e Exportação

CASA FUNDADA EM 1899

A MAIS SORTIDA — OS MENORES PREÇOS

RUA ANDRADAS, 93 e 95

Telefone 4-1604 — Caixa Postal 1366

End. Teleg.: TRONCAL

Cods.: Ribeiro e A. B. C., 5.ª ed.

RIO DE JANEIRO

Sessenta anos de escravidão não haviam chegado para apagar no coração dos portugueses de Angola o vivo amor da independência, que é a expressão mais alta do amor da Pátria!

Mas, uma nova e dura época de sacrifícios ia continuar a pôr à prova esse exaltado sentimento.

No dia 22 de Agosto de 1641 apareceu inesperadamente em frente de Luanda uma armada holandesa de 18 náus de guerra, comandadas pelo almirante Toló, de alcunha *pé de pau*, com 2.000 infantes e 200 índios.

O Governador Pedro César reúne as suas companhias e dirige-se para o sítio do Penedo, enquanto o sargento-mór João de Sousa, ocupa com tropas irregulares os altos da cidade. No dia 24 a armada fundeu em linha desde a ponta da Ilha à Cassandama, fechando o porto, e iniciando o desembarque sob o comando de Henderson, para o assalto à cidade.

Pedro César manda um parlamentar à esquadra, informando que estava por D. João IV de Portugal, que tinha paz com as Províncias Unidas. Mas os holandeses, mau grado as pazes negociadas na Holanda por Tristão de Mendonça, cumpriam ordens superiores e vinham para ocupar Luanda.

Estabeleceu-se a confusão. Há ainda alguns actos destacados de frouxa resistência. A conselho e a instâncias do bispo, o Governador resolve-se pela retirada para o interior, enquanto os holandeses, passo a passo, completavam o investimento da cidade, já então irremediavelmente perdida. Eram duas horas da noite, quando o Governador e mais gente da cidade partiram pelos lados do convento de S. José, única saída que não estava ainda nas mãos do inimigo.

Pela noite escura, tomaram a caminho do Bem-Bem, que ficava a meia légua da cidade e onde, ao amanhecer, o Governador se encontrou com o bispo. Ali tinha ido ter a maior parte dos desalojados de Luanda, uns transportados por seus escravos, a cuja fidelidade se haviam inteiramente abandonado, outros a pé, estropiados, numa dolorosa confusão, em que mulheres e crianças, à falta de abrigo, se deixavam tombar por terra, num côro de lamentos e lágrimas a que não era possível dar alívio.

Daf retomaram a marcha para Sequeli, sob um sol infernal; e, durante todo o dia, pisando a areia escaldante, enlouquecida de sede, a caravana de foragidos arrastava-se penosamente!

Ao cair da noite atingiram os arimbo do Bengo e aí dormiram, já castigados pela fome; e, logo de manhã, recomeçaram o seu extenuante esforço, a caminho da fazenda que os jesuítas agricultavam na margem do rio, onde os padres os receberam com matança de bois e distribuição de farinha de guerra.

A todos custava abandonar aquele refúgio acolhedor; mas a defesa impunha a continuação da retirada, até alcançarem logar seguro, onde pudessem reorganizar-se e colher informações de Luanda que os esclarecessem sobre as intenções do flamengo.

O arraial estabeleceu-se a uma légua, em sítio defensável, de onde Pedro César enviou escoteiros a Luanda em busca de esclarecimentos: os holandeses haviam-se acolhido à fortaleza do Môro e daí dominavam inteiramente a cidade; e, uma vez senhores de Luanda, fecharam as barras do Cuanza e do Bengo, vedando assim aos portugueses as comunicações com o mar.

Ao arraial português, agora estabelecido perto da lagóa Quilunda, chega um socorro de 150 homens de guerra preta, vindos de Ambaca. Organiza-se uma companhia volante para defender as fazendas do Bengo, dificultando assim o abastecimento da cidade e evitando a ligação dos holandeses com o gentio do interior. Há vivos recontros entre as forças portuguesas e as holandesas da barra do Bengo; estas, reforçadas e ajudadas por um soba infiel, cáem de surpresa sobre o acampamento de Pedro César, que se vê forçado a nova deslocação para o interior. Ao mesmo tempo começa a manifestar-se a irrequiétude no gentio do Zenza, com tendências a colocar-se ao lado do flamengo; e, de Luanda, chegam notícias da vinda de novos navios holandeses com tropas frescas, bem como de entendimentos dos holandeses com o rei do Congo para colaboração no aniquilamento da resistência portuguesa.

Em face do perigo iminente, Pedro César manda embarcar os doentes para seguirem pelo rio Bengo, encrava a pouca artilharia de que dispunha, e, incendiando tudo quanto não pode transportar consigo, inicia a retirada para Massangano.

Por sua vez os holandeses vão subindo o Cuanza. Um navio artilhado que fôra a Calumbo adquirir mantimentos, escravos e marfim, foi de súbito abordado por lanchas portuguesas que dêle se apoderaram; e o valoroso Diogo Gomes de Morales, espalha o terror na Quissama e na Ilamba.

Esgotado de trabalhos e canseiras, o Governador Pedro César tomba doente; o mesmo acontece ao bispo de Angola, que acompanhára os foragidos e que dentro de dois dias morre (1642), sendo sepultado na igreja de Massangano, no meio de profunda consternação dos seus irmãos de armas, já duramente provados pelo clima e pela fadiga.

Entretanto a rebelião do gentio alastra; os doentes que haviam embarcado no Bengo para mais facilmente atingirem Massangano, fôram cruelmente chacinados; o soba Caculo-Cacaenda, ao saber da queda de Luanda, dizimára com abomináveis requintes de ferocidade, os portugueses que viviam nas suas terras; numa emboscada do soba Namba-Angongo, apoiada por forças holandesas, caíra prisioneiro o capitão Diogo de Morales; e a raíña Ginga, de mãos dadas com o flamengo, aproveitava a oportunidade para alargar os seus domínios à custa dos sobas favoráveis aos portugueses.

Apesar das façanhas heróicas de António Bruto, Matias Teles Barreto e António Teixeira de Mendonça, que levam fulminantes castigos aos núcleos de rebelião, o círculo de hostilidade cada vez se adensa e apêrta mais em volta dos portugueses. Ao seu lado estão apenas o fiel Quilamba João Bangobango, que desde a perda de Luanda os não abandonára um só instante; o jaga Cabuco, de Ambaca, que viêra com sua gente ao encontro dos portugueses; e o príncipe D. Francisco, filho do rei de Angola, que acompanhára Pedro César durante a retirada.

Mas Pedro César conseguira mandar pelo Cuanza o capitão António da Fonseca de Ornelas, a comunicar a D. João IV a queda de Luanda. O assunto fôra logo submetido ao conselho ultramarino, ficando resolvida desde logo a organização de um socorro aos foragidos de Massangano.

Talvez em resultado de reclamações diplomáticas então apresentadas à Holanda, viêram a fixar-se trégias



LUANDA — ESTATUA DE SALVADOR CORREIA

entre os contendores de Angola. Por isso Pedro César mudou o seu arraial para a Ilamba, indo depois, a instâncias dos moradores que o haviam acompanhado, estabelecer-se junto das suas fazendas do Bengo, no outeiro do Gango, perto da barra do rio. Para esta resolução deviam ter contribuído também as cartas que Fonseca de Ornelas trouxêra de D. João IV, recomendando a Pedro César “que não perdoasse a diligência alguma para restaurar a cidade de São Paulo”.

As relações com os holandeses passaram a ser amistosas, repetindo-se as visitas dêstes ao arraial português. Mas uma manhã, inesperadamente, êste foi invadido e saqueado por forças holandesas, morrendo na luta o sargento-mór Manuel de Medela, os capitães António Bruto e João Pegado da Ponte. O Governador Pedro César e muitos outros portugueses fôram conduzidos como prisioneiros a Luanda e logo na maioria embarcados para Pernambuco. O saque subia a 600 mil cruzados, sendo roubada uma baixela de prata, mais tarde enviada para o Brasil ao conde de Nassau como presente do rei do Congo!

Os poucos sobreviventes do assalto ao outeiro do Gango que conseguiram alcançar Massangano, elegêram como Governador o capitão António Abreu de Miranda. O novo Governador convoca os moradores, manda recuperar Muxima, que fôra abandonada, restaura as fortificações de Massangano e, passando o Lucala, coloca-se em observação aos movimentos da Ginga, que não cessava de incomodar o rei de Angola. Em Novembro de 1643 é enviado a Portugal o sargento-mór Domingos Lopes de Sequeira, que mais tarde desembarcou com uma pequena expedição em Quicombo, a qual foi dizimada pelo gentio quando procurava alcançar Massangano através da Quissama.

Novas trégias se assinam entre portugueses e holandeses, durante as quais foi possível libertar Pedro César de Menezes, que fugiu do cárcere de Luanda, indo pelo Cuanza ter a Massangano, onde reassumiu o governo em Janeiro de 1644.

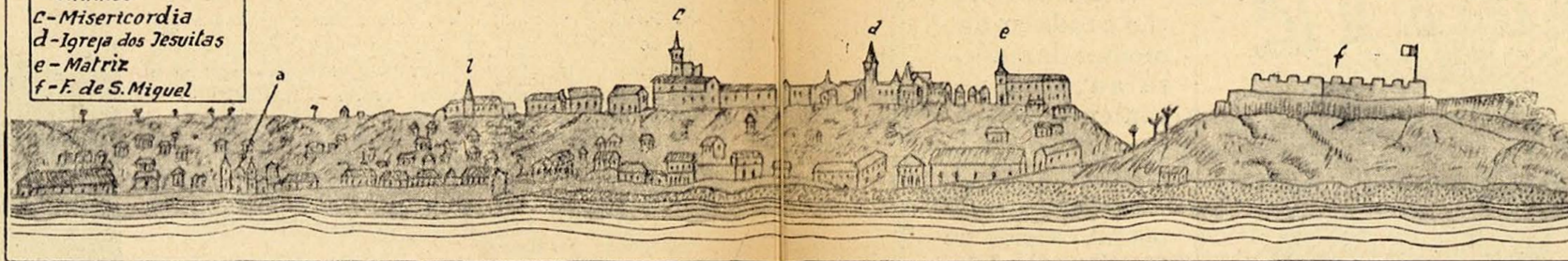
O amor próprio mostra-se lisonjeado com as homenagens, o orgulho dispensa-as, a vaidade publica-as”.

L. DE MEILHAN

“Os detractores não tendo mãos para fazerem obras suas, teem linguas para caluniarem as alheias.”

DUARTE NUNES DE LEÃO

LUANDA ANTIGA
(Dos ENSAIOS de Lopes de Lima, vol. III)
a - N.S. dos Remedios.
b - Hospício dos Capuchinhos.
c - Misericórdia
d - Igreja dos Jesuítas
e - Matriz
f - F. de S. Miguel



Diogo Gomes de Moraes, já libertado também, desenvolve uma actividade incansável, submetendo alguns jagas que inquietavam o Libolo; em Ambaca o soba Angolomen-a-Caita, apoiado por gente da Ginga, destróe os portugueses comandados por Francisco da Fonseca Saraiva.

A resistência começa a assumir proporções extra humanas, somente apoiada num vivo patriotismo que, apesar de desamparado, se mostrava determinado e veemente. Em Massangano, sede desta extraordinária epopeia, a chama ardente bruxuleava ainda: contra ela sopravam, sem conseguir apagá-la, os ventos advérsos das traições do flamengo, das ciladas do gentio e da insalubridade mortífera dos pântanos que cercavam o presidio. Parece porém que os heróis tinham consciência de que o seu desfalecimento corresponderia à perda irremediável de Angola. E mantinham-se, como sombras heróicas, ampliadas e galvanizadas pelo fervor dum alto sentimento!

E, como sempre, a pátria não faltou!

A Massangano chega secretamente um emissário levando cartas de Francisco Souto-Maior, que chegara ao porto de Quicombo, à testa de um forte socorro de gente e artilharia, ido do Brasil por ordem de D. João IV. Af se lhe fôra reunir a gente que de Benguela havia retirado para Caconda, bem como os restos do malogrado socorro de Lopes de Sequeira.

Estabelecida a ligação com os foragidos de Massangano, Souto-Maior desloca-se mais para o norte, para a enseada de Suto, na intenção de atingir o Cuanza, cortando através da Quissama. Para esse fim coloca uma guarda de flanco no mórro dos Naobios para vigiar o forte de Molls, estabelecido pelos holandeses na barra do rio, ao abrigo do qual pôde fazer a deslocação da artilharia até à margem do rio, onde veio ter Pedro César para tomar conhecimento da portaria rial que lhe mandava entregar o govêrno a Souto-Maior (1645). O socorro, sobre o Cuanza sob o comando do sargento-mór Diogo Gomes Sampaio e entra festivamente em Massangano.

Tendo os holandeses de novo quebrado as trégias pelo aprisionamento dum patacho português, matando o seu capitão Gaspar Gonçalves, que morreu valentemente, o novo Governador proclama solênemente a guerra em Março de 1646. Em resposta, os holandeses atacam e ocupam a ilha de Ensandeira, no Cuanza.

As tropas portuguesas, reunidas sob o comando do novo sargento-mór Diogo Gomes de Sampaio, que levava sob as suas ordens os capitães Bartolomeu Vasconcelos da Cunha e Diogo Gomes de Moraes, concentram-se no arraial da Xila, onde se lhes fôram juntar as forças de Ambaca, comandadas por Borges Madureira, e as de D. Filipe, rei do Dongo. Este grande exército em breve se encontra com as forças da Ginga, assistidas por alguns holandeses.

Durante a noite as tropas portuguesas, ameaçadas por um grande incêndio, tiveram de deslocar-se. E logo de manhã, a batalha rompeu, no meio de uma vozearia infernal, retumbando atroadoramente as caixas de guerra e os instrumentos bélicos, ao som dos quais avançou a primeira onda de tropas negras, que foi rechaçada pela artilharia da vanguarda portuguesa, envolvendo na fuga a própria rainha. O maior peso do assalto inimigo caíra sobre o flanco esquerdo e sobre a retaguarda das forças portuguesas, onde combatiam valorosamente ao nosso lado as tropas de rei de Angola. Inutilizada, por reforços enviados a tempo, toda a pressão dos assaltantes, o capitão da Ginga é morto e todo o grande poder negro se põe em debandada. Os mortos ultrapassam o número de 2.000 e os prisioneiros são incontáveis, figurando entre eles a princesa Bárbara, irmã da rainha Ginga, que perguida até às nascentes do Zenza, mais uma vez conseguiu escapar às armas portuguesas.

Mas a adversidade perseguia os heróicos defensores de Angola. Atingido por grave doença, morre em Massangano o Governador Souto-Maior, sendo eleito para o substituir (maio de 1646) três capitães: Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, António Teixeira de Mendonça e João Zuzarte de Andrade.

A situação era gravíssima: os mantimentos já só vinham a Massangano, rio abaixo, enviados de Cambambe por Bartolomeu Pais Bulhão, pois o holandês fechara completamente a boca do Cuanza.

Reunidas todas as forças, os portugueses põem-se de novo em campo, passam o Lucala, chegando a atingir as várzeas do Bengo, certamente na desesperada intenção de abrirem caminho para o mar. Mas de Luanda vão ao seu encontro forças holandesas que os obrigam a retirar, travando-se um rude combate junto ao Lucala, combate em que os portugueses fôram batidos. António Teixeira

Mapa dos principais produtos exportados pela Província de Angola

GENEROS	TONELADAS		
	1930	1931	1932
Açúcar	11.955	21.798	15.987
Café	11.839	12.837	9.477
Cêra	941	1.396	1.136
Coconote	5.968	5.562	5.994
Milho	71.250	55.335	54.449
Óleo de palma	3.609	4.481	4.032
Peixe seco	10.891	9.988	10.237
Trigo	4.517	4.637	5.463
Feijão	3.009	3.381	2.384
Couros	601	472	662
Sisal	422	1.225	1.418
Algodão	780	454	585
Gado (cabeças)	7.901	8.977	5.965

de Mendonça consêgue reunir os sobreviventes e com eles organiza a defesa às portas de Massangano.

Entretanto os holandeses prosseguem no seu avanço pelo Cuanza, indo atacar o presidio da Muxima. Barreiros, capitão do presidio, que então se achava em Massangano, acode e reassume o comando, resistindo até que daquele presidio avança numa marcha fulminante com 260 mosqueteiros e alguma artilharia, Diogo Gomes de Moraes, que consêgue romper de noite entre os sitiados e salvar a fortaleza, já quando estava iminente a sua rendição.

Gaspar Borges Madureira opéra na Ilamba, onde a Ginga ameaçava os territórios do rei de Angola. Mas de Luanda marcham 500 holandeses em auxílio da rainha que igualmente recebe apoio do rei do Congo. Todas estas forças se lançam contra o pequeno trôço de Borges Madureira, que é desbaratado.

A situação não pode oferecer dúvidas: de um lado um punhado de valentes, desamparados de todo o socorro, levando a sua resistência ao extremo de um heroísmo incomparável, do outro os holandeses, senhores do mar, tendo ao seu lado todo o gentio rebelado contra a soberania portuguesa!

Os portugueses saem do presidio para fazerem frente ao inimigo e cobrem-se com o Lucala, de que mandam destruir todas as canoas. Dentro em pouco as esculcas de cavalaria avisam que o exército inimigo avança sobre o fortim, constituindo um poder “disformidável que cobria montes e vales”! Os portugueses recolhem de novo a Massangano, resolvidos a morrer lutando.

De facto, em breve holandeses e negros avançam sobre a vila; mas o seu ímpeto quebra-se contra a resistência encarniçada dos portugueses e depois de algumas tentativas infrutíferas, os assaltantes retiram a caminho de Luanda.

Para evitar a desmoralização das tropas, já extenuadas, Manuel da Nóbrega leva a guerra à Ilamba; mas a Ginga e o rei do Congo fazem forte pressão sobre o holandês no sentido de uma acção conjunta dirigida sobre Massangano, para aniquilamento definitivo dos portugueses. Há escaramuças em que se inutilizam os melhores valores da nossa gente: morrem na luta Manuel da Nóbrega, António Dias de Macedo e outros; o príncipe D. Francisco, filho do rei de Angola, que pelejava a nosso lado, é morto também!

A resistência está no fim. Contra as ameaças dirigidas sobre Ambaca, nada os portugueses poderão já opôr!

De repente porém uma boa nova se espalhou como fogo: tinham-se ouvido na costa tiros de artilharia! Todos aqueles peitos inquietos se agitaram numa ansiedade profunda! Seriam navios de Portugal?!

Chegam cartas. Acabara de ser restaurada Luanda! E Salvador Correia, cabo das frotas do Brasil, que se achava à testa da armada libertadora, ordenava a Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha que descesse para Luanda com toda a gente capaz de pegar em armas.

Os portugueses de Massangano acabavam de esquecer com o próprio sangue, uma das páginas mais fulgurantes da história ultramarina portuguesa!

(Conclui no próximo Boletim)

Gaspar Sampaio

COMPANHIA DE SEGUROS SAGRES

SEGUROS MARITIMOS — TERRESTRES E FERRO-VIÁRIOS — CAPITAL RS. 2.000.000\$000 REALIZADO

Incorporadores p. p. SOTTO MAIOR & CIA. — Rua do Rosário n.º 116 — Edifício próprio — Rio de Janeiro

Fones: } Directoria N. 3 - 5713 — Caixa Postal 689 — End. Telegr. SAGRES
Expediente - 3 - 5712

Directoria: Olynho Bernardi, Nilo Goulart e A. M. Valente

Superintendente: Dr. Carlos Malheiros Dias

O mate é o verdadeiro substituto do chá da Índia, usado até aqui. Descoberto pelos jesuitas no Paraguai, no século XVI era tomado como alimento, e como medicina pelos índios americanos e entrou nos hábitos dos argentinos, uruguaios, chilenos e brasileiros, que o tomaram como água, passando a usá-lo mais tarde como chá.

A Europa já se está habituando ao mate e a própria Inglaterra tem sido a primeira a usá-lo em virtude das suas qualidades nutritivas e terapêuticas, além de estimulantes em



virtude da grande dose de cafeína que contém.

A sua fabricação é toda em elementos de madeira natural, não contendo nenhuma substância nociva à saúde.

De todos os mates fabricados no Brasil, o Real é o melhor. Usam-no casas reais da Europa. É o rei dos mates e o mate dos reis.

DAVID CARNEIRO & C.^{IA} — CURITIBA (BRASIL)

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E SUAS COLÔNIAS:

ALVARO PEREIRA — Rua Tomás Ribeiro 109, r/c. D. — LISBOA

PRODUTOS “OMEGA”

**Marmita — Enceradeira — Torneira — As mais higienicas
FOGÃO BANHO MARIA**

Fabricação especial para Bares, Botequins e Cafés

FOGÕES A CARVÃO

O UNICO RIVAL DO FOGÃO A GÁS, EM ACEIO, HIGIENE E ELEGÂNCIA. SUPLANTA-O EM ECONOMIA E EFICIENCIA.

CONSUMO MÁXIMO 60 RÉIS POR HORA (CADA BOCA)

Gradadores para a tiragem, dispositivo especial nas grelhas para a facil combustão.

Unico com caldeira de aluminio com forno e estufa. — Dispensa o abano e não faz fumaça.

ARTIGOS DEVIDAMENTE AUTENTICADOS

FACILITA-SE O PAGAMENTO

Distribuidores: Faria & Fernandes Ltd.

Rua da Alfandega, 119 - Telefone 4-3882

RIO DE JANEIRO

Representantes em: Minas, Baía, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará

NÃO HÁ FUMO SEM FÔGO...

PELO GENERAL LUÍS AUGUSTO FERREIRA MARTINS

(ESPECIAL)

ESCRITOR—PRESIDENTE DA COMISSÃO DOS PADRÕES DA GRANDE GUERRA
ANTIGO DIRECTOR DA ESCOLA CENTRAL DE OFICIAIS

POR meados de Março último—há já perto de cinco meses—a imprensa francesa transmitiu súbitamente ao Mundo o boato alarmante de que, na entrevista de Roma entre os Srs. Mussolini e Macdonald, entrevista precursora do célebre “Pacto dos Quatro”, se tratara da partilha das colónias portuguesas.

Agitou-se a imprensa portuguesa, traduzindo—desta vez sinceramente—a indignação da opinião pública nacional, e a diplomacia apressou-se a intervir, surgindo logo, numa nota officiosa do Governo, o desmentido formal da espoliação, que mais uma vez se aventava, do velho património da terceira potência colonial do Mundo.

Mas... diz o velho e judicioso rifão: “não há fumo sem fôgo”; e desta vez, ainda, o fumo negro que de Paris alastrou pelo Mundo, não teria nascido na grande capital da França se o não tivesse produzido o fôgo ateadado na Roma de Mussolini...

A confirmar esta natural presunção pode citar-se o facto estranho de o Sr. Macdonald, no seu regresso a Londres, ter desmentido em 23 de Março na Câmara dos Comuns, as informações—que classificou de “ridículas”—sobre a possibilidade de regressarem à posse da Alemanha algumas das suas colónias e em especial a de Tanganika e não ter feito sequer uma alusão ao boato que igualmente circulára sobre a partilha das colónias portuguesas, procurando, como seria natural, desfazer o alarme produzido no espírito da Nação, velha aliada da sua.

Este silêncio do primeiro Ministro britânico sobre assunto de tanta monta, não pode deixar de causar apreensões no espírito de todos os portugueses que ainda se não esqueceram das célebres combinações secretas entre a Grã-Bretanha e a Alemanha, nas vésperas da Grande Guerra, combinações que só vièram a ser publicamente conhecidas em Portugal em 1918, quando appareceu o célebre relatório do Príncipe Licknowsky, o embaixador alemão que em Londres teria assinado, com Sir Edward Grey, o projectado convénio em que Portugal seria esbulhado das suas principais colónias, se a eclosão da Guerra não tivesse cortado súbitamente as amigáveis relações das duas Potências contratantes. ⁽¹⁾

(1)—O interessante artigo do Sr. Manuel Teixeira Gomes, ao tempo Ministro de Portugal em Londres, artigo transcrito da “Seara Nova” no n.º 2 deste “Boletim”, veio trazer-nos curiosos pormenores sobre essa tentativa gorada, de partilha das colónias portuguesas, que outra coisa não era, no fundo, o projectado convénio anglo-alemão, em proveito especialmente das ambições germânicas.

Malgrado êsse convénio de 1913 era de prever que os alemães em armas, ávidos de expansão colonial, pretendessem alcançar pela força o que lhes tinha falhado pela diplomacia. Assim se explica que o Governo Português se apressasse a enviar, logo após a eclosão da Guerra, para as duas colónias mais importantes e mais cobiçadas, expedições de tropas continentais que pudessem reforçar as guarnições de fronteira e aparar qualquer golpe de mão dos alemães.

Que a previsão do Governo da República foi judiciousa comprovam-no as violações da fronteira de Moçambique em Maziúia (24 de Agosto de 1914) pelas forças do comando do Dr. Weck e da fronteira de Angola em Naulila (17 de Outubro de 1914) pelas forças do tenente Loesch.

Podem os alemães pretextar que a força invasora da fronteira de Moçambique procedeu “debaixo da falsa impressão de que estavam também em guerra com Portugal”. ⁽²⁾ O pretexto é por demais ingénio quando se confronta com o telegrama de 10 de Agosto de 1914 que mandava “arranjar tropas auxiliares para se fazer uma invasão à África Oriental Portuguesa” ⁽³⁾ e com a naturalidade com que num *diário de campanha* se regista a intenção do Dr. Weck de “fazer um ataque de surpresa aos postos portugueses de Maziúia no dia 23 de Agosto” e a realização, em 24, desse premeditado ataque, tristemente assinalado pela morte do sargento comandante do posto.

Podem os alemães ter pretendido sofismar a invasão da fronteira de Angola com a alegação de que o tenente Loesch e o seu companheiro Dr. Schultze-Jena se julgavam em território alemão quando acamparam com o seu destacamento em terra incontestavelmente portuguesa, dando lugar ao deplorável incidente de Naulila. O facto é que o Governador do Sudoeste Africano, logo que teve informações desse incidente, sem formular qualquer reclamação perante o Governo Português, sem ordenar um inquérito, sem sequer procurar confirmar aquelas informações suspeitas, apressou-se a ordenar o massacre de Cuangar, os ataques a outros postos de fronteira e a expedição de Franke a Naulila, a título de represálias. contrariamente aos princípios de direito internacional quer na sua essência quer na forma como tais represálias foram ilegitimamente levadas a efeito.

O propósito de invasão transparece claramente dos factos, como sequência aliás lógica da política alemã de expansão colonial.

(2)—Tenente Mário Costa — “E’ o inimigo que fala” — (pag. 95).

(3)—Tenente Mário Costa — “E’ o inimigo que fala” (pag. 115 e 116).

Mais tarde, durante a guerra, é sabido que o Chanceler e outros políticos alemães, notavelmente o Dr. Solf, ao tempo Ministro Imperial das Colónias, sugeriram como uma das condições de paz que ofereciam aos Aliados, uma modificação das possessões africanas das Nações beligerantes, baseada em planos de exploração colonial a realizar à custa principalmente das colónias portuguesas.

Ainda que pése a todos aqueles que pretenderam contrariar a participação de Portugal na Guerra na Europa, forçoso é reconhecer que a nossa qualidade de beligerante não terá deixado de influir no espírito das grandes Potências Aliadas para nos poupar ao sacrifício duma exploração de territórios... em favor da paz. É logo depois da Guerra, em Outubro de 1920, não afirmou Lord Curzon num banquete que a Alemanha, quando rebentou a Guerra, nenhuma parte do Mundo olhava com mais cobiça do que os domínios do Governo de Portugal? e que tinha visto cartas em que as possessões portuguesas oceânicas e africanas eram marcadas com côres que as designavam como devendo vir a pertencer aos alemães? (1)

É Que admira, pois, que a Alemanha vencida, que nestes últimos anos tem habilmente conseguido pouco a pouco alargar quanto tem querido as malhas do Tra-

(1) — Memória justificativa das reclamações portuguesas, sobre os danos a que se refere o § 4.º do anexo ao artigo 298.º do Tratado de Versailles (pag. 22).

tado de Versailles, procure renovar os seus propósitos anteriores a 1914 àcerca das nossas colónias, de longa data cobiçadas?

É E que estranheza pode causar que a Inglaterra e a Itália, cujo desejo é hoje manifesto de serem agradáveis à Nação ex-inimiga, tenham conversado sobre o assunto, à boa paz, talhando a seu bel-prazer o destino das colónias da Nação que as possui por direito de conquista e que merecia ser respeitada pela nobreza com que se colocou desde o primeiro momento da conflagração de 1914 ao lado daqueles que defendiam os seus princípios do Direito e da Justiça?

Em diplomacia, como na política, nada é impossível por mais extraordinário que pareça. E o que mais extraordinário parece, neste caso, não é o pretender — como dizia o boato — a Itália repartir com a Alemanha, obtida a anuência da Gran-Bretanha, territórios coloniais adquiridos à custa de outrem, para darem espaço aos seus excedentes de população. O mais estranho é que se pretenda ir buscar esses territórios apenas ao património português e se não pense em fazer participar no mesmo sacrifício... pela Paz, a Bélgica e a Holanda, cujos domínios coloniais poderiam igualmente ser apetecidos. Porquê?

A Bélgica procurou sangrar-se em saúde. No seu Memorandum de 30 de Março, depois de recordar as garantias que lhe tem sido outorgadas directa ou indirectamente em pactos anteriores, termina assim: "O Governo Belga pede que, se os quatro deliberarem entre si sobre questões que importem aos interesses da Bél-

CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES DE PRÉDIOS

POR ADMINISTRAÇÃO E EMPREITADA

Joaquim da Silva Cardoso & C. ^{IA} L. ^{TDA}

Arquitetos Construtores

ESCRITÓRIO E OFICINA

Rua do Catete, 248

TELEFONE 5-0605

RIO DE JANEIRO

gica e especialmente sobre o pacto renano (Locarno) ou sobre as colónias africanas, a Bélgica seja associada a essas trocas de vistas." Parece que a Bélgica terá recebido em resposta a este pedido, garantias satisfatórias. Assim, pelo menos, o afirma a agência "Belga". E Portugal como se manifestou?

Quási em seguida à circulação do alarmante boato inaugurava-se em Lisboa (18 de Abril) a 22.^a reunião do Instituto Colonial Internacional, onde, sob a presidência do Sr. Conde de Penha Garcia, se reuniram Delegados competentes da Bélgica, da França, da Gran-Bretanha, da Holanda, da Itália e de Portugal.

Foi nessa sessão inaugural que aquele ilustre presidente "soube colocar sem esforço o nosso País no seu alto lugar de precursor ou decano da colonização moderna, perante o concerto das Delegações de todas as potências coloniais" — como disse o Sr. Dr. Agostinho de Campos no "Diário de Notícias" —. Foi aí também que — no dizer do mesmo notável comentador — o discurso do Sr. Ministro das Colónias fez mais do que dizer no momento oportuno as palavras oportunas: discreta mas firmemente foi ao encontro do nosso inimigo difuso e tomou a ofensiva necessária contra a ignorância e a injustiça de certa opinião pública europeia ou mundial que nos julga e condena sem sequer nos conhecer."

Esses dois substanciosos discursos constituíram uma formidável resposta àqueles que, porventura, teriam dado lugar ao boato do novo ataque... pacífico, contra as colónias portuguesas.

E não podemos deixar de registar que, passados poucos dias, num jantar da Embaixada Britânica em Lisboa, o Sr. Embaixador, dirigindo-se num brinde a S. Ex.^a o Presidente Carmona, terminou por fazer votos "pelas prosperidades de Portugal e do seu Império Colonial", conforme o traduziram os jornais da capital. Ao mesmo tempo que, num almôço em Sintra, oferecido pelo Sr. Ministro das Colónias aos membros do Instituto Colonial Internacional o Delegado da Itália, afirmava — segundo também disseram os jornais — que no seu País se conhece bem a extensão da obra colonizadora de Portugal e acrescentára: "Portugal, tendo aberto as portas ao Mundo em matéria de civilização, de descobrimentos e de colonização (sic) é digno, sem favor, do melhor respeito e da mais sincera admiração de todos os italianos."

Boas palavras, umas e outras, que naturalmente não teriam sido proferidas em tal ocasião sem o assentimento dos Governos das respectivas Nações, e que assim viéram acalmar um pouco os espíritos alarmados e receosos dos portugueses, ciosos da sua soberania nos vastos domínios coloniais que herdaram dos seus antepassados.

Passa-se, sobre estes factos, mais um mês, e eis que se torna realidade indiscutível o célebre "Pacto das Quatro Nações" cuja constituição tivéra o seu prólogo na tal Conferência de Roma donde em Março surdirá... o fogo.

A bem da Paz mundial, quatro grandes potências europeias passam a substituir-se à S. D. N.; desfazendo praticamente o sonho de Wilson quando criou esse organismo democrático em que todos tinham voz, mesmo os pequenos e os mais humildes.

¿E quem são essas Quatro Potências? A Alemanha de Hitler, para quem "o direito só se funda na força"; (1) a Itália de Mussolini, ansiosa de domínios coloniais para maior expansão da sua população crescente; a Gran-Bretanha, de Macdonald, condescendente, esquecendo cristãmente, a bem da Paz, a célebre imprecação alemã "Gott straffe England!"; e a França, de Daladier, grata a Mussolini pela cortesia com que lhe estendeu a mão, ligada à Gran-Bretanha pela convicção de que a amizade entre as duas Nações "é uma das mais seguras garantias da Paz na Europa" (2) e de que "a França tem necessidade de Paz como a Paz tem necessidade da França", e apenas desconfiada da Alemanha com cuja sinceridade pouco conta!

¿Podemos agora nós, portugueses, dormir tranquilos quanto aos destinos das nossas colónias?

Surge vagamente, no seio do Pacto, a idéa duma exploração económica da zona tropical africana, feita pelas Quatro Nações associadas. Passará ela da fantasia à realidade? E como seriam respeitados, se assim sucedesse, os interesses legítimos e os direitos históricos das Nações estranhas ao Pacto?

Dúvidas que não podem deixar de se apresentar reciosamente ao nosso espírito quando pensamos na possibilidade de vir a pôr-se em prática qualquer novo arranjo colonial, à sombra de princípios económicos mais ou menos justificados e em nome da almejada confraternização dos Povos...

Reúne-se entretanto em Londres a Conferência Económica Mundial; e quando em 16 de Junho, se discute o magno problema das dívidas interaliadas, surge o memorandum pangermanista do Sr. Hugenberg, Ministro da Economia do Reich (demissionário, é certo, duas semanas mais tarde).

Versava esse *canto de cisne* do Ministro alemão sobre as reivindicações coloniais do seu País, em termos tais que o Sr. Macdonald, receoso da impressão produzida na Gran-Bretanha e nos Delegados estrangeiros à Conferência, conseguiu que a Delegação alemã se dispusesse a fazer desaparecer os vestígios desse famoso documento.

¿Que pretendia o Sr. Hugenberg?

Depois de afirmar que a Alemanha é hoje um País pobre, que nada mais pode perder nem pode dar, acentuava o memorandum do Ministro que uma cooperação prudente e pacífica entre países credores e países devedores, deveria incluir as duas medidas seguintes, inspiradas — segundo diz aquele mesmo documento — por uma grande largueza de espírito e susceptíveis de aumentar a capacidade de pagamento do Estado Germânico:

- 1.^a restituir à Alemanha as suas possessões coloniais em África de que ela poderia servir-se para a execução de grandes obras públicas;
- 2.^a abrir à "Nação sem espaço" territórios onde ela pudesse estabelecer a sua raça industrial e realizar uma grande obra pacífica.

(1) — Alocução de Hitler às suas tropas em 10 de Abril último.

(2) — Palavras de Mr. Paul Boncour, no Senado Francês, em Maio último.

E' certo que o Sr. Macdonald procedeu, ao que parece, sem conhecimento do Sr. Von Neurath, Ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha e chefe da Delegação do seu País à conferência de Londres, e o seu *memorandum* levantou protestos vários e abriu discussão violenta.

Mas dizia o Sr. Charles Maurras, comentando o caso na "Action Française":—"Quando o mundo estiver cansado de vociferar, calar-se-á e logo que ele se tiver calado, a proposta será renovada com outra forma, fazendo-se notar a sua extrema moderação em confrônto com o primeiro jacto do Sr. Hugenberg. Os protestos recomearão mas já com menor intensidade. A' terceira proposta, como succedeu com o "Pacto dos Quatro", a opposição amolecerá. E antes do quarto assalto tôda a gente terá capitulado!"

E' assim, de facto, que a Alemanha tem conseguido, "em alternativas de arrogância violenta e de silêncio circumspecto" tudo quanto tem querido em opposição às clausulas do tratado de Versailles. Depois da evacuação da Renânia, a recusa do pagamento de reparações; em seguida, a efectivação da reorganização do seu exército e da reconstituição do seu poder naval; mais tarde, a declaração official da injustiça das clausulas do Tratado de Versailles, classificadas de precárias na boca do Chanceler do Reich... E a *revisão dos tratados* está já no programa do Pacto dos Quatro, apesar de todos os protestos da *Petite Entente*.

E, se é certo que em *Wilhelmstrasse* não foi perflhado o memorandum do Sr. Hugenberg e que muitos dos seus compatriotas o julgaram inábil e inoportuno, a verdade é que os seus fundamentos não foram ostensivamente repellidos pela Alemanha signatária do Tratado de Paz de 1919 em que renunciára "a todos os direitos e títulos sôbre as suas possessões de além-mar, renúncia que ratificou em 1921 perante os Estados Unidos, no tratado de paz separada que com êstes assinou.

Sob o ponto de vista português, há quem julge que as reivindicações coloniais da Alemanha são hoje menos perigosas do que eram há vinte anos. Em 1913, dizem êstes optimistas, tinha ela as suas colónias e a sua ânsia de expansão, de imperialismo, ameaçava directamente a propriedade alheia. Hoje, sem colónias, o seu orgulho

reclama as que lhe pertenceram e que, afinal, não tendo mudado de dono, se encontram num regíme especial de ocasião, sem tradições de qualquer espécie que impeçam que se discuta a reclamação e que porventura se atenda.

E' lógico. Simplesmente ninguém nos garante que depois de recuperadas as suas colónias, a Alemanha, ainda pelo mesmo sistêma de conquista lenta, não volte a manifestar, como antes da Guerra, os mesmos desejos de maior expansão colonial, fundamentados nos mesmos pretextos de então, e que as suas ambições não recaiam novamente sôbre os territórios africanos sempre apetecidos: regiões mineiras que lhe forneçam matéria prima para a sua indústria reconstituída, regiões planálticas nos trópicos para instalação dos seus excedentes de população que a metrópole não comporta.

Dizem outros ainda mais radicais: a Alemanha de Hitler não se ocupa de colonização. Esta pode ter como consequência uma corrupção da raça europeia e o Racismo tem como dogma a pureza da raça alemã.

E esta afirmação, atribuída a um jornalista alemão, é condimentada com as seguintes frases: "Hitler não combate os judeus para amanhã os substituir pelos negros. O nacionalismo alemão é incompatível com a idéa colonial."

Afirmações tranqüilizadoras, por certo, mas que não sabemos até que ponto estarão de acôrdo com a política hitleriana nem como serão modificadas quando Hitler deixar de ser o oráculo, que hoje é, do antigo império dos Hohenzollern.

A Alemanha, imperial ou democrática, é sempre a mesma Alemanha. E se ainda durante a Grande Guerra, na esperança duma vitória que lhe falhou, ela nunca deixou de sonhar com o seu formidável império da *Mittel Afrika*, custa-nos a crêr que a sua tenacidade teutónica, e o seu patriótico orgulho renunciem espontaneamente à realização formal dêsse belo sonho imperialista.

E' prudente desconfiarmos e bom será precaver-nos.

Agosto 1933.

Samuel Ferreira Martins

“VINHOS UNICO”

ESPUMANTES

LICOROSOS

PARA MESA, BRANCOS E TINTOS

REAL FINA AGUARDENTE

QUINADO UNICO

Á VENDA EM TÔDA A PARTE

Seja amigo de si mesmo!

...compre n' O CAMIZEIRO, 28/32 — Assembléa

A Autonomia Administrativa das Colónias

PELO TENENTE-CORONEL ANTÓNIO LEITE DE MAGALHÃES

ANTIGO GOVERNADOR DA GUINÉ

ANTIGO GOVERNADOR DE DISTRITO, EM ANGOLA

ESCRITOR E COLONIALISTA

ACTUAL COMANDANTE DO REGIMENTO DE INF. ANTARIA5

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

SABE-SE que as colónias viveram em regime de *sujeição* até à promulgação das leis n.ºs 277 e 278, de 15 de Agosto de 1914, que foram a sua primeira *carta-de-alforria*. Até então regera-se a administração colonial pelos preceitos estabelecidos no decreto de 1 de Dezembro de 1869 (Rebello da Silva), à parte a Província de Moçambique que, em 1907, o ministro Aires de Ornelas distinguira com o favor duma lei especial.

Mas o próprio decreto de 1869 ainda sofrêra sucessivas alterações, — e sempre... para peor. O *Terreiro-do-Paço*, habituado a *mandar*, não se resignava a consentir a mais ligeira tentativa de... *libertação*. E, frequentemente, a pretexto de *autocratismos* simplesmente presumidos ou (quando muito) esporádicos, lá iam aparecendo leis (e até officios!...) que passavam a reduzir os governadores (autócratas ou não) à condição modesta de... *serventuários* da Direcção Geral do Ultramar. Honorarias — louvado seja Deus! — nunca lhes foram regateadas... Mas, quanto a negócios de governação, êsses, só haviam de correr como o bestunto ministerial o entendesse, — com os serviços que a Mãe-Pátria decretasse, e os empregados que ela lhes dêsse, e a legislação tributária que ela estatuisse, e a lei de despesas que ela promulgasse.

Todavia — e, neste ponto, era simplesmente razoável — a Metrópole pagava (ou mandava pagar) os êtos ou deficiências da sua administração. Eram de sua conta os orçamentos e da sua responsabilidade a cobertura dos respectivos *déficits*. Para isto, porém, contava ordinariamente com os saldos das Províncias mais endinheiradas ou... com os milagres da Divina Providência. O certo é que, lá de vez em quando, numa ou noutra colónia, chegavam a passar anos sem haver em cofre moeda que bastasse para se pagar... a um contínuo. Uma delas

conheci eu onde os funcionários, com a sua missão cumprida, eram mandados embarcar com os seus vencimentos pagos... em sacos de café! E quanto a ocupação política, ou a desenvolvimento económico, ou a fomento material, — isso era coisa de que apenas se tratava na literatura espalhafatosa do *Diário do Governo*, tantas vezes interessante em textos do mais fino recorte e da mais sábia concepção, mas ficando-se indefinidamente à espera da chuva de ouro (ou da vara de Moisés)

que convertesse o *sônho* na maravilha da *realidade*.

A grande vantagem do sistema era (que se conheça...) a sua inestimável importância... *política*. Cacique que tivesse parentela a querer emprego, ou gentil-homem com sofreguidão de honrarias e de títulos pomposos, era nas colónias que os super-homens da governação deparavam o melhor campo para os seus favores, simultaneamente adquirindo votos... e dedicações.

...! E para que mais serviria a terra bravia, — aquela charneca imensa do ultramar, que já não mandava galeões de ouro e de pedraria fina, como a Índia e o Brasil nos tempos idos, e apenas consumia gente e mais gente na guerra interminável com a "pretaria" insubmissa dos sertões? — A's vezes até aparecia quem, mettendo a alma tôda nos bofes, desatasse a gritar que o melhor seria... vender-se *aquilo* tudo. E a *alienação* chegou a têr seu começo com as vastas concessões a *Companhias Ma-*

gestáticas, — que eram o *princípio do fim* e o testemunho mais eloquente da nossa incapacidade administrativa e do nosso tórpe desapêgo pelos bens herdados.

Mas Deus não dorme!... E, nesta cisqueira onde os políticos refocilam, também aparecem Homens (assim mesmo, com H grande) que, em períodos críticos, não hesitam em reagir contra tudo que seja, ou possa representar, uma perversão do sentimento nacional. E em Portugal, — mais uma vez entre tantas!, — êsse



TENENTE-CORONEL ANTÓNIO LEITE DE MAGALHÃES

fenómeno se deu. As diversas tentativas da Inglaterra para se apossar de Lourenço Marques; a Conferência de Berlim, em 1885, com tôdas as suas imposições e ameaças; o *ultimatum* inglês, de 12 de Janeiro de 1890, que nos amputou terras queridas; o golpe brutal de Kionga, em 24 de Junho de 1894, que também nos levou alguns quilómetros de chão estremecido; enfim, uma série de violências que, — tendo a encorajá-las o abandalhamento vil em que se ia dissolvendo a Nação, ameaçavam só terminar com a rapina total dos domínios que eram nossos nas duas costas do continente africano, — tiveram como consequência o despertar do orgulho nacional. A velha fibra da Raça novamente se pôs em vibração... E as campanhas gloriosas de 1895, coroadas pelo feito heróico de *Chaimite*, são o incio duma outra era, — a era em que vai entrar na agonia a influência funestíssima daquela *agência-de-negócios* em que se convertêra o *Terreiro-do-Paço*.

E' António Ínes quem, de Moçambique, solta o primeiro grito:

“...desejo que a Província passe a ser governada e administrada na província, segundo normas inflêxíveis estabelecidas e eficazmente fiscalizadas pela *Metrópole*”.

Depois, é o clarim vibrante de Mousinho de Albuquerque, que ressoa tocando a *postos de combate* contra a subordinação execranda, que tudo dissolve e asfixia, saíndo-lhe da garganta, num estalar de fibras, aquêlê seu grito tão celebrizado: *Aqui a'El-Rei!* E, no seu *Relatório*, duro e cortante como uma lâmina, tôdos os olhos puderam lêr esta afirmação veemente:

“*Pensam muitos que passei os meus dois anos de governo e cutilada aos pretos. E' um engano: a maior e a melhor parte das cutiladas foram assentes nas convenções, nas ficções, no enrêdo de falsidades com que nos pretendíamos iludir. E como essas cutiladas eram puxadas com alma, como cortaram fundo, até ao osso, partiu-se-me a espada com que as vibrava; só é para admirar que houvesse durado dois anos; é que era de boa tempera.*”

Anos depois, é Paiva Couceiro — soldado da mesma escola de Mousinho — quem faz do seu livro *Angola* a rija espada que nas mãos de Mousinho se partira. E Eduardo Costa — guerreiro tão ilustre como os outros dois — acompanha-os na luta demolidora, exprimindo a sua revolta contra a *centralização* e não hesitando em fazê-lo em pleno Congresso Colonial, na Sociedade de Geografia.

E' Aires de Ornelas — companheiro dos três nas campanhas de 1895 — o primeiro Ministro que os escuta... E o decreto de 23 de Maio de 1907 rompe com a *tradição*, concedendo á Província de Moçambique o regíme que António Enes preconizára.

...Assim foi vingando a *idéa*, não obstante a resistência que, em sua marcha, ia sofrendo. E' que o *Terreiro-do-Paço* não se resignava a largar a prêsa de mão. E só anos mais tarde, com o sangue novo da República, um outro distinto colonial — Lisboa de Lima — conseguiu arrancar do Congresso as supracitadas leis de 1914, que constituíam as colónias em *organismos administrativos e entidades financeiras autónomas*, apenas condicionada essa autonomia pelos direitos respeitáveis da soberania e os interesses gerais da administração.

¡Enfim!...

...Mas ainda ía levar seu tempo a pôr em movimento a *máquina*. Sucessivas alterações foram aparecendo em correcção ás leis basilares que o Congresso aprovára: pela lei n.º 552-D, de 29 de Maio de 1916, são criadas as Auditorias Fiscais; pela lei n.º 1.005, de 7 de Agosto de 1920, são estabelecidos os Conselhos Executivos e o regíme dos Altos Comissários; e, em 20 do mesmo mês, pela lei n.º 1.022, são promulgadas disposições diversas sôbre os Conselhos Legislativo e Executivo, as Auditorias, os Altos Comissários e as Cartas Orgânicas Coloniais. Além destas últimas, já outras modificações menos importantes estavam sendo lei em virtude dos decretos n.ºs 5.730 e 5.770, ambos de 10 de Maio de 1919.

A tendência, porém, é sempre para tornar cada vez mais livre e mais pronta a acção dos governos coloniais, embora sem se perder de vista (como é mistér) a respectiva fiscalização.

Com o decreto n.º 7.008, de 9 de Outubro de 1920, efectua-se a codificação de tôdas as leis promulgadas. E, por fim, ainda sucedem as leis n.º 1.130, de 26 de Março de 1921, n.º 1.511, de 13 de Dezembro de 1923, e n.º 1.836, de 4 de Fevereiro de 1926, mas cada uma delas afirmando sempre a vontade nobre de manter e aperfeiçoar o sistema até onde fôsse possível, — apenas deixando sem remédio os defeitos: consequentes... da *imperfeição humana*.

Sobreveio, porém, a Ditadura Militar... E — com a mais profunda mágua para o meu coração de soldado — tenho de reconhecer que essa admirável conquista de tantas consciências revoltadas acabou por sêr violenta-

A. LUIZ RIBEIRO & C.

**ALCOOL E AGUARDENTE
EM GROSSO**

BEBIDAS E VINAGRE
ANALISADOS NO LABORATORIO BROMATOLÓGICO

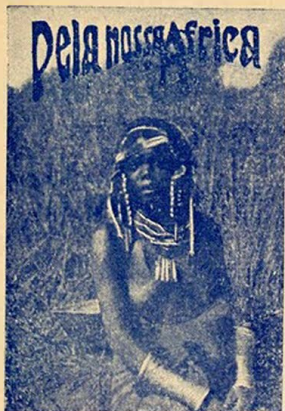
CERVEJAS
GAROTA E GLÓRIA
SÃO AS MELHORES

AGUA DE CAMBUQUIRA

Rua Pedro Américo, 27

Telefone 5-2314

RIO DE JANEIRO



PELA NOSSA ÁFRICA

PELO MAJOR COSTA JUNIOR

O Sr. Major Costa Junior, briossíssimo oficial do Exército Português e mui brilhante escritor, conheceu ainda o Continente Negro no *período heróico*, — ou seja no período amargo da ocupação definitiva de Angola, epilgado em 1915 —, como, com rara felicidade, o ilustre Brigadeiro Sr. João de Almeida, antigo governador ultramarino, e reputado colonialista, acentua no prefácio do livro *Pela nossa África*, — livro de Horas de um joven tenente em quem o desejo e a vontade firme de *servir* a Nação tudo suplantavam e eram a couraça invulnerável contra a qual esbarravam os assaltos do desalento e da nostalgia. *Servir* era o grande, o enérgico estímulo da alma juvenil de Abílio Maia, optimista, cheia de fé e paramentada das mais radiosas ilusões...

Pela nossa África, — livro entretido de episódios heróicos, de lances sublimes e de mil e um pormenores instrutivos; livro onde palpita a nota predominante da sinceridade; livro através do qual a inteligência e o coração caminham de mãos dadas, em doce himeneu; livro vasado em linguagem admirável de simplicidade —, deve ser lido por todos os portugueses, porisso que, alem de mostrar quanto pode e quanto vale a *vontade de servir*, põe, sem efeitos cenográficos mas com todo o poder da realidade, ante os nossos olhos

surpreendidos, o ingreme calvário, a tremenda e penosa *via-crucis* daquela falange destemida e ousada de portugueses que galhardamente effectivou a ocupação do Sul de Angola, — rica parcela de território nosso, vorazmente cobiçado pelos alemães.

E, como remate destas linhas, que não são de crítica mas de saudação calorosa ao nosso ilustre e distintíssimo consócio, desejamos ainda salientar a homenagem que o autor comovidamente presta às grandes qualidades de affectividade, de inteligência, de amor pátrio e de dedicação dos indígenas de Angola, personificados em N'gola e André.



PRINCESA NEGRA

POR LUÍS FIGUEIRA

Aqui está outro livro a enriquecer a nossa ainda hoje minguitada literatura colonial, que, entre muitos outros méritos, se impõe pela sinceridade.

É uma história *verídica* que o autor, se a não viveu, pelo menos a acompanhou de muito perto, e que por isso mesmo no-la pinta com tintas frescas, vivas, a escorrer...

Tôda a existência atribulada, plena de lances ora perigosos ora pitorescos, mas sempre singulares, de quantos se internavam pelos sertões africanos à cata de fortuna, munidos apenas de uma carabina, algumas balas e algum quinine, está fielmente retratada na interessantíssima novela do Sr. Luís Figueira, também nosso distinto consócio e colaborador.

Livro reseendendo aos capitosos aromas da selva; livro cinematográfico pelos panoramas e pelo movimento — panoramas e movimento que nada têm de *made in Hollywood* —, êle é a epopeia da vida algo aventureira e algo aventureira dos *juvantes* — operosos pioneiros obscuros da penetração portuguesa no coração da África, a cujos esforços e sacrificios é mister que se preste a justiça do nosso louvor, pelo muito que sofreram e pelos relevantes serviços que, sem nenhuma remuneração, sempre prestaram à Nação, e que por lá se ficam

numa obstinação heróica a “erguer cidades, vilas, aldeias”, a arrotear a terra portentosa, a dominar e a ajardinar a selva agreste e bárbara, cimentando com o seu esforço arrojado e varonil, sem temores nem desânimos, não arredando um passo, mesmo ante as maiores calamidades, mesmo ante os mais negros preságios e os mais duros sacrificios.

Ler esta novela palpitante, é conhecer um capítulo brilhante mas amargo, arrebatado mas pungente, da epopeia sagrada dos humildes, — da epopeia dos colonos portugueses...



ESPELHO DO BRASIL

POR OSÓRIO DE OLIVEIRA

O autor, filho do inspirado poeta e antigo Consul de Portugal em São Paulo, Paulino de Oliveira, e da eminente educadora D. Ana de Castro Osório, é, como todos os portugueses, um grande e sincero amigo do Brasil, de quem se tem feito do outro lado do Atlântico um propagandista inteligente, culto e desinteressado.

A literatura brasileira essa, então, tem tido em Osório de Oliveira, nosso ilustre colaborador, o mais voluntarioso dos panegiristas, o mais amante dos paladinos. Da sua admiração por esse filão opulentíssimo que é já hoje a literatura brasileira e da sua sincera simpatia pelos intelectuais do Brasil, dá-nos êle não a simples *prova dos nove*, mas a *prova rial*, com o seu último livro, *ESPELHO DO BRASIL*.

Do seu amor à Terra dadivosa e hospitaleira que tão generosamente nos acolhe, — amor do qual todos nós fervorosamente compartilhamos — é testemunho eloqüente o epílogo do *prefácio sentimental* com que abre o livro:

“... Com que entusiasmo eu, filho do Cônsul de Portugal, ia celebrar em 7 de Setembro, no Ypiranga, o aniversário da independência do Brasil! Vestia a farda do batalhão escolar, ostentando

orgulhosamente as divisas de cabo. Contemplava a bandeira com certa pena de não ser eu a levá-la, e recitava cheio de convicção:

“Auri-verde pendão de minha terra
Que a brisa do Brasil beija e balança,
Estandarte que à luz do sol encerra
As promessas divinas da esperança”...

ESTRADAS D'ANGOLA

Gráfico demonstrativo das estradas de rodagem existentes em ANGOLA em 1928, pelo qual se observa a obra formidável e grandiosa da Administração NORTON DE MATOS — um dos maiores e mais cultos governadores que passaram por esta Província.

QUILOMETRAGEM POR DISTRITOS

Distritos e Intendências	Picadas	Estradas
Distr. do Zaire	280	852
do Congo	112	1.794
do Moxico	77	3.012
de Luanda	60	662
do Quanza-Norte	282	2.394
de Malange	328	1.714
da Lunda	351	4.066
do Bié	458	2.803
de Mossâmedes	541	1.080
da Huila	560	2.254
de Benguela	251	3.450
do Quanza-Sul	124	3.224
Intendência de Cabinda	42	416
do Baixo		
Cubango	1.465	
Soma	5.633	27.721



SOCIEDADE LUSO AFRICANA
DO
RIO DE JANEIRO

BANCO PORTUGUÊS DO BRASIL

Fundado em 1918

Capital Rs. 20.000:000\$000

Matriz: Rio de Janeiro — Filiais em S. Paulo e Santos

FAZ TODAS AS OPERAÇÕES BANCARIAS

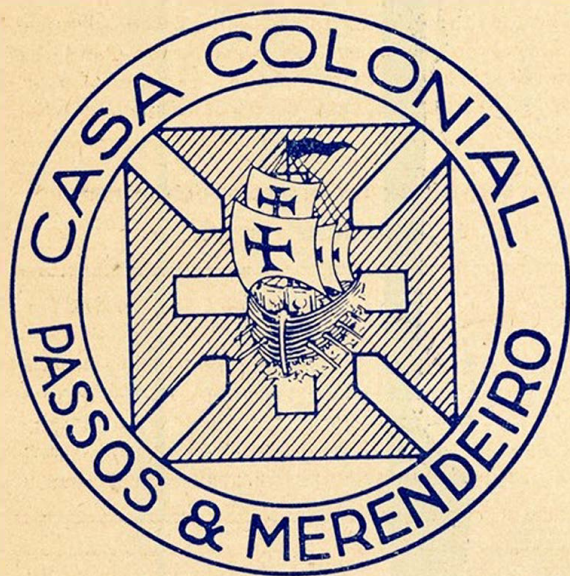
Depósitos à ordem e a prazo nas melhores condições do mercado

SERVIÇO PERFEITO DE ADMINISTRAÇÃO DE TÍTULOS E PROPRIEDADES

RUA DA CANDELARIA, 24

(Esquina da Rua da Alfandega)

RIO DE JANEIRO



MARCA REGISTRADA

PAPEIS

Assetinados e apergaminhados de tôdos os pesos e formatos.

Âspero jornal, AA e BB.

Impermiavel, fosco e cristal.

Seda, nacional e estrangeira, branca e de cores. — Crepon Apolo, Florida, etc.

Experimente o nosso lapis "Colonial".

Fios de algodão para embrulho.

Fios, linhas e lãs para crochet.

Barbantes de tôdas as qualidades.

Fitilhos e fios de fantasia.

Fios brancos e de cores para crochet — só "COLONIAL"

Rua Buenos Aires, 273 — Fone 4-1512

Uma visita ou uma consulta é de grande interesse.

mente estrangulada ás suas mãos. Desde as *Bases Orgánicas* promulgadas pelo saudosíssimo João Belo, — êsse espírito de eleição e português de lei, — até àquela monstruosidade inconcebível que é o decreto n.º 17.831, de 11 de Janeiro de 1930, — sem deixar de citar, porque não podem ficar esquecidos, por seus imperdoáveis êrros, os decretos n.ºs 15.241 e 15.834, respectivamente de 24 de Março e 11 de Agosto de 1928, — é tóda uma série de atentados contra os mais legítimos direitos das colónias, contra os melhores interesses da sua administração e até contra o decôro e o prestígio dos governadores.

Até então, eram princípios básicos da autonomia administrativa colonial os seguintes:

- a) que nenhuma providência de carácter legislativo ou regulamentar fôsse tomada pelo Governo da Metrópole, sôbre assunto que directamente interessasse alguma colónia, sem que prèviamente se ouvisse o respectivo governador;
- b) que nenhum diploma legislativo, da competência do Poder Executivo, estabelecesse disposições de que pudesse resultar diminuição de receita ou aumento de despêsa em qualquer colónia;
- c) que a acção do Governo da Metrópole sôbre os orçamentos coloniais se exercesse apenas pela verificação e correcção do cômputo das suas receitas e pela verificação da legalidade das despesas inscritas, evitando, tanto quanto possível, impedir ou frustrar a iniciativa dos governos coloniais e de nenhum modo invadindo a competência deliberativa dos mêsmos Governos;
- d) que a criação, alteração ou supressão de serviços fôsse da exclusiva competência dos Governos coloniais, aos quais seria simplesmente vedado aumentar a despesa global com o funcionalismo sem aprovação expressa do Governo da Metrópole;

e) que aos Governos coloniais coubesse a inteira disposição de suas receitas, assim como também lhes cabia a inteira responsabilidade de suas despesas, podendo estabelecer ou alterar impostos com a restrição única de respeitar as estipulações internacionais e o diferencial mínimo de protecção á industria nacional;

f) que quando houvesse a fazer despesas não previstas, de carácter excepcional e urgente, fôsse aberto o crédito extraordinário correspondente, sendo êste executório desde logo, embora sem prejuizo de apreciação do Governo da Metrópole e de tódas as responsabilidades consequentes em caso de abuso.

Pois tudo isto desapareceu!... A pouco e pouco, o Poder Central foi demolindo o que antes fôra criado. E a competência dos Governos coloniais quási se anulou perante a sua vontade soberana. Sucede até que, por vezes, as despesas das colónias foram aumentadas com encargos que, por nenhum princípio, lhes deviam pertencer. E tornou-se freqüente a promulgação de leis (quando não era a simples redacção de *despachos*) pelas quais, invadindo-se ou desprezando-se a competência deliberativa dos Governos locais, ora se interferia na legislação tributária, ora se contrariava a organização dos serviços, ora se alteravam desarrazoadamente as tabelas orçamentais, — como se *autonomia* (ainda conservada em nome) servisse apenas para cobrir os actos do Ministério e não deixasse de têr sempre para imolar, como responsáveis pela desordem e as agonias e os insucessos da administração, os respectivos... governadores.

E é preciso que o digamos bem alto: uma tutela assim exercida é um despotismo afrontoso!

Por esta forma, a Metrópole — ora usando discricionariamente do seu poder, ora por intermédio dos seus organismos fiscais e de contencioso, — pode sêr a primeira a perturbar, e a dissolver, e a indisciplinar a admi-

MAPA DO MOVIMENTO COMERCIAL DA PROVÍNCIA
DA GUINÉ, DESDE 1928 A 1932:

Anos	Importação para consumo	Exportação	TOTAL
1928	37:176.533\$00	50:795.671\$00	87:972.204\$00
1929	39:178.130\$00	15:337.500\$00	85:115.630\$00
1930	39:719.364\$00	35:831.110\$00	75:550.474\$00
1931	18:360.652\$00	29:467.670\$00	47:838.322\$00
1932	26:246.609\$00	36:023.893\$00	62:270.502\$00

Se formos tóda uma Nação a acreditar no futuro das nossas Colónias, e a querer realizar êsse futuro de prosperidades, Portugal renascerá nelas como renascem os pais nos filhos; pois que ainda somos portugueses, aproveitemos o único recurso que ainda resta a Portugal para continuar a ser Portugal.

ANTÓNIO ENES

SERRARIA GONZALEZ

ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ

CAIXAS DESARMADAS

Fernandes Gonzalez & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81

Tel. 8-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

DA AFAMADA FABRICA

MICHAEL HUBER

de MUNICH (Alemanha)

Depositarios

CAPPUCCINI & C.**R. ALFANDEGA, 172 — RIO DE JANEIRO**

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

MICHAEL HUBER

nistração colonial (e quantos casos podíamos citar!...) sem assumir, todavia, nas horas críticas, as responsabilidades conseqüentes das suas faltas.

¿E porque fez tudo isto? Porquê?... Com a autonomia colonial, não houve território que não medrasse em prosperidades. Fez-se em poucos anos o que a Metrópole, com suas mãos, não realizára durante séculos. E o que nas colónias se encontra feito — e é pertença da Nação — vale incomparavelmente mais que a soma que nelas se gastou... sem excluir os 764.916 contos que últimamente lhes foram debitados.

E' possível que, num ou noutro ponto, alguns abusos se tivessem praticado... Mas os abusos corrigem-se pelo castigo dos prevaricadores e não pela supressão violenta das regalias disputadas pela Grei. E o que se impunha, em vez do regresso à centralização inconvenientíssima que se está operando, era a promulgação de leis claras, concisas e — ¿porque não dizê-lo? — ainda mais descentralizadoras, de maneira que, sem andar a inteligência por labirintos, cada governador pudesse tomar seguramente o rumo que mais conveniente fôsse para a boa administração e melhor prosperidade dos territórios entrégues aos seus cuidados. E' preciso não se esquecer que a vida das colónias, sujeita às mais bruscas alterações quer pela rapidez do seu crescimento quer pela frequência das suas crises, necessita de liberdade de movimentos para não baquear... asfixiada. E, contra as prevaricações, haveria dois remédios eficazes: a escolha rigorosa dos governadores, consoante a moralidade e a

competência que tivéssem provado em seus serviços; e a sua rigorosa punição, quando ousássem exceder a competência que por lei lhes fôsse atribuída. Com o rigôr da escolha, acabariam de vez os pretendentes videirinhos, — criaturas anódinas que andaram... *ninguém sabe por onde*, e que fizeram... *ninguém sabe o quê*, mas que, de repente, aparecem a escalar alturas, como águias, com as suas pequeninas asas... de môsca. Por outro lado, com o rigôr da punição, findariam os atropêlos, — e a vontade de os praticar.

¿E porque não se faz assim?

¿Ou existem, porventura, circunstâncias que absolutamente determinem o apertar dos freios para se conduzir toda a administração colonial em certa direcção política e económica, que o trabalho desconexo poderá prejudicar? — Mas, se assim é, porque razão não empunha a Metrópole, com decisão e firmeza, o timão do *mando*, pondo remate definitivo à farsa que, com a *autonomia*, se está representando? Assim, não feriria a dignidade de ninguém: — tôda a responsabilidade moral e material dos actos que praticasse caber-lhe-ia inteiramente, sem colher vítimas em almas inocentes. Possivelmente, uma larga era de torturas se abriria de novo (e ainda não esqueceram as antigas!...) para todos os que nas colónias procuraram campo para a sua actividade. Mas, na verdade, — e quanto seria meritório! — também não haveria os *justos* a pagar pelos *pecadores*.

E' possível que alguém considere rude a forma como discuto esta matéria. Mas eu não sei usar senão a linguagem franca do soldado. Tendo-me batido sempre pela descentralização administrativa das colónias, — o único regíme, que, no mundo inteiro, produziu prosperidades, — não quero morrer levando comigo o remorso de não ter gritado a plenos pulmões a minha absoluta discordância com o que se está praticando... e que eu julgo até ofensivo, pelo seu exagêro, do próprio *Acto Colonial*, que foi integrado na Constituição Política da República.

... Mas o melhor de tudo (creiam-me!) ainda seria não nos esquecermos do que ouvimos a António Ênes, a Mousinho e a Paiva Couceiro: ¿E onde estão os partidários da *centralização* que valham o que eles valem?

Severina Magalhães

A PORTUENSE**JOALHARIA E RELOJOARIA**
COM OFICINA PRÓPRIA

Jóias, Relógios e Bolsas de prata — Artigos para presentes

ALMERINDO GOMES & IRMÃO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Rua Uruguaiana, 133 -- Telef. 3-5642

RIO DE JANEIRO



GUINÉ



Excerto do discurso do Exmo. Sr. Major Luis António de Carvalho Viegas, Ilustre Governador da Guiné, pronunciado por ocasião da Conferência Imperial de Lisboa. Este excerto foi gentilmente cedido por S. Ex.ª ao "Boletim da Sociedade Luso-Africana", por intermédio do nosso brilhante colaborador e distintíssimo consócio, Exmo. Sr. Major Ribeiro da Costa Junior.

A posição financeira da Guiné, a meu vêr, não inspira cuidados, e as suas necessidades ir-se-ão satisfazendo com os próprios recursos da Colónia, sem recorrer a auxílio estranho, porque a Guiné só a si se basta.

Conta ela, para satisfação dos seus encargos, com uma receita que, sem exagêro, pôde computar-se anualmente em 22 mil contos.

As suas despesas orçadas andam á volta de igual cifra.

Dos 22 mil contos de receita, números redondos, 12 mil são absorvidos no pagamento de vencimentos do funcionalismo do activo e nas situações de reforma e aposentação.

Praticamente, restam, para obras de fomento, pouco mais de 3 mil contos anuais, porque os restantes 7 mil estão consignados a despesas certas que se não entendem com o fomento da Colónia.

E' pouco, muito pouco, para as necessidades que há a atender.

Ao partir da Colónia, as disponibilidades em numerário na Caixa do Tesouro, atingiam a soma de..... 2.249.676\$42, ficando apenas por pagar a quantia de 865.500\$16.

DÍVIDAS DA COLÓNIA

Ainda em 31 de Março findo, o 3.º trimestre do ano económico de 1932-1933, o ajustamento das contas respectivas acusava os seguintes débitos:

A's Colónias..... 2.066.116\$38,1
A' Metrópole: —

Dívida nos termos do Decreto N.º 18.460 amortizável em 50 anuidades..... 20.957.600\$72
Ao Banco Nacional Ultramarino..... 396.862\$99
Depósitos..... 621.316\$03,7

Em igual data se verificaram os seguintes

CRÉDITOS DA COLÓNIA

Das Colónias..... 693.097\$47-3
Do Ministério do Interior..... 819.895\$31
Total..... 1.512.992\$78-3

Considerações gerais:

AUMENTO DE RECEITAS — Áparte o lançamento da "Décima de Juros", cujo projecto de regula-

mento está sendo apreciado, e que deverá dar um rendimento, ainda que pequeno, não vejo possibilidades por agora, de lançamento de novos impostos nem no agravamento dos existentes.

Reconheço que a Colónia não pode suportar mais encargos em matéria de contribuições.

Já se lhe exigiu ainda há pouco um aumento no imposto do selo que produziu razoável receita. Não é pois conveniente pensar-se em nova receita que tenha por conveniência o aumento de contribuições ou impostos.

E já que em receitas falei, não posso deixar de consignar aqui, as que se cobraram nestes últimos 9 meses do ano económico em decurso, e em contra-partida mencionar também o que em igual período se dispendeu.

RECEITAS ARRECADADAS . . . 12.346.701\$79
DESPESAS LIQUIDADAS 10.342.117\$02

Se se considerar que a receita do último trimestre do ano económico de 1931-1932 atingiu cêrca de 8.400 contos, e sendo de facto o último trimestre aquele em que maior exportação se faz, de esperar é que a cobrança total atinja a previsão orçamental.

Evidentemente que a crise económica que assola todo o mundo, não poupou a Guiné.

Mas essa crise, que em diferentes partes do mundo atinge uma grave acuidade, sente-se, por enquanto com menos intensidade, estando eu convencido de que manterei o seu completo equilíbrio, visto que me empenho em reduzir as despesas a um mínimo indispensável, não permitindo nunca gastos supérfluos e que se não comportem dentro das possibilidades orçamentais.

E' sempre bom contar com o pior e agir dentro duma previsão pouco optimista, para que se não seja apanhado por surpresas. Assim se evitarão sobressaltos e preocupações.

Como já se disse, a existência de numerário na ocasião da minha saída atingia a soma de 2.948.916\$38.

A Colónia não tem débitos ao comércio local, nem de fóra, senão os correntes. E, áparte os que mencionei atrás em relação a outras Colónias, a sua posição devedora é desafogada.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

O movimento comercial da Guiné continúa a ser representado pelos valores do comércio especial de importação para consumo e de exportação nacional e nacionalizada.

Em 1932, êsse comércio cifrou-se em 62.270.502\$00 pertencendo:

Importação para consumo. 26.246.609\$00
Exportação nacional e nacionalizada 36.023.893\$00

Se se comparar os termos do movimento comercial dos últimos cinco anos verificar-se-á que êste movimento vem baixando de ano para ano e que, se os números totalizados em 1932 fôram superiores aos de 1931, não fugiram á regra de serem menores do que os de 1930.

As causas dessa graduada diminuição devem atribuír-se exclusivamente ao declínio que vêm seguindo as cotações dos produtos oleaginosos. As cotações não têm, salvo umas pequenas altas registadas em 1932, deixado de descer, e, sabido que o comércio da Guiné é quasi exclusivamente de oleaginosas, fácil se compreendem as diminuições que se têm dado.

Felizmente para a ecònomia geral da Colónia, esta tem regulada as suas importações pelo valor das exportações, com márgem a favor destas, de modo que o desequilíbrio que a constante baixa de produtos provoca, não tem atingido, na Guiné, a acuidade que se regista noutras regiões de África.

Mas nem por isso êste facto deixa de ser muito de ponderar, pois se o poder da compra do indígena diminui, traduz-se êle logo num enfraquecimento na compra dos produtos importantes com prejuízo para o nosso País que já lhe absorve 50 % do seu comércio, e ainda para a nossa Marinha Mercante.

Disse eu que até agora o movimento de importação tem acompanhado sempre o de exportação, dando a balança comercial saldos positivos que representam os lucros do comércio e o capital investido na manutenção dos funcionários e daqueles que á Guiné fôram empregar a sua actividade. Mas, se as cotações das oleaginosas continuarem baixando, como é de prever pela concorrência da superprodução, das medidas de protecção tomadas pelos outros países e ainda pelo retraimento do consumo, o seu produto não chegará em breve para o indígena pagar os impostos, e então a situação financeira da Guiné — que não é boa, o que não quer dizer que seja

má — sofrerá rude golpe que modificará por completo a sua vida de Colónia.

Para compensar estas perdas está o Governo da Colónia interessando-se pela cultura de arroz tendo eu já nêsse sentido dado as minhas directivas, de modo que, embora com medidas que se possam dizer violentas, tendo impulsionado grandemente aquela cultura no que os serviços de agronomia têm usado da maior actividade para que haja somente uns dois ou três tipos que, seleccionados, com facilidade podem ser exportados.

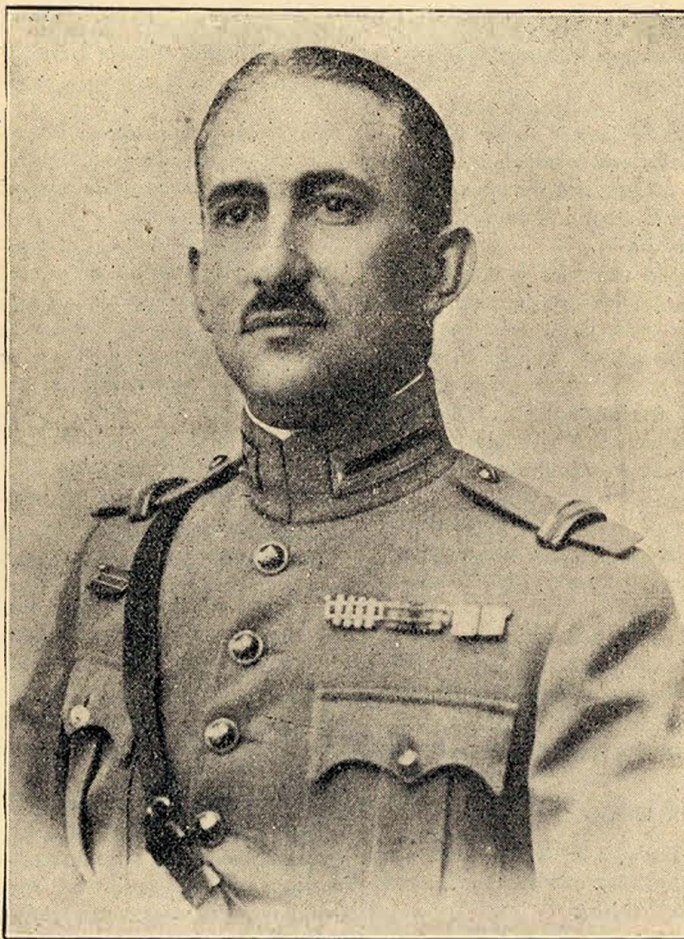
Solicitarei do Governo Central para que a importação na Metrópole, do arroz da Guiné, seja isenta de direitos ou, pelo menos, reduzidos, de maneira a poder concorrer com preferência ao estrangeiro, porquanto a Metrópole importa numa média annual de cerca de 40.000.000 de quilos mesmo após a elevação dos direitos que não veio diminuir o seu consumo mas apenas encarecer o artigo.

Será uma medida de largo alcance um tratamento aduaneiro adequado pois provocaria uma imediata animação dos produtores, intensificando o cultivo do arroz na Guiné, Angola, etc., e estou certo de que se compensaria, em parte, a perda da receita causada pela baixa das oleaginosas, tirando assim a Colónia, por um dever de solidariedade que se impõe, do caminho que vai seguindo, talvez para uma próxima ruína.

Além disso é preciso não desiludir o cul-

tivador indígena com os fracos resultados que alcançam os seus esforços, apesar de ter obtido preços superiores á paridade de realização na Europa, com graves prejuízos para os comerciantes.

E' pois de reear que, apesar do encorajamento e promessas que lhe poderão ser feitas das distribuições de sementes, etc., que o indígena se recuse a renovar o seu esforço de que nada de positivo obterá. Se não se lhe dá a absoluta certeza de que poderá vender os seus produtos em condições de sufficiente remuneração, afastar-se-á de nós, da nossa civilização, voltará para a sua vida primitiva de antanho, contentando-se em obter somente os produtos indispensáveis á sua subsistência e á dos



S. EX.^{IA} O SENHOR GOVERNADOR DA GUINÉ PORTUGUESA
MAJOR LUÍS ANTÓNIO DE CARVALHO VIEGAS

seus, e aqueles que poderão, pela permuta, dar-lhe, e á sua família, os artigos rudimentares de vestuário. E assim recuará a nossa obra civilizadora.

ASSISTÊNCIA AO INDÍGENA

Nas colónias de índole da nossa Guiné, em que o indígena é o principal elemento de acção económica, todo o trabalho de colonização deve tender, necessariamente, para a melhoria do mesmo indígena, quere como individuo físico, quere como individuo transformador da riqueza da terra, e tudo no sentido da colectividade em que êle se agrupa.

Em tais colónias, são as formas de assistência do Estado a melhor maneira de se alcançar um tal objectivo e, na Guiné, se estabeleceu um programa geral de assistência, moldado em principios de associação que bem cumpre tornar uma realidade pelos resultados áteis que deve produzir.

O Governo da Colónia encontra-se empenhado na sua melhor realização. Os principios e bases desse programa abrangem: a assistência médica, como defensiva do individuo; a assistência agrícola e zootécnica como fomentadora da riqueza nativa; a assistência escolar rural e de beneficência, a primeira como construtiva do futuro trabalhador da terra, e a segunda como proteccionista.

Tais objectivos só podem ser conseguidos por uma forma de assistência directa junto do indígena. Para isso há que criar na Colónia um sentimento associativo rural que ao Estado cumpre tornar realidade em bases práticas. O indígena não é refractário a esta acção: no seu íntimo reside o homem da terra e a ela ligado por laços fortes. O que é indispensável é incliná-lo para o seu melhor aproveitamento, juntando-o como comunidade económica.

O Governo da Colónia em tal se empenha. Do Governo Central espera todo o apoio.

A "Sociedade Luso-Africana", núcleo de vontades moças e fortes e de patriotas cheios de idealismo, lança-se á obra utilíssima de dar consciência a portugueses e brasileiros, da obra progressiva da nossa colonização em África e do esforço actual e magnífico que estamos realizando no Ultramar.

E por meio de conferências, sessões solenes, boletins de propaganda e comunicados á imprensa, a "Luso-Africana" vem realizando uma acção, digna não só do apoio de todos os portugueses conscientes dessa qualidade, mas merecedora do agradecimento de todos, a começar pelos governantes que lhe devem todo o auxilio e cooperação na cruzada patriótica que ela empreendeu com êxito.

(Do "Primeiro de Janeiro", do Porto, de 15/7/933.

O LAPIS
que substitue
com
vantagem

OS
similares
estrangeiros

L. FABER C. L.



MARCA REGISTRADA

REPRESENTANTE

J. NASCIMENTO PERPETUO

Telefone 4-2599

RIO DE JANEIRO

IRMÃOS AMARAL NOGUEIRA

MADEIRAS E MATERIAIS

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas, sempre em stock.

Tacos, Frisos, Forros, de madeiras nacionais, aparelhadas e para tôdas as aplicações.

Rua do Riachuelo, 168 — Tel. 2-4728

RIO DE JANEIRO

Gravador Pastor
R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095
RIO DE JANEIRO

CLICHÉS
EM ZINCO E CORRE
TRICROMIAS
DOUBLES
CRAVURAS e ZINCO
GRAFIAS E.T.C.

PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM

Foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43—Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

O Início da Colonização Portuguesa

CEDIDA GENTILMENTE PARA ESTE BOLETIM

Conferência realizada na "Sociedade de Geographia de Lisboa", durante a Semana das Colônias de 1932

(Continuação)

por CARLOS COIMBRA

DESSA rivalidade de crenças vinha o interesse dos mouros em instigar os reis indianos contra os governadores portugueses; da transferência do empório do comércio do levante, de Veneza para Lisboa, a necessidade dos prejudicados em nos afastarem daquelas parágens por qualquer forma, quer lançando também mão da intriga, quer usando das vias diplomáticas enviando embaixadores ao sultão do Egito para as sentarem na maneira de obstarem ao nosso estabelecimento no Oriente.

Outros interesses também essencialmente materiais se levantavam contra a nossa influência. O de reis poderosos como o Hidação que perdiam os tributos ou parças que anualmente lhes pagavam os pequenos reis limítrofes que se tornavam tributários do rei de Portugal.

Erão todos estes interesses feridos no mais íntimo — tanto materiais como espirituais — que fomentavam a maior parte senão o total das complicações de ordem militar que perturbaram a nossa administração colonial. Má vontade do gentio, indubitavelmente que também houve mas nunca com igual agudeza e sempre com facilidade e com prontidão sufocada.

Mas não era a rebeldia do gentio, a intriga dos mulmanos ou o agreste do clima que perturbaram, demoraram e dificultaram a formidável obra de colonização realizada pelos portugueses em tôdas as partes do globo onde foi içada a bandeira nacional; não era a diminuta

população, a má vontade dos povos dominados ou a dificuldade de meios rápidos de comunicação que constitufam o perigo permanente, o sobressalto da metrópole e o mal-estar das províncias ultramarinas. Esse perigo era da Europa, das nações livres, dos países civilizados.

O côrso, feito sob o olhar benevolente dos governos

dos países onde os fli-busteiros armavam, era o principal escôlho da colonização, o maior perigo das comunicações, a dificuldade máxima da expansão nacional.

Clandestinamente, com a cumplicidade dos governos ou até, ás vezes, mesmo as esquadras das próprias nações que se diziam amigas, o côrso foi uma industria durante séculos largamente explorada. Os piratas armavam livremente nos principais portos da Europa debaixo dos olhares condescendentes das autoridades, gozando do aplauso ou, pelo menos, da indiferença dos poderes constituídos. As marinhas de guerra atacavam os nossos domínios debaixo dos mais capciosos pretextos, falseando as trégüas, desrespeitando os tratados, ignorando o respeito mútuo.

Já em 1570 se tornava, primeiro que tudo, necessário pro-

ver á defesa dos domínios que possufamos, ao policiamento dos mares, á protecção dos navios de comércio porque tudo se encontrava ameaçado pela pirataria francesa. Isto no incio da civilização atlântica e quando as nossas possessões sôbre este oceano começavam a dar os primeiros frutos.



AFONSO DE ALBUQUERQUE

Anteriormente já as ameaças eram bastante eloquentes para chamar a nossa atenção e dar a medida exacta do perigo que essa rivalidade — se por ironia assim se pode chamar — representava.

Considerando os ataques ás armadas que vinham da Índia carregadas de especiarias, compradas aos negociantes conhecedores do seu comércio, como a infância do côrso, em 1567 ia-se muito mais longe pois, como êsse recurso não chegava para as suas ambições, iam já ao extrêmo de realizar desembarques.

Não lhes bastava já o ouro, o marfim e outras mercadorias preciosas do trato da Mina e da Índia, iam já ao assalto aos nossos estabelecimentos.

Sôbre isso Lopes de Lima diz: "... a prosperidade continuou... mesmo a despeito do systema da pirataria contra o nosso comércio da Guiné e Mina, que adoptaram desde o meado do século XVI duas nações aliadas no meio da paz, aparentemente em contrário ás repetidas ordenanças dos seus respectivos soberanos... piratas e filibusteiros a subir ao excesso no reinado infeliz de El-Rei D. Sebastião, e a já tão rica Ilha de S. Tomé se viu em 1567 roubada por corsários franceses..."

Na província de Angola são ainda os franceses que iniciam as hostilidades ocupando o nosso pôrto de Pinda na foz do Zaire. Pouco depois começam também os holandeses freqüentando aquelas parágens, a ponto de em 1629 ser uma esquadra tão forte que teria desembarcado em Luanda se não fôsse batida por uma armada nacional. No entanto, não foi razão para desistirem, obrigando o governador Francisco de Vasconcelos da Cunha a manter uma esquadilha no policiamento da costa, até que em 1641 surge em frente de Luanda uma forte esquadra sob o comando de Pedro Houtbeen, composta de 22 vasos de guerra, transportando um exército de desembarque de 2.000 homens.

O que se passou em Angola após o desembarque dessas forças excéde tudo o que se poderia esperar dos maus instintos humanos. De uma má fé mais que púnica não houve recurso inconfessável de que os invasores não lançassem mão.

O rompimento das trégüas ajustadas, incitando á guerra os que aceitavam o nosso domínio, o ataque de surpresa após a chegada da noticia de terem sido assentes as pazes entre as duas côrtes, tudo isso foi aproveitado para vencer a resistência indomável de um punhado de portugueses.

Dos mais graves apuros nos livrou o heroísmo de Gaspar Borges de Madureira e a abnegação sem igual de Salvador Correia de Sá e Benevides, que socorreu a colónia com uma esquadra de quinze navios, quatro deles armados á sua própria custa.

E assim se continuou pelo andar dos tempos debaixo dêste perpétuo sobressalto. Vêm também os franceses em 1703, assaltam, saqueiam e incendiam a cidade de Benguela e em 1784, abusando do facto de se encontrarem atacados pelas febres tropicais 300 homens da guarnição, assaltaram e destruíram a fortaleza de Cabinda.

O que nos dava ainda uma certa vantágem era o serem em tão grande quantidade, de países tão diferentes e de interêsses tão antagónicos que chegavam a guerrear-se uns aos outros. Assim, por exemplo, em 1721, fundam os holandeses um estabelecimento na boca da baía de Lourenço Marques; em 1733 foi destruído pelos piratas ingleses.

Até os austríacos aí foram estabelecer em 1778 uma feitoria donde fôram por nós expulsos dois anos mais tarde.

Em 1784, diz Francisco Maria Bordalo:

"Proibidos de mercadejar em Moçambique, escoraçados da baía de Lourenço Marques, os franceses vingaram-se de nós, dando os gêneros cafreais mais em conta do que os davam os portugueses, e vendendo pólvora e bala aos cafres, o que era prohibido nos nossos estabelecimentos."

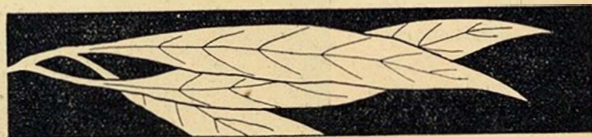
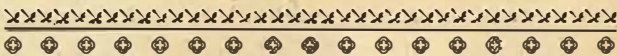
Escusado será prolongar êste triste relato de factos condenáveis.

No Oriente foi sempre assim também. Com os mais fracos argumentos, aproveitando os mais insignificantes pretextos, nos fôram atacando no que nos pertencia por direito de prioridade, direito êsse que era confirmado pelo nosso esforço colonizador. Usando de todos os processos nos fôram a pouco e pouco esbulhando de todos êsses lugares que tinham sido regados com o generoso sangue português.

Na tomada de Ormuz vemos os nossos inimigos lançar mão dos mesmos recursos que em Angola: a união com os nativos, alianças com os persas, entendimentos com todos os adversários e intrigas para atirar para a revolta os que de bôamente ainda aceitavam a hegemonia portuguesa.

Em Cabo Verde, após a perda da independência nacional, era tal a quantidade de piratas das várias nações que infestavam todos os mares, que se tornou impossível o estacionamento naquele arquipélago; a população branca regressou ao reino e os colonos negros, freqüentemente roubados e maltratados, refugiaram-se nas montanhas.

(Conclui no próximo número)



O Legítimo

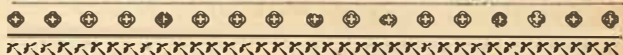
Sabonete de

Eucalypto

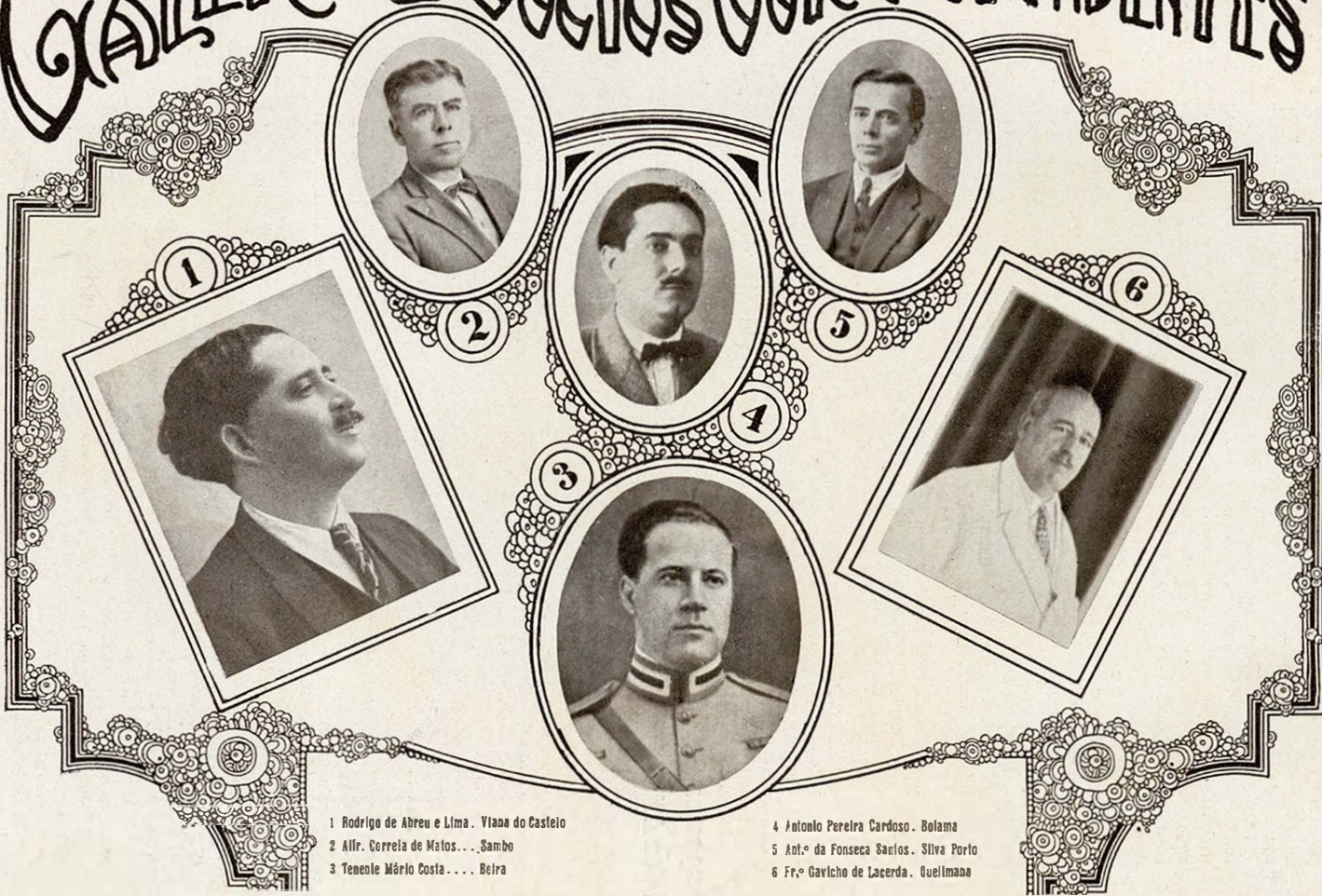
é o da
marca

Beijaflores

Um 1\$5. Caixa 4\$



GALERIA DOS SÓCIOS CORRESPONDENTES



1 Rodrigo de Abreu e Lima . Viana do Castelo

2 Alfr. Correia de Matos . . . Sambo

3 Tenente Mário Costa . . . Beira

4 Antonio Perreira Cardoso . Bolama

5 Ant.º da Fonseca Santos . Silva Porto

6 Fr.º Gavicho de Lacerda . Quelimã



PORTUGAL



BRASIL

**3 aspectos da
Av. dos Aliados**



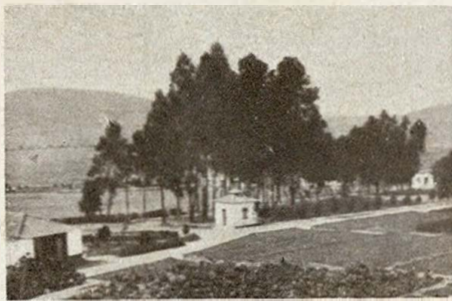
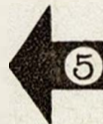
**3 aspectos da
Av. Rio Branco**



PORTO

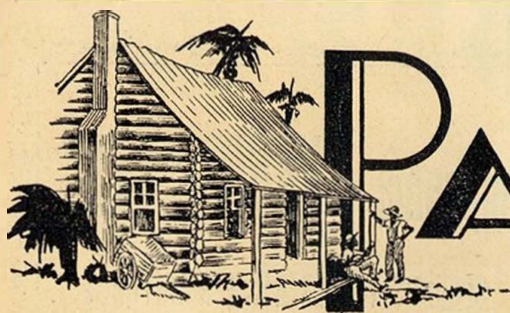
**Rio de
Janeiro**





ANGOLA

- 1 BENGUELA — Câmara Municipal
- 2 MALANGE — Banco de Angola
- 3 LOBITO — Banco de Angola
- 4 LOBITO — Uma avenida
- 5 NOVA LISBOA — Casas tipo português
- 6 CATUMBELA — Ponte sobre o rio Catumbela
- 7 } HUMPATA — Estação Zootecnica (Dois aspectos)
- 8 }
- 9 CATUMBELA — Fábrica de açúcar



PANORAMA

Exposição Colonial Nacional do Pôrto

O Pôrto — a invicta e lial cidade — vai pôr mais uma vez em prova os seus créditos, com a realização, em 1934, de uma Exposição Colonial Nacional.

Em boa verdade, não se compreendia nem se explicava a manifesta indiferença com que o Pôrto vinha encarando o movimento que em Portugal e até nos portugueses residentes no estrangeiro se nota e patenteia claramente em favor das nossas Províncias Ultramarinas. E semelhante indiferença era tanto mais de estranhar quanto é certo ser a segunda cidade da Nação considerada como o maior parque das actividades económicas de Portugal.

Felizmente, a laboriosa cidade nortenha despertou e mostra-se disposta a honrar as suas brilhantes tradições, pondo ao serviço da causa colonial — que é, afinal, a causa da Nação — tôdas as suas excepcionais faculdades de entusiasmo, de patriotismo e de operosidade.

O Governo, pelo orçamento de 1933-34, concedeu à comissão organizadora da Exposição um subsídio de 700 contos. E a sociedade anónima que na cidade do Pôrto se constituiu para êsse fim, já realizou o capital de 1.000 contos.

A Exposição Colonial Nacional do Pôrto é patrocinada e orientada pelo Ministério das Colónias e da competente comissão organizadora fazem parte representantes de todos os organismos económicos da cidade, e bem assim da Agência Geral das Colónias, da Direcção das Feiras de Amostras e do Comité Pró-Colónias.

BARTOLOMEU DIAS

O glorioso descobridor do Cabo da Boa Esperança — “aquele oculo e grande Cabo Tormentório” — vai ter uma estátua em Londres. A posteridade vai consagrar na mais famosa praça da capital inglesa, numa das mais movimentadas esquinas do Universo, um dos mais arrojados e competentes navegadores da era quinhentista, sendo apenas de lastimar que não caiba aos portugueses a primazia de tão merecida como honrosa homenagem.

Segundo informa o *Diário de Lisboa*, o Estado da União Sul-Africana, que inaugurou há dias, em Londres, na célebre praça de Trafalgar, um luxuoso palácio para instalação dos seus serviços na capital britânica, depois de ter feito decorar a sala de honra dêsse edifício com os escudos do Infante D. Henrique, Bartolomeu Dias e Vasco da Gama, resolveu erigir na parte exterior da cons-

trução uma estátua monumental do grande descobridor do Cabo da Boa Esperança.

Para se documentar sôbre a indumentária do arrojado navegador e colher outros elementos importantes para a estátua de Bartolomeu Dias, foi expressamente a Lisboa o escultor encarregado da obra, o sr. Steynberg, membro ilustre da Academia Real de Belas Artes Inglesa.

GREMIO PORTUGÁLIA

Tôdas as colectividades co-irmãs, ricas ou pobres modestas ou opulentas, nos merecem a mais leal estima e a mais franca simpatia, porisso que, pouco ou muito, tôdas são focos incandescentes de lusitanismo, — la-reiras onde crepita com maior ou menor intensidade o amor da Pátria distante; altares que a saudade engrinalda e onde se robustece e vivifica a fé lusada que, qual lâmpada votiva, nós outros, portugueses, trazemos perpétuamente a arder dentro do peito e a iluminar-nos os passos de erradios impenitentes, por êsses caminhos de Cristo, pelas estradas do Mundo, pelos calvários da Vida...

Todavia, colectividades há que, graças aos seus altos propósitos e às suas realizações vitoriosas, muitas vezes de ordem exclusivamente espiritual, e por conseguinte despercebidas dos olhos e do entencimento das massas, nos merecem um culto e uma simpatia especial, como, por exemplo, o GRÉMIO PORTUGÁLIA, sociedade estrutural e medularmente portuguesa, fundada no já longínquo dia 7 de Julho de 1917, na cidade de Kinshasa, Congo Belga, por um pugilo de patriotas de boa estirpe lusa — daqueles bons portugueses que nunca se abastardam, que não esquecem o que devem ao solar dos seus maiores, à terra graciosa onde nasceram, e cujas virtudes cívicas jamais declinam, se amorteçam ou deixam abater!

Se, como é sabido, a fundação de uma colectividade ainda que modesta e por mais reduzido que seja o seu prográma, demanda dos seus organizadores muitos esforços, muita perseverança e dispendios consideráveis, calcule-se a soma de energias e de sacrifícios de tôda a ordem que se impôs aos devotados fundadores do GRÉMIO PORTUGÁLIA, afim de conseguirem, da maneira que o conseguiram, realizar uma obra que nos eleva perante estranhos que até então nos amesquinhavam, e da qual, por isso mesmo, nos devemos orgulhar.

Os fundadores de tão benemérita colectividade, sob a presidência do nosso dedicado consócio Sr. David Denis, não tiveram de combater apenas o derrotismo dos eternos comodistas, cavalheiros cujo egoísmo os leva a julgarem-se o centro de um novo sistema planetário, mas também que lutar diplomáticamente contra a hostilidade das próprias autoridades belgas, a quem não é grato

nem agradável ver em terras do Congo, que tão nossas eram e que foram dadas como um presente régio a Leopoldo II pela celeberrima Conferência de Berlim, exaltado por qualquer forma o nome português, e muito menos relembrada a obra inapagável, de penetração, que Portugal levou a cabo naquelas como nas demais terras do Continente Africano.

Bem do nosso agrado seria relatar aqui o que tem sido a jornada do GRÊMIO PORTUGÁLIA, fruto da iniciativa de David Denis e Araujo Barroso. A falta de espaço — fatalidade comum a todas as publicações — priva-nos de o fazermos, e por isso nos limitamos a informar que na séde própria deste grémio funciona uma escola portuguesa, há poucos meses oficializada pelo Govêrno da República.

Só a existência de tal escola no Congo Belga, — de um dêsses verdadeiros templos desta época em pleno sol alto de civilização —, onde se ensina aos filhos dos nossos compatriotas a lingua de Camões, onde se lhes fala com carinho da nossa História e onde se lhes incute um grande amor a Portugal, explicaria a nossa profunda simpatia e os protestos de solidariedade pan-lusitana com que efusiva e cordialmente saúdamos o benemérito GRÊMIO PORTUGÁLIA.

NOTA PRÉVIA

Fiel ao seu programa de inatacável independência, a Sociedade Luso-Africana assegurou aos ilustres colaboradores deste boletim plena liberdade de pensamento. Por tal motivo ninguem terá o direito de lhe atribuir o endosso das doutrinas aqui expendidas que por ventura se não fillem de modo directo nos objectivos que presidem os nossos fins — a expansão de lusitanismo em todos os seus múltiplos aspectos: económicos, políticos e sociais.

N. do B.

BERTHO CONDÉ

ADVOGADO

Av. Rio Branco 133, 2.º and. — Salas 18 e 20
TELEFONE 3-5178

DROGARIA SUL AMERICANA

FUNDADA EM 1835

SILVA GOMES & CIA

REMEDIOS QUASI DE GRAÇA

LARGO S. FRANCISCO, 42 — TELS. 2-6021 e 2-9112

RIO DE JANEIRO

O maior e mais sortido estabelecimento em ferragens finas

ALFREDO LIMA & C.

Rua São Pedro, 178-180

RIO DE JANEIRO

Companhia "VAREGISTAS"

DE SEGUROS TERRESTRES E MARITIMOS

Carteira de seguros contra "Acidentes Pessoais"

Esta Companhia, fundada em 1887, tendo capital e reservas no valor de

Rs. 6.500:000\$000,

acaba de inaugurar a Carteira de Seguros Contra ACIDENTES PESSOAIS. E' o seguro indispensável a tôdo o homem inteligente. SUAS VANTAGENS SÃO INUMERAS. Cobre a Companhia um grande numero de riscos, pois além da indemnização em caso de morte, paga também indemnizações várias devido a ferimentos por accidentes e bem assim honorários medicos, etc. O prméio é cobrado conforme a occupação do Segurado. Para as profissões menos arriscadas UM SEGURO de

Rs. 50:000\$000,

custa, inclusivé selo e impostos:

85\$000 por um ano

7\$083 por um mês

5\$232 por dia

5\$009 por minuto.

É o seguro ideal, necessario por excelência. Deveis procurar hoje mesmo a Companhia "VAREGISTAS", na rua 1.º de Março, edificio próprio. Telefones: 4-5629, 4-0862, 4-0949.

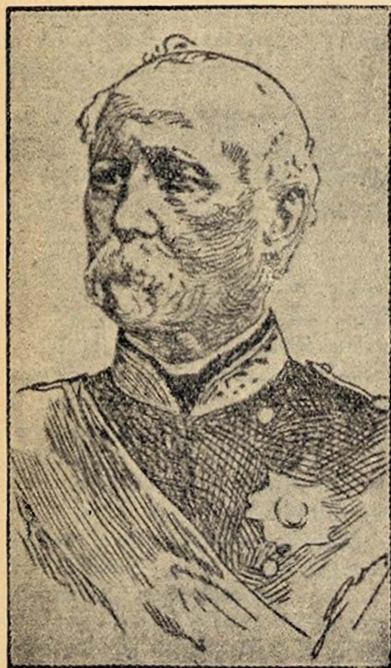
Directoria:

Octavio Ferreira Noval, Presidente
Hamilton Loureiro Novaes, Tesoureiro
Octacilio Castro Naval, Secretário.

Acceitam-se corretores de ambos os sexos,
desde que sejam idóneos.

BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

VINTE E QUATRO DE JULHO



MAC MAHON

Por motivos imprevistos não pôde a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO festejar no corrente ano o quinquagésimo oitavo aniversário da data em que o Conde - Marechal de Mac Mahon, duque de Magenta e Presidente da República Francesa, exarou a sentença que deu ganho de causa a Portugal no pleito suscitado entre o nosso País e a Inglaterra, pelo facto desta se julgar com direitos sôbre as terras de Catembe e as ilhas da Inhaca e

dos Elefantes, fronteiras à cidade de Lourenço Marques.

As pretensões da Inglaterra apoiavam-se, como se sabe, em documentos subreptícios, e por isso o Visconde de Paiva Manso, nosso advogado, não teve grande dificuldade em pulverizar êstes e rebater aquelas, utilizando para tal fim a valiosa, exaustiva e fundamentada documentação dos nossos arquivos.

Registrando e recordando a data da assinatura da sentença do Marechal de Mac Mahon, limitámo-nos a cumprir um simples dever cívico, visto que o dia 24 de Julho recorda um facto de incalculável influência e transcendental importância para os nossos destinos na África Oriental.

INTERCÂMBIO ESCOLAR

Iniciou-se sob os melhores auspícios, o intercâmbio epistolar idealizado e exposto no quarto número dêste Boletim, pelo distinto inspector escolar, Sr. Albano Alberto de Mira Saraiva, — idéa na realidade interessante e feliz, patrocinada, respectivamente, em Portugal e Brasil, pela benemérita SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA e pela SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Das finalidades dêsse intercâmbio que tem por escôpo aproximar espiritualmente o maior número possível de crianças portuguesas e brasileiras, duplamente irmãs pela Raça e pela Língua, dispensámo-nos de falar mais por hoje, visto a tal respeito já se ter externado com a maior clareza o seu idealizador, Sr. Mira Saraiva.

Entretanto, desejamos deixar aqui consignado o facto, que devéras nos alegrá, da nova remessa para Lisboa, nos primeiros dias de Julho, por intermédio do nosso coléga de direcção Sr. Abel Moreira Neves, de um pacote, destinado á SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, contendo muitas dezenas de cartas, escritas expressamente por gentilíssimas crianças brasileiras para as suas jovens colegas de além-mar, e simultâneamente tornar público uma vez mais que em nossa séde se recebem quaisquer cartas e postais destinados ao intercâmbio escolar.

Quem não desejar utilizar-se dos officios da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO — única entidade no Brasil incumbida oficialmente de patrocinar o supra-citado intercâmbio —, e preferir dirigir-se directamente à SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA, poderá fazê-lo, porquanto lhe darão lá, às cartas, o pretendido destino.

A RESTAURAÇÃO DE ANGOLA

No salão nobre da Câmara Portuguesa de Comércio e Industria do Rio de Janeiro, gentil e graciosamente cedido pela sua Directoria, foi comemorado no dia 15 de Agosto do corrente ano, por iniciativa e sob o patrocínio da nossa colectividade, o 285.º aniversário da Restauração de Angola, com uma brilhante sessão soléne, à qual presidiu o Exm.º Sr. Consul Geral de Portugal, Dr. Agapito Pedroso Rodrigues, tendo tido como orador o fluente e aplaudido tribuno brasileiro, Exm.º Sr. Dr. Bertho Condé, cujo caloroso discurso publicamos integralmente em outro lugar deste Boletim.

A propósito do heróico feito que solênemente festejamos, comemorando e evocando uma das mais felizes, brilhantes e belas jornadas dos nossos antepassados, a *Sociedade Luso-Africana* foi honrada com os seguintes telegramas:

“Privado, por motivo de doença, do prazer e da honra de assistir à sessão soléne promovida por essa patriótica Sociedade em comemoração da reconquista de Luanda, apresento a V. V. com as minhas desculpas o meu grato aplauso à obra de educação cívica a que se votou a Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.

Carlos Malheiros Dias

*

“Centro Carioca associa-se jubilosamente homenagens nosso glorioso conterrâneo Salvador Correia de Sá, vencedor holandeses em África e felicita-vos justíssima comemoração.

Respeitosos cumprimentos.

Benevenuto Berna”

PRESIDENTE

D. Avelino Rodriguez Elias

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, dado o seu elevado programa de confraternização espiritual, recebe de peito aberto e braços estendidos, todos os estrangeiros que nos distinguem com a sua amizade, sem que com isto perca os seus foros de colectividade portuguesa, medularmente portuguesa e retintamente pan-lusitana, visto que Portugal não deixa de ser Portugal pelo facto infinitamente simples de viverem estrangeiros a-dentro das suas fronteiras.

Eis o motivo porque muito orgulho temos em noticiar que o notável poeta e escritor galêgo D. Avelino Rodriguez Elias, devotadíssimo lusófilo, a quem se devem relevantes serviços na campanha da aproximação luso-galaica, nos honrou, aceitando o título de nosso sócio-correspondente na cidade de Vigo.

D. Avelino Rodriguez Elias, além de brilhante conferencista e distinto jornalista, chefe da redacção do importante diário *Faro de Vigo*, é também autor dos admiráveis livros "Aturuxos" e "Cantares", versos em puro enxebre, "La Reconquista de Vigo em 1809", preciosa monografia histórica premiada em concurso literário, e ainda dramaturgo muito aplaudido, cujas peças se acham compiladas num belo volume editado em 1930, sob o título de "Obras Teatrales Galegas".

Mercê de tão valiosa bagagem intelectual, D. Avelino Elias é sócio da Academia Galega, da Academia de Ciências de Lisboa, do Instituto Histórico do Minho e do Instituto de Coimbra, e bem assim Cronista Oficial de Vigo e seu Distrito.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO ao mesmo tempo que externa a sua satisfação pela honra de contar no quadro dos seus ilustres correspondentes tão destacado valor mental, saúda na pessoa de D. Avelino Rodriguez Elias, a Galiza, esmeraldina e ridente como o nosso Minho, o seu povo laborioso e a sua pujante e magnífica intelectualidade.

NOVOS SÓCIOS

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO só tem que lisonjear-se pela expansão do seu programa e pelas valiosas adesões que está continuamente a receber de toda a parte.

Durante o trimestre expirante dignaram-se aceitar os cargos de:

SÓCIOS-CORRESPONDENTES — para que foram eleitos, os Ex.^{mos} Srs. Comandante José Cardoso, em Moçambique, Tenente Manuel Antonio Ferreira, em Nova Goa, Pedro José Lobo, em Macau, Antonio da Fonseca Santos, em Silva Porto, Ernesto Correia de Matos, no Sambo (Angola), Dr. Tomé Agostinho das Neves, em S. Tomé.

Da colaboração e do apoio de tão preclaros elementos muito há-de beneficiar o pan-lusitanismo — mística de peregrina amplitude, abarcando todos os anseios espirituais e todas as energias realizadoras da Raça. E de:

SÓCIOS-COOPERADORES — os Ex.^{mos} Snrs. Professor Tomás Vieira dos Santos e Eugénio Gomes Martins.

SÓCIOS-EFFECTIVOS — Durante o trimestre findo foram admitidos os seguintes:

ALBERTO EDGARD BRANDÃO.....	} propostos por António de Sousa Am- rim
AUGUSTO C. COELHO DA COSTA (Recife).	
OCTÁVIO TEIXEIRA DA COSTA (S. Paulo)	
VITORINO FERNANDES DA SILVA.....	

ALÍPIO DA SILVA OLIVEIRA (Recife) — proposto por Augusto Cesar Coelho da Costa.

JOSÉ ANTÓNIO DE SÁ....	} propostos por Génio Dias Campos.
ALBERTO SIMÕES.....	

J. S. MARQUES (S. Paulo) — prop. por Alamiro Andrade.

ANTÓNIO SANTOS CLEMENTE (S. Paulo)	} prop. por J. S. Marques (S. Paulo)
DAVID FRANCISCO GOMES.	

JOSÉ FERNANDES DA CUNHA — proposto por João Cunha.

MANUEL GOMES SEABRA.....	} propostos por Al- fredo Alves Freixo
FRANCISCO DE OLIVEIRA E SOUSA...	

ANTÓNIO FER. NUNES. (Santos)	} prop. por Joaquim Se- bastião Santos (Santos)
MARIANO CAMARA LEITE	

ALFREDO HENRIQUES VERAS — proposto pela Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro.

ARMANDO LIBERATO MAIA, proposto por Luís Franco.

COMPANHIA FORNECEDORA DE MATERIAIS

Materiais de construção

Ladrilhos, azulejos, louças sanitarias

Telefone 2-4135 - 2-4424

SILVA GOMES Só vende chapéus de palha.

CASA ESPECIALIZADA

Modêlos os mais modernos - 31, RUA ANDRADAS, 31

VISITANTES

MÁRIO LEITE — Encontra-se nesta cidade desde o dia 24 de Setembro, vindo pelo "Arlanza", o Sr. Mário Rogério Afonso Leite, nosso distinto colaborador e devotado sócio-correspondente da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, em Santo Antão de Cabo Verde.

JOSÉ OSÓRIO DE OLIVEIRA — A bordo do "Almirante Alexandrino" chega hoje, 30 de Setembro, ao Rio de Janeiro, acompanhado de S. Ex.^{ma} Esposa, a brilhante e laureada cantora D. Raquel Bastos, o nosso ilustre colaborador e cintilante escritor e ensaísta, Sr. Osório de Oliveira, que na qualidade de enviado especial do "Diário de Notícias", de Lisboa, vem realizar um inquérito sobre a vida política, intelectual, económica e social do Brasil, êste soberbo colosso, que avança com seus passos de gigante pelos altos e iluminados caminhos do Progrêssso, em demanda de uma hegemonia sem par nos destinos do mundo.

Osório de Oliveira, jornalista talentoso e consumado, escritor e ensaísta dos mais brilhantes e dos mais cultos da nova geração portuguesa, amigo sincero do Brasil, onde estudou e viveu em criança, vai ter o feliz ensejo de pôr o seu talento e a sua prosa encantadoramente maleável, transparente e suave, ao serviço de uma causa sublime: revelar aos portugueses o que o Brasil tem de admirável e de opulento no campo das artes, das letras, das ciências, da política, da sociologia, das actividades económicas e financeiras, — tódo o Brasil que pensa, que desabrocha, que progride, que estuda, que trabalha, que medita e que produz!

Tenciona ao mesmo tempo realizar nesta capital algumas conferências e sua Ex.^{ma} Esposa, a distinta e aplaudida cantora D. Raquel Bastos, realizará alguns concêrtos, motivos êstes bastantes para que nos felicitêmos pela chegada de tão elegante casal, digno representante da intellectualidade e da Arte da graciosa Terra Portuguesa.

Tratado de Comércio entre Portugal e Brasil

Está de parabens a Câmara de Comércio e Industria do Rio de Janeiro pela recente assinatura do Tratado de Comércio entre o nosso País e o Brasil — importante e secular aspiração das forças vivas e dos próprios dirigentes dos dois países irmãos.

Consignando o acontecimento, saúdamos na pessoa do seu Presidente, Sr. Vitorino Moreira, — um técnico reputado em questões económicas e comerciais —, a Câmara Portuguesa de Comércio e Industria do Rio de Janeiro, pelos aturados esforços que vem dispendendo ao serviço dos interesses económicos de Portugal no Brasil.

BIBLIOTÉCA

Registáram-se durante o trimestre expirante as seguintes ofêrtas:

LITERATURA — HISTÓRIA E ECONOMIA:

Pela NOSSA ÁFRICA — Major José Ribeiro da Costa Junior. ENSAIOS SOBRE A LITERATURA COLONIAL PORTUGUESA —

Osório de Oliveira, oferecido pelo autor.

VISÕES DA CHINA — Comandante Jaime do Inso, oferecido pelo autor.

ESTUDOS DE FILOLOGIA MIRANDESA (2 vols.) — J. Leite de Vasconcelos.

OS CIGANOS DE PORTUGAL — F. Adolfo Coelho.

NOVA SAFO — Visconde de Vila-Moura.

CONTOS E NOVELAS — C. F., oferecidos pelo sr. A. Valente.

OS DOIS BEIJOS — Raymonde Machard, oferecido pelo sr. A. S. Amorim.

DESERTO VERDE — H. Pongetti, oferecido por M. Augusto.

L'EMPIRE COLONIAL PORTUGAISE — F. Ribeiro Salgado, oferecido pelo Sr. Dr. Artur de Almeida de Eça.

AO OUVIDO DE MADAME X — Julio Dantas — oferecido pela Soc. B. "Dous de Fevereiro", do Ceará.

PORTUGAL VISTO POR MIM — Iveta Ribeiro, idem INFORMAÇÃO ECONÓMICA SOBRE ANGOLA — Henrique Galvão, oferecido pelo autor.

ESTATÍSTICA :

Boletim de Estatística da República Portuguesa; Estatística Comercial da República Portuguesa; Anuário do Ensino de 1931 da Província de Moçambique; Anuário da Índia Portuguesa, 2.º e 3.º anos de publicação; Directorio de Macau, 2.º ano de publicação; Estatística Commercial de Angola, 1932; Colónia de Macau, oferecido pelo sr. Pedro José Lobo.

DIVERSOS :

Como se visita Portugal; Portugal; As feiras de Amstras Coloniais — 1932 — Relatório, oferecido pelo seu autor o sr. Henrique Galvão; Pecúria — Anais dos Serviços Pecuaríes de Angola — 1931 — 1.ª parte, oferecido pelo sr. dr. Artur de Almeida de Eça. Tabéla e instruções para o serviço telegráfico e telefónico de Luanda, ofêrta da repartição geral dos Correios; Disposições legais relativas ao exercício de farmácia; Boletim da Direcção dos Serviços de Agricultura de Angola; Boletim dos Pôrto e Caminhos de Fêro de Lourenço Marques; Boletim do Club Naval, do Rio de Janeiro; Revista de Materiais de Construção, e Relatório do Governador do distrito de Moçambique, Quelimane, Beira, Inhambane e Tete.

LUTUOSA

DOMINGOS TARROSO — Nos primeiros dias do mês de Agosto do corrente ano, faleceu na cidade de Viana do Castelo o Sr. Domingos Tarroso, ilustre Presidente do Instituto Histórico do Minho, brilhante sociedade cultural, honra e lustre da encantadora Ribeira-Lima.

Foi o Sr. Domingos Tarroso um extraordinário auto-didata, possuindo pelo seu esforço uma cultura vastíssima e assombrosa. Com menos de 20 anos, e sem exame de instrução primária, publicou um trabalho de acentuado cunho filosófico, o qual foi a pedra de toque da sua vida operosa de escritor e de sociólogo, que a Morte ceifou, quando as messes principiavam a aloirar e as vinhas a pintalgarem-se de ametista, osculadas por um Sol amoroso e fulvo...

A' ilustre família enlutada e ao benemérito Instituto Histórico do Minho, apresenta a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO as suas condolências e os seus comovidos pêsames.

IMPrensa

Durante o último trimestre recebeu esta sociedade e continua a receber, com regularidade, mais os seguintes jornais: *Voz de Macau* — diário, publicado na longínqua Macau; *Notícias de Cabo Verde* — editado semanalmente na Ilha de Cabo Verde; *O Norte* — jornal moderno, publicado no distrito de Moçambique; *A Pátria* — jornal repúblicano de ótimo aspecto gráfico, que circula na regressiva cidade de Luanda.

Aos seus directores a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, por intermédio do seu BOLETIM, faz votos sinceros pela prosperidade das folhas acima referidas e agradece-lhes penhorada, a sua remessa.

A PROVÍNCIA DE ANGOLA

Ao entrar no seu 11.º ano de existência, "A Província de Angola", — brilhante e conceituado *leader* da vibrante imprensa angolana —, apresentou-se por tal forma remodelada, que sem favor se pode considerar como dos mais perfeitos e modernos jornais publicados em português.

Registando êsse passo de gigante — índice do desenvolvimento cultural de Angola —, felicitamos calorosamente o vitorioso vespertino e cumprimentamos respeitosamente o seu ilustre director, o ilustre jornalista Sr. Adolfo Pina.

DOENTES

DRA. FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO — E' com o mais vivo regosijo que noticiamos já se achar completamente restabelecida da melindrosa operação a que se submeteu na "Casa de Saúde de São Sebastião", a Ex.^{ma} Senhora e mui ilustre intelectual, Dr.^a Fernanda de Bastos Casimiro, digníssima Presidenta da Assembleia Geral da nossa colectividade.

Em nome da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA reiteramos à ilustre Senhora, a quem devemos as mais cativantes gentilezas, os nossos sinceros e respeitosos cumprimentos.

ANTÓNIO DIAS — Também sofreu uma intervenção cirúrgica, que o retêve bastantes dias no leito, o nosso dedicado consócio e secretário da Assembleia Geral, Sr. António Dias, ao qual abraçamos com muita satisfação, felicitando-o por já se encontrar em plena actividade.

AMADEU ANDRADE — Já se encontra em plena convalescença da melindrosa intervenção cirúrgica a que teve de submeter-se na Sociedade Portuguesa de Beneficência, o nosso prezado consócio, Sr. Amadeu de Andrade, inteligente chefe da importante firma Vilas Boas & Cia. e digno vice-presidente da Casa de Portugal, no Rio de Janeiro.

Congratulando-nos com o distinto consócio pelo feliz êxito da operação, fazemos sinceros e ardentes votos pelo seu imediato e completo restabelecimento.

Julio Rodrigues Baptista

Unico importador das melhores farinhas de trigo para panificação

"PEROLA", "FLÔR", "INVICTA"

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

RUA SENADOR EUZEBIO N.º 540-1.º

ENDEREÇO TELEGRAFICO JUROBA

CAIXA POSTAL 980

TELEFONE 8-4339

RIO DE JANEIRO

LEIAM: **ESPELHO DO BRASIL** — por OSÓRIO DE OLIVEIRA

ASSINEM: **REVISTA PORTUGUESA DE COMUNICAÇÕES** — Mensário dirigido por RAUL ESTEVES DOS SANTOS

LICEU LITERÁRIO PORTUGUÊS

Com a presença dos Snrs. Dr. Pedro Ernesto, digníssimo Interventor do Distrito Federal, Embaixador de Portugal, Cônsules Geral e Adjunto, Presidente da Federação das Associações Portuguesas do Brasil e representantes de grande número de colectividades, realizou-se no dia 10 do mês de Setembro a cerimónia do lançamento soléne da pedra fundamental do novo edificio que o Liceu Literário Português vai construir para nêle instalar modelarmente a sua séde e as suas aulas, freqüentadas por uma população escolar considerável.

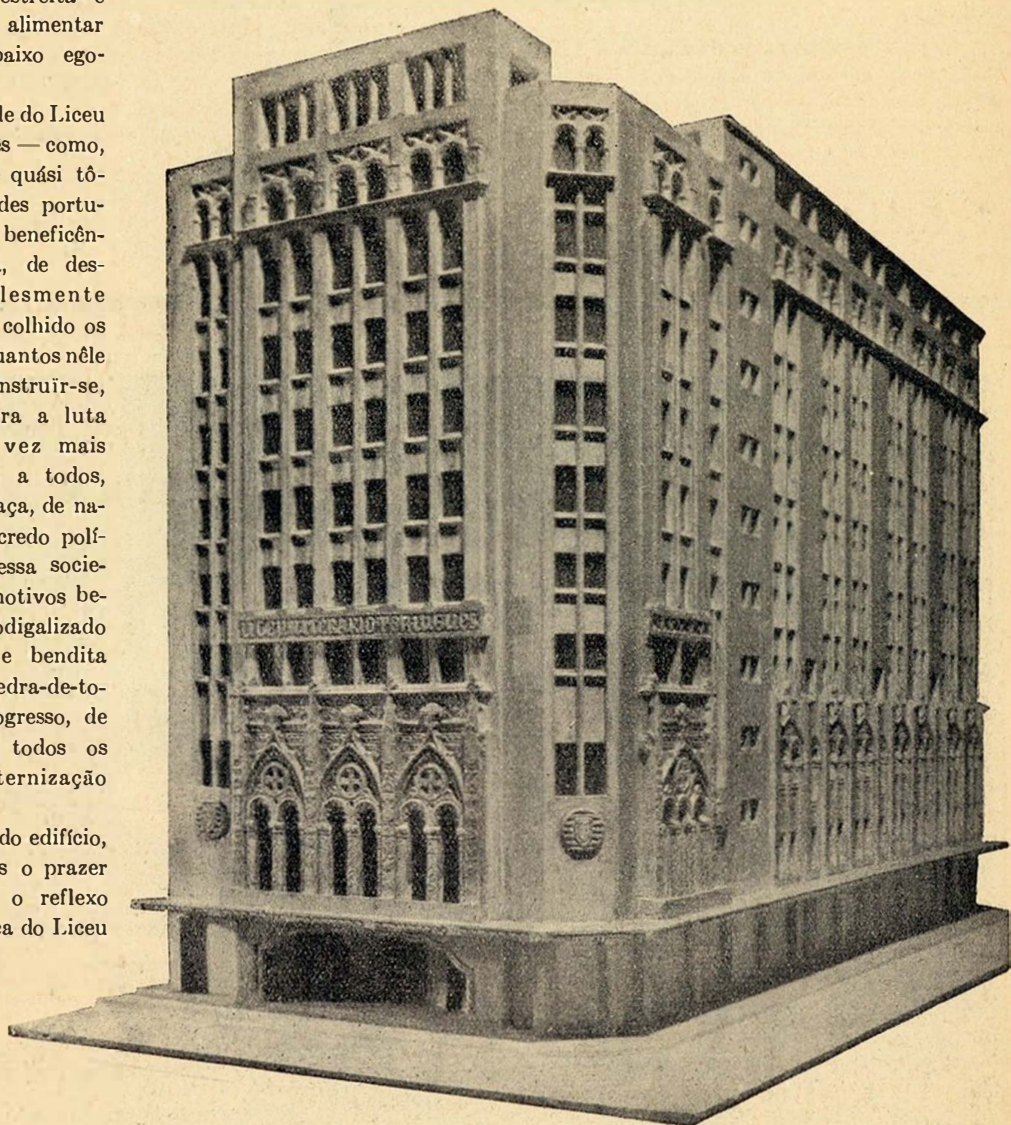
Realiza o Liceu Literário Português, dirigido actualmente pelo Sr. Comendador José Rainho da Silva Carneiro, uma das obras mais sympathicas e — quanto a nós — das que mais enaltecem, no Brasil, o nome de Portugal e a nossa mentalidade, que nada tem, como nunca tève, de estreita e que jamais soube alimentar sentimentos de baixo egoísmo.

Da operosidade do Liceu Literário Português — como, aliás, da acção de quasi todas as colectividades portuguezas, sejam de beneficência, de filantropia, de desportos ou simplesmente recreativas — têm colhido os esperados frutos quantos nêle têm procurado instruir-se, aparelhando-se para a luta pela vida, cada vez mais árdua e difficil, e a todos, sem distincção de raça, de nacionalidade ou de credo politico ou religioso, essa sociedade, por tantos motivos benemérita, tem prodigalizado a luz irradiante e bendita da instrução, — pedra-de-toque de todo o progresso, de todo o bem, de todos os ideais de confraternização universal.

A construção do edificio, cuja planta temos o prazer de reproduzir, é o reflexo palpável da pujança do Liceu

Literário Português e das vontades enérgicas que dirigem os seus destinos, as quais, agindo dêste modo, continuam a honrar as nossas tradições de realizadores intemeratos — tradições confirmadas em tôdas as ruas e praças desta cidade.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO — colectividade portuguesa das mais novas — sente-se feliz em satidar o "Liceu Literário Português", — organismo dos mais antigos e de maior prestígio no nosso meio associativo —, pela sua resolução arrojada e pelo seu admirável desmentido a quantos fazem a injúria de supôr-nos fracos descendentes daqueles portuguezes que por onde passaram jamais deixaram de assinalar a sua presença com obras que ainda hoje se impõem ao respeito e à estima da comunidade.



IMPORTANTE



CARTONAGENS FINAS

PARA

QUALQUER INDUSTRIA

SÓ

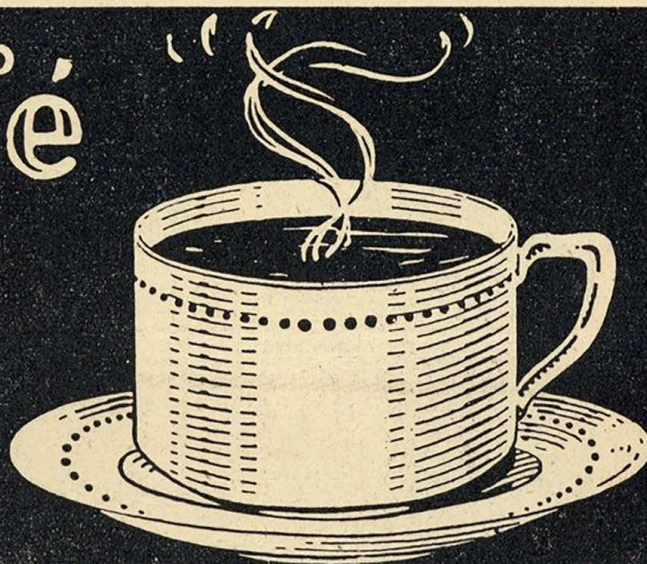
Alves Freixo & Cia.

Rua do Lavradio, 101

Telefone: 2-8093

RIO DE JANEIRO

Café



» H U M A Y T Á «

RUA BUENOS AYRES, 21

RIO DE JANEIRO

“COLCHÃO MECANICO”

É o colchão ideal

PELO

conforto, resistencia e asseio

Sousa Baptista & Cia. Ltda.

RUA 13 DE MAIO, 45

TELEFONE 2-3586

RIO DE JANEIRO

CARTONAGEM LUSO-AMERICANA L.^{DA}

CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO

FABRICA DE VENTAROLAS

LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA
ENVELOPES EM GERAL

RUA DOS INVALIDOS, 137 – TEL. 2-3815

RIO DE JANEIRO

CASA GUIMARAES LDA



**A maior e mais antiga agencia de loterias
da Capital Federal**

Of. Graf. Villas Boas & C. — Rio de Janeiro

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 50 exemplares em papel couché "Perfect art"